



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA RESEX DO RIO CAJARI

TITO LÍVIO PINTO DE FREITAS

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO

MACAPÁ – AP

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA RESEX DO RIO CAJARI

TITO LÍVIO PINTO DE FREITAS

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTONIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

MACAPÁ - AP

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá

338.17492098116

F866e

Freitas, Tito Lívio Pinto de.

A exploração da Castanha-do-Brasil na Resex do Rio Cajari / Tito Lívio Pinto de Freitas -- Macapá, 2013.

109 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

Orientador Prof^o. Dr Antonio Sérgio Monteiro Filocreão

1. Recursos naturais – Aspectos ambientais. 2. Reserva extrativista – Rio Cajari – Amapá (AP). 3. Agroextrativista. 4. Produtos florestais –Aspectos econômicos. 5. Castanha-do-brasil. I. Filocreão, Antonio Sérgio Monteiro, orient. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD (22.ed.) 370.91734



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A EXPLORAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL NA RESEX DO RIO CAJARI

TITO LÍVIO PINTO DE FREITAS

Dissertação de Mestrado aprovada pela banca examinadora do Programa de Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Sérgio Monteiro Filocreão
Orientador - PPGMDR/ UNIFAP

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Membro Titular - PPGMDR/ UNIFAP

Dra. Ana Margarida Castro Euler
Avaliadora externa – IEF/AP

MACAPÁ, NOVEMBRO DE 2013

A todos os castanheiros, povo humilde e trabalhadores que vivem no interior da floresta amazônica, trabalhando de sol a sol com a riqueza que emana da natureza, para manter sua família e suas ricas tradições adquiridas de geração a geração, que até os cientistas tem atraído para usarem em suas pesquisas de laboratório.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, o qual tem sido fundamental para fortalecer as minhas conquistas, vencendo os obstáculos que surgem no caminho;

A minha esposa, que em todos os momentos tem sido companheira, amiga e principalmente a minha razão de meu viver. Te amo muito minha linda!

A minha mãe, por ter me gerado e ter contribuído para a formação do homem que sou hoje. Mostrando-me que ser homem é ter sensibilidade em perceber as necessidades do outro, estendendo a mão sempre que possível;

As minhas cunhadas queridas Dulcícleia Souza e Fabiana Freitas, por suas ricas contribuições na correção deste material;

Aos meus companheiros de sala de aula, pelos debates e reflexões que contribuíram significativamente na formulação de idéias a cerca dos arranjos produtivos locais;

A todos os professores que fomentaram a construção de uma visão mais crítica a cerca da realidade socioeconômica do Estado do Amapá, apontando as potencialidades naturais deste Estado, assim como os entraves que vêm impedindo o desenvolvimento homogêneo dos seus territórios.

E finalmente ao meu orientador, pelas observações importantíssimas na construção deste material, foram muitas broncas no sentido de me orientar. Obrigado Filocreão por ter dividido um pouco do seu tempo e precioso conhecimento.

A história das nações é escrita com o trabalho de seus filhos, com a riqueza do seu solo e com o movimento dos seus portos.

(Sérgio Matte)

RESUMO

O presente estudo analisa a exploração da castanha-do-brasil na RESEX do Cajari no sul do Amapá, uma região legítima como área protegida ambientalmente. Este conteúdo buscou identificar a viabilidade da produção extrativista da castanha, bem como o contexto agroextrativista estabelecido na região. Esta dissertação é organizada por: Introdução, três Seções, Considerações finais, Referências, Anexos e Apêndice. A Seção 1 discute a Amazônia e sua potencialidade natural. O foco de análise concentra-se nos produtivos ligados a exploração ambiental a qual passou ao longo da história. A Seção 2 debate a organização e estrutura socioeconômica no estado do Amapá. O foco de análise envolve a atividade agroextrativista, a fragilidade tecnológica, bem como as unidades de Conservação como política de preservação. A Seção 3 enfoca a região sul do Amapá – RESEX do Rio Cajari. O extrativo da castanha-do-brasil na região do Cajari, bem como apresenta dados e análise da RESEX a cerca da produção agroextrativista. A problemática pesquisada questiona: O que vem condicionando entraves ao processo produtivo da castanha-do-brasil no sul do Amapá, como um produto comercial rentável, e que contribua para o desenvolvimento local? Tendo como categorias norteadoras a sustentabilidade, agroextrativismo e produção. O resultado da pesquisa refutou a hipótese inicial, visto que afirmava que a produção da castanha-do-brasil no sul do Amapá não tem tido êxito econômico consistente com possibilidades de concorrência equilibrada no mercado, em virtude principalmente da baixa tecnologia empregada no beneficiamento. Sendo identificada a logística de escoamento como principal gargalo.

Palavras - chave: Agroextrativismo, RESEX do Cajari, Castanha-do-brasil.

ABSTRACT

This study examines the exploitation of brazil nuts in the RESEX Cajari in southern Amapá, a region legitimized as environmentally protected area. This content was to identify the feasibility of extractive production of chestnut as well as the context agroextractivist established in the region. This dissertation is organized in: Introduction, three Sections, Final Considerations, References, and Appendices Appendix. Section 1 discusses the Amazon and its natural potentialities. The focus of the analysis concentrates on production-related environmental exploitation which has throughout history. Section 2 discusses the socioeconomic structure and organization in the state of Amapá. The focus of analysis involves the activity agroextractivist, the weakness in technology as well as the Conservation Units as preservation policy. Section 3 focuses on southern Amapá - RESEX Cajari River. The extraction of Brazil nuts in the region of Cajari as well as presents data and analysis of RESEX about production agroextractivist. The problem researched questions: What has being conditioning as barriers to the productive process of Brazil nuts in southern Amapá, as a profitable commercial product, and that may contribute to local development? Having as guiding categories: sustainability, and agroextractivism and production. The research result refuted the initial hypothesis, since assured that production of Brazil-nut in southern Amapá has not been consistently economic success with balanced competition possibilities in the market, mainly due to the low technology used in production process. Being identified logistics as the main distribution foul-up.

Key - words: Agroextractivism, RESEX Cajari River, Brazil nuts.

LISTA DE SIGLAS

- ADAP – Agencia de Desenvolvimento do Estado do Amapá.
- AMAC – Associação das Mulheres do Alto Cajari.
- AMAEX-CA - Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva Rio Cajari.
- AMBAC - Associação das Mulheres do Baixo Cajari.
- APA – Área de Proteção Ambiental.
- APL – Arranjo Produtivo Local.
- ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico.
- ASS-CAJARI - Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Cajari.
- ASTEX-CA - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Cajari.
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural.
- BASA – Banco da Amazônia S/A.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- CI – Brasil – Conservação Internacional Brasil.
- CMMAD – Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.
- CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas.
- CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.
- COOPERALCA - Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari.
- COOPER-CA - Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajari.
- EFAC – Escola Família Agrícola do Carvão.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
- ESEC – Estação Ecológica.
- FETTAGRAP - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá.
- FINDAM – Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.
- FLONA – Floresta Nacional.
- FRAP – Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá.
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

FUNDMICRO – Fundo de Apoio ao Microempreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato do Amapá.

GTA - Grupo de Trabalho Amazônia.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios do Amapá.

IEF – Instituto Estadual da Floresta do Amapá.

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário.

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MINTEG – Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional.

MMA – Ministério do Meio Ambiente.

NLBI “The Non - Legally Binding Instrument on All Types of Forests” – Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas.

ONG – Organização Não Governamental.

OTA (Office of Technology Assessment) – Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso dos Estados Unidos da América.

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

PAE – Projeto de Assentamento Extrativista.

PARNA – Parque Nacional.

PCD – Programa Comunidades Duráveis.

PFNMs – Produtos Florestais Não Madeiros.

PGPM – BIO – Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIN – Programa de Integração Nacional.

PNAE – Programa Nacional de Alimentos Escolares.

PNPSB – Programa Nacional de Promoção da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade.

ppb – Partes por bilhão.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROTAF – Programa Territorial da Agricultura Familiar e Florestas.

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

REBIO – Reserva Biológica.

RESEX – Reserva Extrativista.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

RURAP – Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.

SEICOM – Secretaria de Indústria e Comércio.

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

UC – Unidade de Conservação.

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

UNEP “United Nations Environment Programme” - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá.

WWF “World Wildlife Fund” – Fundo Mundial da Natureza.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- AMAZÔNIA BRASILEIRA E ESTADO DO AMAPÁ.....	20
FIGURA 2 - QUADRO: GÊNESE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO DISCURSO INTERNACIONAL OFICIAL.....	28
FIGURA 3- TABELA: TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL DA AMAZÔNIA (KM ² /ANO), 2000-2010	35
FIGURA 4 - TABELA: EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS BÁSICOS: AMAZÔNIA E BRASIL 2000 - 2010.....	36
FIGURA 5 - TABELA: PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS PELA AMAZÔNIA, 2010.....	37
FIGURA 6 - GRÁFICO: QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS) DE CASTANHA-DO-BRASIL, POR ESTADO DO NORTE.....	41
FIGURA 7 - GRÁFICO: EXPORTAÇÃO DAS CASTANHA-DO-BRASIL NO AMAPÁ.....	42
FIGURA 8 - GRÁFICO: CASTANHA-DO-BRASIL - BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA NO BRASIL.....	43
FIGURA 9 – ESTADO DO AMAPÁ.....	44
FIGURA 10 - GRÁFICO: A PRODUÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL AMAPÁ (2005-2012).....	52
FIGURA 11 - FOTO: EXTRATIVISTAS NA OFICINA QUE DISCUTIU A CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DO-BRASIL NO PARÁ E AMAPÁ.....	54
FIGURA 12 - FOTO: GESTORES GOVERNAMENTAIS (SEICOM, SEMA E IEF). EVENTO OCORRIDO EM MARÇO DE 2012 NA FUNDAÇÃO ORSA EM MONTE DOURADO, QUE DISCUTIU A CADEIA PRODUTIVA DA CASTANHA-DO-BRASIL NO PARÁ E AMAPÁ.....	55
FIGURA 13 - ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DO AMAPÁ: UNIDADES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.....	59
FIGURA 14 - MAPA DA RESEX - CA.....	64
FIGURA 15 - FOTO: ESTRADA MACAPÁ - JARÍ; ÀGUA BRANCA DO CAJARÍ.....	67
FIGURA 16 - FOTO: CASTANHA-DO-BRASIL ENTRE PRODUTOS "MAGROS".....	70
FIGURA 17 - GRÁFICO: COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA-DO-BRASIL.....	73
FIGURA 18 - FOTO: COLETA DA CASTANHA-DO-BRASIL : (A) CASTANHAL DO SR. NATANAEL VICENTE (COM ESTAGIÁRIOS E BOLSISTAS DA EMBRAPA), NA COMUNIDADE MARINHO, E (B) CASTANHAL DO SR. CLÁUDIO PALHETA, NA COMUNIDADE MARTINS.....	74
FIGURA 19 – SR. TIAGO PALHETA NA ATIVIDADE DE COLETA E QUEBRA DOS OURIÇOS DE CASTANHA-DO-BRASIL.....	75
FIGURA 20 - GRÁFICO: PREÇO DA CASTANHA-DO-BRASIL NO MERCADO AMAPAENSE (2009-2013).....	76
FIGURA 21 - QUADRO: VALOR MÍNIMO DO HECTOLITRO DA CASTANHA-DO-BRASIL.....	77
FIGURA 22 - GRÁFICO: PREÇO DA CASTANHA-DO-BRASIL COM CASCA NO MERCADO INTERNACIONAL 2007 – 2011.....	78
FIGURA 23 - FOTO: DESLOCAMENTO DE EQUIPE (IEF) PARA MAPEAMENTO DOS CASTANHAIS NA REGIÃO DO PIMENTAL, SENDO DOIS INTEGRANTES DA COMUNIDADE DE ÁGUA BRANCA DO CAJARÍ.....	79
FIGURA 24 - GRÁFICO: PRODUÇÃO DE CASTANHA-DO-BRASIL EM 2011 NA REGIÃO NORTE	79
FIGURA 25 - GRÁFICO: CONSUMO INTERNO (2000-2009).....	80
FIGURA 26 - FOTO: CLIENTES DE CASTANHA-DO-BRASIL DO GRUPO KING OF PALMS.....	82
FIGURA 27 - GRÁFICO: PRODUÇÃO MUNDIAL DE CASTANHA-DO-BRASIL COM CASCA 2007 - 2011.....	82
FIGURA 28 - GRÁFICO: CASTANHA-DO-BRASIL SEM CASCA EXPORTADA (2000-2009).....	83
FIGURA 29 - GRÁFICO: ENTRAVE COM LOGÍSTICA DE ESCOAMENTO.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 AMAZÔNIA E SUA BIODIVERSIDADE	20
1.1 OCUPAÇÃO E CONTRASTES	22
1.2 PRODUÇÃO ECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE	27
1.2.1 Uma análise econômica na produção da Amazônia	34
1.2.2 Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia.....	38
2 AMAPÁ AGROEXTRATIVISTA.....	44
2.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA	46
2.2 A ECONOMIA AGROEXTRATIVISTA DO AMAPÁ	53
2.3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E O AGROEXTRATIVISMO	59
2.3.1 Unidades de conservação e potencialidades	60
3 A REGIÃO SUL DO AMAPÁ – RESEX DO RIO CAJARÍ	62
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: RESEX-CA.....	64
3.1.1. Algumas Estratégias Políticas.....	66
3.2 CASTANHA-DO-BRASIL: TRADIÇÃO E PRODUÇÃO NO SUL DO AMAPÁ	68
3.3 PRODUÇÃO EXTRATIVISTA E COLETA DE DADOS.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	99
ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

A castanha-do-brasil é cientificamente conhecida como *Bertholletia excelsa*, H.B.K, sendo também denominada como castanha-verdadeira, castanheiro, castanha-do-pará, castanha-do-maranhão. É uma espécie nativa da Amazônia sendo considerada uma das mais importantes espécies de exploração extrativista, é fruto de uma árvore de grande porte que pode medir até 60 m de altura, com diâmetro de 100 a 180 cm, sua capacidade de exploração se deve ao fato ter uma potencialidade natural, sua exploração não agredir o meio ambiente, bem como faz parte da cultura das populações tradicionais locais. (ENRÍQUEZ, 2003).

Para Pennacchio (2006), a castanha é uma espécie que se desenvolve em solos pobres, desestruturados, drenados e argilosos ou argilo-arenosos. Por conseqüência disso, esta espécie não é encontrada em áreas com drenagem deficiente, nem em solos excessivamente compactados, adaptando-se bem em terras firmes e altas. Vegeta naturalmente em clima quente e úmido, em áreas com precipitação média entre 1500 a 2800 mm/ano, áreas com grandes períodos sem água.

Estas castanheiras iniciam a produção aos oito anos e atingem aos doze a máxima produção, podendo chegar a produzir 500 kg de castanha por ano. Em castanheiras enxertadas (gemas), a produção inicia-se com apenas 3,5 anos e a safra ocorre de janeiro a fevereiro e de abril a maio.

Por conta da riqueza encontrada no fruto, seu alto valor nutritivo e sua capacidade de produção, a exploração da castanha-do-brasil vem sustentando milhares de extrativistas e toda uma oligarquia decorrente dessa riqueza (SOUZA, 1984; HOMMA, 2004). Porém, constatou Souza (2003), através de estudo que, as amêndoas apresentam maior valor econômico por serem utilizadas, *in natura*, produção de óleos, leite, farinha de castanha, além de apresentar alto valor nutritivo, pela qualidade de seus aminoácidos.

De acordo Donadio (2002) nas amêndoas¹ são encontrados: bário, bromo, cobalto, cézio, magnésio, níquel, rubídio e, principalmente selênio, sendo os três primeiros com níveis maiores do que em outras nozes. Os seus principais ácidos graxos são o palmítico, o

¹ Dicionário AULETE – Castanha = Fruto da castanheira Amêndoa = Fruto ou semente da amendoeira

oléico e o linoléico. Ainda nesse contexto, Costa (1991)², constatou que a castanha-do-brasil é rica em vitaminas A, B e C, e altamente energética, pois, fornece 751,6 cal/100g.

A presente pesquisa teve como problemática, analisar as possíveis causas e entraves ao processo produtivo da castanha-do-brasil no sul do Amapá, fazendo com que este processo de produção não contribua com o desenvolvimento local de forma proporcional ao seu valor econômico, visto que a castanha-do-brasil é considerada um produto comercial rentável.

Para tanto, foram estudadas as categorias de sustentabilidade, produção e agroextrativismo, por serem questões chaves para responder a problemática apresentada neste trabalho e possibilitar uma relação intrínseca com a forma que vem ocorrendo à produção da castanha-do-brasil no sul do Amapá historicamente.

Pretendeu-se nesta pesquisa identificar a viabilidade econômica, sua produtividade na perspectiva comercial e sua relação com outros produtos extrativistas, logo, a hipótese inicial norteadora da pesquisa, afirma que a produção da castanha-do-brasil na Reserva Extrativista do rio Cajarí (RESEX-CA) não tem tido êxito econômico consistente com possibilidades de concorrência no mercado, em virtude principalmente da baixa tecnologia empregada no beneficiamento, que tem como base, técnicas artesanais que não são suficientes para atender as exigências mercadológicas.

Desta forma, o presente estudo teve como objetivo geral contextualizar o processo produtivo da castanha-do-brasil na Reserva Extrativista do rio Cajarí (RESEX-CA) e a contribuição desta produção ao desenvolvimento local.

Os objetivos específicos conduziram a pesquisa a contextualizar a importância da castanha-do-brasil no desenvolvimento econômico da Amazônia; analisar o agroextrativismo no Amapá e o seu impacto para o desenvolvimento local; estudar a cadeia produtiva da castanha-do-brasil e sua influência na RESEX-CA.

Escolheu-se o recorte temporal de 2005 a 2013, decorrente da necessidade de estudos, análises e reflexões a cerca da produção extrativista da castanha-do-brasil no sul do Amapá neste período ora pesquisado. Assim, atualizando dados já apresentados em outros estudos, bem como, servindo de base para pesquisas subsequentes.

A análise da pesquisa baseou-se nos métodos histórico e dialético. O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar

² Disponível em: http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20130728224735.pdf. Acesso em 12.Ago,13.

sua influência na sociedade de hoje. Com relação ao método dialético, entende-se inicialmente que a dialética compreende os fenômenos como um conjunto de processos em constante mutação. (MARCONI, 2004; ENGELS, 1975).

Também foi utilizado como suporte metodológico o materialismo histórico dialético, com base no marxismo, o qual estabelece que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto da vida social, política e espiritual. Sendo assim, apresenta-se como um método de compreensão e análise da história, das lutas e das evoluções econômicas e políticas.

Filocreão (2007) destaca que, em Marx, a lógica econômica capitalista, pensada na figura do homem econômico, racional, não é uma característica universal, desvinculada da histórica. É fruto de um processo histórico, em que se consolidou um sistema de produção que revolucionou a sociedade, ampliando a sua capacidade de acumulação de riquezas, desta forma a doutrina de Karl Marx influenciou significativamente este trabalho.

A pesquisa foi exploratória, já que se desencadeou um processo de investigação sobre um objeto de estudo – o extrativismo³ da castanha-do-brasil, por meio de questionários, entrevistas, pesquisa em campo, pesquisa documental e bibliográfica. Importante frisar, que se contou com um vasto material com informações relevantes e oficiais⁴, consequente dos inúmeros estudos já realizados na RESEX-CA e a cerca do objeto desta pesquisa.

Para as coletas de dados foram necessárias o uso de entrevistas semiestruturadas. Durante as entrevistas fez-se uso do gravador com previa autorização do entrevistado, análise de documentos e anotações. Esta pesquisa foi primordialmente qualitativa, Flick (2004) destaca que para a realização da pesquisa qualitativa é necessário às anotações do pesquisador, os registros de elementos essenciais, os registros de gravações das conversas informais, sendo as entrevistas aplicadas em um plano natural.

O público-alvo deste trabalho foram os diferentes agentes e instituições legitimadas que atuam na área do agroextrativismo de forma direta e indireta, visto a necessidade de investigar o que vem trazendo de fato atraso a produção extrativista no sul do Amapá.

³ O termo extrativismo designa os sistemas de exploração de produtos florestais (fauna, flora) destinados ao comércio regional, nacional e internacional. Diferencia-se, portanto das atividades de coleta cujos produtos estejam limitados ao consumo familiar ou a um escambo local. Extrativismo e coleta dependem de duas lógicas econômicas diferentes, uma regulada por um mercado externo, outra pelas necessidades da unidade doméstica (EMPERAIRE; LESCURE, 2000, p.15). *apud* (FILOCREÃO, 2007, p. 169).

⁴ Disponibilizadas pelo: IEF, IGBE, Teses e Dissertações entre outras fontes.

Participaram da pesquisa o Instituto Estadual da Floresta⁵, Programa de Desenvolvimento da Produção Extrativista do Estado do Amapá, Projeto Carbono Cajari⁶, Associação dos Trabalhadores Agroextrativista, Associação das Mulheres Moradoras, Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade do Alto RESEX Cajari, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Companhia Nacional de Abastecimento e Conselho Nacional das Populações Extrativistas.

Com as entrevistas feitas aos representantes das instituições pesquisadas foi possível ter acesso a dados atualizados. Outro fator relevante foi à legitimidade das instituições escolhidas às quais disponibilizaram informações oficiais.

Foram um total de nove entrevistas institucionais, participação em uma reunião do conselho deliberativo da RESEX-CA em Água Branca do Cajari momento que se teve contato com discussões acerca da temática deste trabalho, bem como duas visitas locais, com o objetivo específico de análise, por meio de entrevistas, observações e conversas informais, as quais foram devidamente anotadas. As participações nos eventos⁷ que discutiram sobre a temática foram momentos, onde se obter muitas informações e oportunidades de se fazer contatos com profissionais da área, os quais possibilitaram trocas de experiências que contribuíram para a elaboração dos textos.

A pesquisa documental foi um instrumento relevante e presente durante toda a construção deste trabalho, para que fosse possível confrontar as informações obtidas nas entrevistas com as encontradas nos documentos.

Após a sistematização, análise e organização das informações, esta pesquisa foi disposta em três Seções, além da Introdução, Considerações finais, Referências, Apêndice e Anexos. Sua estrutura foi organizada do geral para o particular, sendo:

Na Seção I, discute-se a Amazônia e sua soberania natural com sua rica biodiversidade, seu processo de ocupação, seus ciclos econômicos ao longo da história, a

⁵ Ana Margarida Euler – Diretora-Presidente IEF, Amarildo Picanço – Engenheiro Florestal - IEF, Madson Rocha de Souza – Gerente Geral do Projeto PROEXTRATIVISMO. Joaquim Correa de Souza Belo – Coordenador do Projeto Carbono Cajari; Ozanei Ribeiro Pinto – Presidente da ASTEX; Miranilce de Araujo do Carmo – Presidente da AMOBIO, Raul Silva – Estatístico do IBGE/Amapá, Priscila Neves – CONAB/Amapá e Pedro Ramos - extrativismo e representante do Conselho Nacional das Populações Extrativistas; Raul Fernandes – IBGE.

⁶ Projeto financiado pela Petrobras tem por objetivo: Trabalhar, com as comunidades locais tradicionais da RESEX do Rio Cajari, sul do Amapá, a fixação de carbono e emissões evitadas pela conservação das florestas e da biodiversidade associada ao bioma amazônico, contribuindo no combate ao aquecimento global e às mudanças climáticas.

⁷ Seminário Estadual dos Extrativistas ocorrido em junho/2012 na Escola de Administração Pública do Amapá; I Encontro Nacional das Populações Agroextrativista, ocorrido no Amapá/2012 (CETA Ecotel).

influência dos governos implantando planos desenvolvimentistas que possibilitaram momentos de glórias econômicas e devastações ambientais com a implantação de grandes projetos.

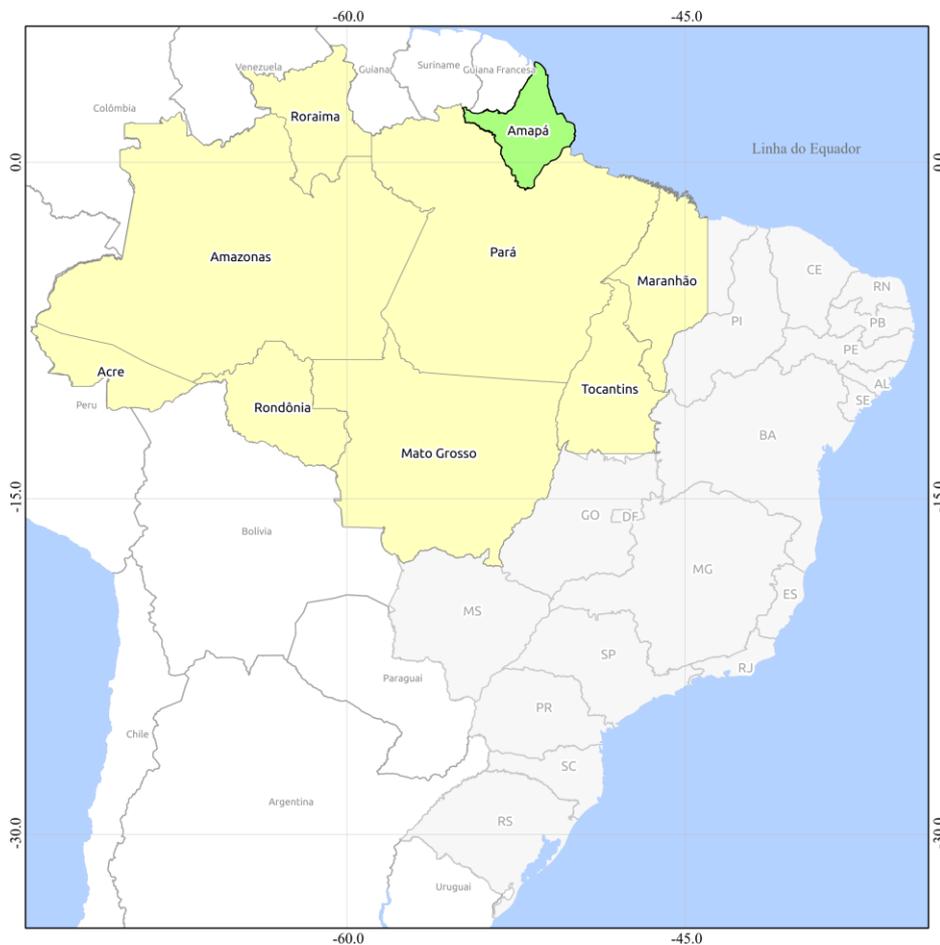
Na Seção II, discute-se o Amapá e sua vocação ao agroextrativismo, sendo feito uma contextualização socioeconômica e ambiental, discutindo-se também as unidades de conservação.

Na Seção III, aborda-se a área de estudo a RESEX do Cajarí, seu agroextrativismo, seu povo e seus costumes. Nesta sessão, questiona-se a viabilidade da produção da castanha-do-brasil bem como seus entraves.

1 AMAZÔNIA E SUA BIODIVERSIDADE

É inegável a riqueza da Amazônia brasileira⁸ em biodiversidade com potencialidades naturais, inserida em um contexto de grandes tradições culturais que rege o comportamento e a organização socioeconômica do povo que a habita a região. Enríquez (2008) destaca que a Amazônia é um dos três patrimônios naturais mais importantes do mundo⁹. A seguir destacamos figura demonstrativa da área que abrange a Amazônia brasileira.

Figura 1- Amazônia Brasileira e Estado do Amapá



Fonte: IEF (2013)

⁸ Amazônia Brasileira é formada por nove Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins;

⁹ Os outros dois são: os mares profundos, sem uma governança ainda definida, e o território antártico compartilhado entre diversas nações. Enríquez (2008), ainda destaca que a Amazônia é a única grande reserva natural que pertence em sua maioria a um único país. O Brasil.

"As florestas antecedem as pessoas, e os desertos as sucedem".

Chateaubriand

Abrantes (2002) observa que a Amazônia concentra metade das espécies vegetais do planeta. Possui uma das principais reservas de água doce do mundo, representa mais de 60% do território nacional. Abrange a maior biodiversidade do planeta. Os números exatos são controversos porque até hoje poucas espécies foram estudadas. As estimativas sobre as plantas da Amazônia divergem entre cinco e trinta milhões.

Segundo Vieira (2005), a Amazônia concentra cerca de 80% das espécies de peixes conhecidas para toda a Região Neotropical. Há registro de que a Amazônia possui 50% das espécies de aves do Brasil, 40% dos mamíferos e 30% dos anfíbios anuros (sapos, rãs e pererecas). Este autor ressalta, ainda, que a biodiversidade amazônica é fruto da existência de grande heterogeneidade ambiental e variabilidade genética.

De acordo com o conceito de Biodiversidade formalizado em 1987 pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Congresso dos Estados Unidos da América (OTA – Office of Technology Assessment):

Biodiversidade abrange a variedade e a variabilidade entre os organismos vivos e os complexos ecológicos nos quais eles ocorrem. Diversidade pode ser definida como o número de itens diferentes e sua frequência relativa. Por diversidade biológica, esses itens são organizados em muitos níveis, variando de ecossistemas completos a estruturas químicas que são a base molecular da hereditariedade. Assim, o termo engloba diferentes ecossistemas, espécies, genes e sua abundância relativa¹⁰.

Desta forma, a extração de produtos da biodiversidade da Amazônia tem sido uma atividade importante ao longo da história e embora, enfrente crises ocasionadas pela concorrência com outros produtos ou pela influência de condições naturais, ainda se constitui uma atividade econômica de relevância, com forte presença de populações tradicionais, inseridas na coleta e no beneficiamento dos produtos.

Segundo Enríquez, Silva e Cabral (2003) um dos maiores desafios da economia amazônica é a necessidade de mudar a base produtiva da região, incorporando novos produtos na sua ainda frágil matriz de produção baseada, principalmente, na mineração, na

¹⁰ <http://bibliotecadafloresta.ac.gov.br/biblioteca/docsexpo/Biodiversidade.pdf> - Prof. Dr. Lisandro Juno Soares Vieira, Universidade Federal do Acre.

exploração madeireira e no extrativismo de produtos florestais. Os autores ainda que apenas a dotação de recursos naturais não é garantia de crescimento econômico, tampouco de desenvolvimento sustentável para quem a detém. Conduzir processos econômicos com base em produtos extrativistas tem deixado uma perversa herança para a região. Os ciclos das drogas do sertão, da borracha, madeira e minérios, dentre outros, resultaram num rastro de devastação sem a contrapartida desejada do desenvolvimento regional.

Enríquez, Silva e Cabral (2003) também destacam que é fundamental a análise dos fatores que garantam o uso racional dos recursos naturais da Amazônia, em uma perspectiva de sustentabilidade. O novo paradigma de desenvolvimento ressalta que mais do que potencialidade é preciso que existam condições concretas para que esses produtos naturais possam se converter em verdadeiras oportunidades de negócios, impulsionando uma nova dinâmica na economia da região amazônica.

Para Diniz (2011), o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação é de suma importância para integrar a Amazônia ao novo paradigma de desenvolvimento científico e tecnológico do mundo atual. Ademais as assimetrias da região, com o país e o resto do mundo, reforçam a necessidade de buscar um modelo que lhes seja mais inclusivo em todos os níveis, econômico, social e institucional.

1.1 OCUPAÇÃO E CONTRASTES

Sua ocupação e povoamento é resultado de um longo processo, marcado por enormes conflitos entre os antigos habitantes¹¹ e os povos colonizadores, predominantemente, os portugueses, que ainda no século XVI tiveram acesso ao grande potencial dos recursos naturais.

Segundo Esteves (1990) no século XVII, o navegante Pedro Teixeira, após percorre o Rio Amazonas e ter identificado o grande potencial de aproveitamento das chamadas “drogas do sertão”¹² revela aos portugueses sua viabilidade econômica, fomentando assim, no início da ocupação regional, a exploração dos recursos florestais como atividade

¹¹ Tribos nômades que viviam da coleta de produtos vegetais e de caça.

¹² Produtos da floresta enviados para o comércio Europeu, tais como: cacau, canela, raízes, etc.

econômica mais importante, haja vista o grande valor que essas drogas alcançavam na Europa.

Almejando criar núcleos de civilização, os Missionários reuniram os índios em aldeias, que além de facilitar a catequese, forneciam-lhe mão de obra disciplinada e atuante, sustentando assim um florescente comércio, baseado na exploração das drogas do sertão.

Concomitantemente ao processo de ocupação e exploração das drogas do sertão, a região vai se modificando pelo início da exploração extensiva dos seringais. O látex, extraído da seringueira (*hervea brasiliensis*) e outras espécies gomíferas, nada mais era que uma droga do sertão¹³ sem muita importância, ganhando valor após a descoberta do método de vulcanização da borracha. A seringueira é nativa da floresta amazônica e sua exploração permitiu que durante alguns anos a Amazônia fosse a única fornecedora do novo produto, culminando no grande ciclo econômico¹⁴ que se desenvolveu no vale amazônico, a partir de 1840.

O surto da demanda por borracha natural decorre do estímulo provocado pela II Guerra Mundial, que gerou uma verdadeira corrida de empresas nacionais e estrangeiras à Amazônia. Essa condição norteou o surgimento da indústria da borracha, bem como seu desenvolvimento, sobretudo nos Estados Unidos, que neste período fomentou acordos de investimentos em troca do produto.

Para viabilizar o rentável comércio da borracha, e como estratégia de ocupação da Amazônia, o Governo Federal passou a estimular migrações, por meio de políticas que propagavam a facilidade de terras fartas e empregos fáceis, todavia essas políticas nem sempre ofereciam condições de trabalho digno.

Alegretti (2011) destaca que as comunidades florestais amazônicas são descendentes de migrantes nordestinos atraídos para a região a partir das últimas décadas do século XIX, para trabalhar como seringueiros na extração do látex nos seringais nativos da região.

Imigrantes nordestinos, camponeses analfabetos e pobres, transformados em seringueiros, foram incorporados como trabalhadores nos momentos de expansão da economia da borracha, em um sistema de controle da escassa e disputada força de trabalho. Os meios adotados marcaram a identidade desse trabalhador: endividamento permanente, isolamento e monopólio na

¹³ ALVES, CARVALHO, 1993.

¹⁴ A exploração da borracha na Amazônia constituiu um ciclo econômico brasileiro.

comercialização do produto extrativo e dos bens de consumo, pagamento de renda pelo uso das estradas de seringa, multas e taxas, ou seja, o chamado sistema de aviamento, ou sistema do barracão (ALLEGRETTI; HECHT E COCKBURN). *Apud* (ALLEGRETTI, 2011, p. 32).

Neste contexto, a elite dominante do País encontrou uma excelente saída para livrar-se do exército de miseráveis das regiões secas, fomentando seu aproveitamento na extração do látex. Segundo Lins, somente no ano de 1.877, época da grande seca do Nordeste, vieram para os seringais da Amazônia 3.000 (três mil) pessoas, afirmando que:

A fibra do povo nordestino é algo notável na história de nosso país. A falta de chuva em seu território obrigou este povo a migrar para outras regiões do Brasil. Na Amazônia o nordestino desempenhou um importante papel, principalmente na época áurea da exploração da borracha entre os anos de 1872 a 1920. (LINS, 1997, p. 19).

Ainda nesta época a população indígena continuava a ser vista como um grande estoque de mão de obra barata e disponível, necessitando, todavia de adaptação a “vida civilizada”¹⁵.

Contudo, percebe-se que os projetos de ocupação da Amazônia, do século XVIII ao século XIX, preocuparam-se com a posse da terra para fins de extração do látex, de cultivos agrícolas e de pecuária.

É oportuno ressaltar que o apogeu do látex, propiciou um considerável desenvolvimento e fortalecimento somente na cidade de Manaus e Belém que eram verdadeiras ilhas no meio da floresta, pois centralizavam toda a vida política, econômica e social da região e onde se encontravam as grandes firmas exportadoras¹⁶ que monopolizavam o mercado da borracha, sem, entretanto que isso proporcionasse um desenvolvimento capaz de beneficiar outros setores da região.

No entanto, o vislumbamento dos ingleses em auferir grandes lucros com a indústria da borracha acabou sucumbindo o rentável comércio da borracha brasileira. E através do contrabando de semente, os ingleses passaram a cultivar em suas colônias na Ásia, grandes plantações de seringais, com o uso de técnicas modernas, com árvores plantadas simetricamente ocupando pouco espaço e facilitando a colheita, ao contrário da

¹⁵ Consistia em aprender vários ofícios, como: a linguagem geral e do catolicismo, ler e escrever.

¹⁶ Alemães, inglesas, norte-americanas e francesas.

Amazônia que se encontravam dispersas pela floresta, obrigando o seringueiro à longas caminhadas dentro da mata para a extração do produto.

Ressalta-se, que as modernas técnicas empregadas pelos ingleses nas suas produções em suas colônias, a exemplo, na Malásia, propiciaram um produto de melhor qualidade para atender a demanda do mercado internacional, excluindo assim as possibilidades da borracha brasileira competir neste mercado.

O declínio da extração do látex amazônico, causado pelo crescimento da produção domesticada da borracha asiática, fez com que outros produtos passassem a ser mais valorizado, como é o caso da castanha-do-brasil . (PICANÇO, 1999, p. 29).

Neste contexto, a região insere-se em um quadro de decadência e colapso, retornando ao extrativismo das drogas do sertão, ao cultivo da agricultura e a pequena criação de gado, pois a base de sua economia com o declínio da borracha desmorona.

Com o fim da II Guerra Mundial e conseqüentemente a diminuição da demanda por borracha natural no mercado internacional, a economia amazônica amargou um período de depressão e estagnação, o que levou o Governo Federal a rever seus objetivos para a Amazônia (não seria mais possível pensar no desenvolvimento da região unicamente tendo como suporte a borracha). Então, diante desta nova configuração na paisagem espacial da região, o governo promove um novo processo de incorporação da Amazônia no contexto econômico nacional, oferecendo vantagens¹⁷ às empresas nacionais e estrangeiras que estivessem dispostas a se estabelecer na região.

O deslocamento das frentes de expansão da Amazônia intensificou-se a partir de 1965 com a abertura da rodovia Belém-Brasília cuja construção foi iniciada em 1958 e concluída em 1960. Porém, a década de 1960 marca um novo ponto de partida para o processo de ocupação, pois o governo brasileiro cria a Superintendência de desenvolvimento da Amazônia – SUDAM¹⁸, cujo objetivo era desenvolver a agricultura, a indústria e o setor mineral, implantando obras e serviços para atender às necessidades crescentes da industrialização.

¹⁷ Incentivos fiscais como linhas de crédito fácil e barato aos novos proprietários, com a criação de programas como o PROTERRA e o PROBOR, além de terras fartas e de fácil aquisição. PICANÇO, 2005, p.36;

¹⁸ Com a Lei n.º 5.173/66 extingui-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, criando-se a SUDAM, como agência de planejamento e desenvolvimento regional.

Com a Lei n.º 5.122/66, transforma-se o Banco de Crédito da Borracha em Banco da Amazônia S/A (BASA) com a atribuição de atuar como agente financeiro da SUDAM. Essa mesma lei, no artigo 45, criou o FIDAM - Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia, cujas fontes de recursos eram constituídas por 1% da renda tributária da União (de acordo com o disposto no art. 199 da Constituição Federal). Os objetivos centrais de criação da SUDAM, BASA e do FIDAM, era sintonizar a estrutura econômica estatal na região à execução de políticas públicas estimuladoras à ocupação econômica pelo grande capital. (ENRÍQUEZ, 2003.)

No início dos anos 1970, o Governo Médici lançou o Programa de Integração Nacional (PIN), que visava integrar a região amazônica ao resto do Brasil. Para alcançar os objetivos integracionistas “integrar para não entregar¹⁹”, o Governo Federal planejou a abertura de grandes estradas²⁰, cujo propósito foi o de retirar a região do atraso econômico e social em que vivia. O Governo Central investiu maciçamente em programas “desenvolvimentistas²¹”, os quais, de modo geral, não produziram os resultados esperados, dando origem a inúmeros confrontos com os mais diferentes atores sociais.

Neste sentido Picanço (2005), destaca que isso se deu também pelo fato do destino da região ser decidido a revelia dos amazonidas e em benefício de grupos econômicos estrangeiros e/ou instalados no sul do país.

A chegada ao mesmo tempo de imigrantes e de grandes empresas nacionais e estrangeiras gerou um processo de concentração fundiária que acarretou em pouco tempo no aumento dos conflitos em torno da posse da terra, proporcionando um cenário de enormes tensões.

Antes sem valor, a terra passa à condição de mercadoria e começa a ser disputada pelos mais diferentes grupos sociais. Assim, a questão da terra se configura como central no processo de ocupação da região, repercutindo na explosão de diversos conflitos entre todos os atores, que disputam a definição de seu território e procuram impor sua territorialidade. (PICANÇO, 2005, p. 35).

Vale ressaltar que o intensivo processo de ocupação dos últimos 30 anos, cuja economia fundamentou-se, essencialmente, no extrativismo vegetal, mineral e na lavoura de subsistência, presenciou a entrada de grandes projetos: agropecuários, de mineração,

¹⁹ *Slog* Político Ideológico do Governo Médici;

²⁰ Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém, Manaus - Boa Vista e Cuiabá – Porto Velho;

²¹ Políticas de cunho econômico para a colonização da Amazônia.

industriais e de caráter empresarial, a fim de atender aos interesses econômicos internacionais.

Em resumo, a expansão econômica capitalista da Amazônia se deu via três formatos básicos distintos: a implantação de grandes projetos na área da mineração; a criação da Zona Franca de Manaus e a exploração agropecuária e madeireira centrada no latifúndio, gerando forte concentração fundiária e pouco desenvolvimento.

Segundo Vilhena (2004) o acentuado nível de exclusão social e expropriação dos direitos pela terra, promovidos por esses 'novos mecanismos' desenvolvimentistas, estarão na raiz dos grandes conflitos sociais, econômicos e ambientais que a Amazônia passará a enfrentar, a partir de então.

1.2 PRODUÇÃO ECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE

Conhecida como maior floresta tropical do mundo, ameaçada por queimadas e desmatamentos, a Amazônia é também uma região com alto potencial de dinamização de negócios sustentáveis baseados em seus recursos naturais. Nesta perspectiva Abrantes (2002), destaca que na Amazônia há inúmeras espécies animais e vegetais com potencial significativo para o aproveitamento no processo produtivo, o que é um fator extremamente estratégico para o desenvolvimento da economia regional.

Sobre o conceito de desenvolvimento sustentável Filocreão fez a seguinte abordagem:

Apesar de surgirem vários conceitos sobre desenvolvimento sustentável, o que se popularizou é o da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), este se encontra, na abertura da homepage da Divisão de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas: "O Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades". (FILOCRÃO, 2007, p.120).

No quadro a seguir podemos visualizar a gênese do desenvolvimento sustentável e os desdobramentos que este vem conquistando.

Figura 2 - Quadro: Gênese do Desenvolvimento Sustentável no discurso internacional oficial

Evento	Desdobramento/produto	Caráter
Conferência de Estocolmo (1972)	As sociedades industriais Modernas, percebem que só há um mundo.	Primeiro reconhecimento oficial da degradação ambiental.
Trabalho do Clube de Roma (1972-4): "Os limites do crescimento"	Conscientização da impossibilidade de um crescimento infinito com recursos finitos.	Primeiros estudos oficiais da deterioração global
"Global 2000" encomendado pelo presidente Carter, publicado em 1980, ignorado pelo presidente Reagan	Conscientização de que os estilos de vida do norte não se podem reproduzir em escala global.	Primeiro diagnóstico das causas da deterioração ambiental global
"Estratégia para a Conservação do Mundo" (WCS) publicada por UICN/UNEP/WWF (1981)	A conservação da natureza deve conseguir-se a margem do bem estar humano no meio ambiente imediato.	Primeira estratégia global para a conservação da natureza e introdução do conceito de desenvolvimento sustentável
A Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento publica "Nosso futuro comum" (1987)	Primeira definição oficial do conceito de desenvolvimento sustentável.	Primeira sugestão de uma estratégia internacional para enfrentar a crise da modernidade
Segunda WCS "Cuidar da Terra: estratégia para uma existência sustentável", UICN/UNEP/WWF (1991)	A conservação da natureza requer a participação das populações locais.	Revisão da estratégia global para a conservação da natureza
Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Cúpula da Terra (1992)	Carta da Terra (Agenda 21) Convenção do Clima Convenção da Biodiversidade	Código de conduta humana para o século XXI Convenção para controlar as mudanças climáticas devido à poluição da atmosfera Convenção para promover a conservação da Biodiversidade
Rio + 20 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Cúpula da Terra (2012)	Relatório: O futuro que queremos Combater a pobreza e a fome;	Reafirmar os compromissos já apresentados nos encontros anteriores;

Fonte: Adaptado de SEVILLA-GUZMÁN e WOODGATE (2002) *apud* FILOCREÃO (2007). Atualizado pelo autor (2013).

O quadro acima evidencia que o desenvolvimento sustentável é um conceito construído historicamente e de forma coletiva, tendo como foco preponderante encontrar

uma alternativa plausível ao uso responsável da biodiversidade do planeta, tendo em vista que é inevitável o uso da mesma nos processos produtivos, ou seja, o homem precisa dos produtos da natureza para gerar riqueza e desenvolvimento.

A acerca do desenvolvimento sustentável Filocreão destaca que;

As ambigüidades do conceito de “desenvolvimento sustentável” atenuam também, os efeitos da percepção de desenvolvimento e meio ambiente existente entre norte e sul, já que todas as restrições ambientais impostas ao sul eram entendidas como um obstáculo a luta desses países para superar a pobreza, através do desenvolvimento econômico. A partir desse conceito, a crise ambiental passa a ser tanto um problema dos ricos quanto dos pobres, já que é tratada genericamente como resultado das atividades humanas. (2007, p. 123).

O mundo visa e necessita dos produtos da biodiversidade desta rica região, no entanto neste contexto de mundo globalizado, o uso econômico sustentável se constitui em um dos grandes desafios, tanto na incorporação de tecnologias, como na agregação de valor dos produtos comercializados. Abrantes (2002) chama atenção para uma questão relevante, que os interesses e as estratégias da indústria biotecnológica mundial muitas vezes se contrapõem as necessidades e objetivos da população local²². Esta população desenvolve saberes e modos específicos de lidar com a natureza, os quais são passados historicamente, com técnicas artesanais que pouco agridem o meio ambiente.

Castro (2009) faz uma abordagem interessante com relação ao conhecimento das comunidades tradicionais:

Tornou-se extremamente importante, para intervir na crise ecológica, conhecer práticas e representações de diferentes grupos, pois eles conseguiram, ao longo do tempo, elaborar um profundo conhecimento sobre os ecossistemas, conhecimento que lhes garantiu até hoje a reprodução de seus sistemas social e cultural. (CASTRO, 2009, p. 221).

Então, aliar produtividade com técnicas sustentáveis na exploração da biodiversidade da Amazônia é a grande discussão da comunidade mundial. Este assunto foi a principal temática da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento

²² Indígenas, ribeirinhos, caiçaras, etc.

Sustentável Rio + 20²³, que ocorreu em junho de 2012 no Rio de Janeiro, que contou com a presença de autoridades e líderes mundiais que se comprometeram em contribuir com discussões em torno da condição de vida dos países em desenvolvimento, bem como uso sustentável da biodiversidade do planeta. Como podemos visualizar a seguir em um dos trechos do esboço zero do documento escrito pela Organização das Nações Unidas “O futuro que queremos²⁴”:

Nós também reconhecemos que oportunidades significativas de criação de empregos podem ser ajudadas através de investimentos em obras públicas para a restauração e melhoria do capital natural, práticas e gerenciamento sustentáveis do solo e de recursos hídricos, agricultura familiar, agricultura ecológica, sistemas de produção orgânica, gerenciamento florestal sustentável, uso racional de biodiversidade com propósitos econômicos e novos mercados ligados a fontes de energia renovável e não convencional. Encorajamos negócios e indústrias a contribuir para a criação de empregos verdes em toda sua cadeia de abastecimentos global, incluindo o suporte para pequenas e médias empresas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 12).

Ou seja, o entendimento de usar e também proteger o meio ambiente é algo que esta gerando preocupação em fóruns de discussões a nível mundial, pois os efeitos do mau uso desses recursos têm causado um vasto esgotamento com incalculáveis impactos ambientais. A seguir destaca-se mais um trecho do documento escrito na Rio + 20, que faz referência ao uso sustentável dos recursos naturais:

Nós apoiamos estruturas políticas e instrumentos de mercado que reduzam, detenham e revertam o desmatamento e a degradação florestal de modo efetivo e promover o uso e o gerenciamento sustentável de florestas, assim como sua conservação e restauração. Pedimos a implementação urgente do “Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI)”.

Nós consideramos bem-vindo o Protocolo de Nagoya adotado na 10ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade.

²³ Tratou-se de um evento muito importante: estiveram presentes de 80 chefes de estado, delegações dos 193 países, com a força dos países mais fortes economicamente. Dez temas-chave da agenda do desenvolvimento sustentável foram abordados: (1) desemprego, trabalho decente e migrações; (2) desenvolvimento sustentável como resposta as crises econômicas e financeiras; (3) desenvolvimento sustentável para o combate a pobreza; (4) a economia do desenvolvimento sustentável, incluindo padrões sustentáveis de produção e consumo; (5) florestas; (6) segurança alimentar e nutricional; (7) energia sustentável para todos; (8) água; (9) cidades sustentáveis e inovação; (10) oceanos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012).

²⁴ Esboço zero - Apresentado pelos Co-Presidentes em nome do Departamento de acordo com a decisão tomada na Prepcom 2 para apresentação do esboço inicial do documento de resultados para análises por parte dos Estados-Membros e outros *stakeholders* no máximo até o início de janeiro de 2012.

Apoiamos a institucionalização de serviços de biodiversidade e ecossistema em processos políticos e de tomada de decisões nos níveis regionais, nacionais e internacional, e encorajamos investimentos no capital natural através de incentivos e políticas apropriados, que apóiem um uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 16).

Foram apresentadas também na Conferência propostas com relação à economia verde, com vista a promover qualidade de vida por meio de trabalhos verdes:

No entendimento que a criação de economias verdes dependerá crucialmente na criação de trabalhos verdes, concordamos em tomar as seguintes medidas:

- a) melhorar o conhecimento sobre tendência e desenvolvimentos em trabalhos verdes e integrar dados relevantes em estatísticas econômicas nacionais;
- b) lidar com a falta de capacitação através do mapeamento de habilidades e da promoção de programas de treinamento em trabalhos verdes;
- c) estabelecer um ambiente favorável à robusta criação de trabalhos decentes por empresas privadas investindo na economia verde, incluídas as pequenas e médias empresas. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p.14).

Os compromissos e meios de implementação de uma política voltada à sustentabilidade dos recursos naturais, perpassa o poder público, tendo em vista que os interesses de conservação da biodiversidade deve ser também da iniciativa privada, tendo em vista que esta necessita prioritariamente da matéria prima advinda na biodiversidade, desta forma a este segmento foi atribuída responsabilidade no documento escrito na Conferência:

Nós reafirmamos o papel fundamental do setor privado para a promoção do desenvolvimento sustentável, incluindo através de parcerias entre múltiplos *stakeholders*²⁵. A política pública deve criar um clima estável para investimento e uma estrutura regulatória que conduza ao investimento de longo prazo e um comportamento social e ambientalmente responsável por negócios e indústrias. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p.19).

Abrantes (2002) também sinaliza a importância de integrar o meio ambiente e a economia nos processos decisórios sobre a sustentabilidade, chamando a atenção para a

²⁵ Para o filósofo Robert Edward Freeman – *stakeholders* é qualquer pessoa ou organização que tenha interesse, ou seja afetado pelo projeto.

responsabilidade pelos impactos ambientais no sentido de concentrar-se mais nas causas do que nos efeitos.

Filocreão (2007) destaca que o conceito chave, do debate teórico sobre desenvolvimento, sai da esfera do subdesenvolvimento caminhando para a esfera da sustentabilidade nos seus diversos aspectos, através da idéia de desenvolvimento sustentável.

A seguir uma abordagem a cerca desta questão na Amazônia, onde se aponta a ausência de uma definição conceitual concreta com alinhamento preservacionista e desenvolvimentista:

Na Amazônia o maior problema não é um suposto conflito entre forças pró-preservação e forças pró-desenvolvimento. A grande maioria dos brasileiros abraça a tese do desenvolvimento sustentável e, apesar dos conflitos pontuais e transitórios que passam a existir entre objetivos preservacionistas e desenvolvimentistas, os dois são profundamente dependentes um do outro. O problema da Amazônia não tem sido o conflito, mas, sim, o fato de que o consenso nacional se dá sobre uma abstração: falta conteúdo prático ao desenvolvimento sustentável. Construir esse conteúdo tem enorme importância, não só para transformar a Amazônia, mas para transformar o Brasil e definir um novo modelo de desenvolvimento nacional. (UNGER, 2011, p. 23).

Atualmente, assiste-se em todo o mundo, ao crescimento da preocupação com questões ambientais. Fatores tais como o superaquecimento global e o desmatamento das florestas tropicais atraem o interesse dos mais diversos atores sociais, que buscam caminhos para equacionar tais impactos.

Para Picanço (2009) a sustentabilidade pressupõe uma postura ética e de responsabilidade de todos, para que os bens naturais possam ser adequadamente usados de modo a garantir seu uso futuro. Para Pedro Ramos²⁶ *o desenvolvimento sustentável é um sonho, pois não se visualiza o desenvolvimento volta para os povos tradicionais, este desenvolvimento é tipicamente urbano.*

Capacidade técnica e inovação são um dos grandes gargalos das populações tradicionais, as quais ainda utilizam meios rudimentares no seu processo produtivo, sabemos ainda que as políticas em torno do desenvolvimento sustentável são deficitárias não implementando condições suficientes para uma melhor exploração do meio ambiente. Por outro lado as experiências conhecidas de exploração realizadas com tecnologias

²⁶ Trechos da entrevista realizada em agosto/2013

avançadas tem sido devastadoras e com pouca ou quase inexistência de preocupação ambiental.

Com relação a esta questão na Rio + 20 também foram abordadas propostas relevantes aos países em desenvolvimento que precisam avançar em capacidade científica e tecnológica:

Nós reconhecemos a importância do fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação de países para promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de mecanismos efetivos, meios melhorados, ambientes capacitadores apropriados e a remoção de obstáculos à escalada do desenvolvimento e da transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 20).

Foi destacada também na Conferência a urgência em:

[] participação e representação de cientistas de países em desenvolvimento em processos relativos a levantamentos globais ambientais e de desenvolvimento para fortalecer a capacidade científica nesses países. (Idem).

A sustentabilidade é uma questão que vem gerando muitos debates, tendo em vista que fortalecer uma política que contraponem diversos interesses econômicos, como mudanças relevantes na forma de utilizar os recursos naturais, não é algo fácil e em curto prazo. Quebrar este paradigma é uma tarefa que deva ser fomentada com vontade política e visão ambiental.

[] a promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante implantação de novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais, preservação de biomas e visando a elevação do nível de vida da população (BRASIL, 2008, p.55).

Segundo Abrantes (2002), para que o desenvolvimento sustentável ocorra é necessário conservar e fortalecer a base dos recursos, pois para haver sustentabilidade é indispensável que seja conservado os recursos ambientais e que seja mantida a diversidade genética.

Pode-se constatar que a concepção de desenvolvimento sustentável apresenta uma conotação positiva quanto à possibilidade de se aliar crescimento econômico, uso adequado dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das pessoas. (ABRANTES, 2002, p. 33).

Analisando a história de ocupação e exploração da Amazônia verifica-se que esta passou por várias fases que poucos contribuíram para o seu desenvolvimento e sustentabilidade. Foram implantadas políticas desenvolvimentistas que simplesmente atenderam às necessidades externas, com a exportação dos produtos da região, sem um retorno compatível para as áreas exploradas. Desta forma, ao pensarmos em desenvolvimento local, percebemos que a Amazônia pouco avançou, tendo em vista que até os dias atuais ainda se mantém como uma grande fornecedora de produtos com pouca agregação de valor.

No entanto, é preciso avançar e investir no maior potencial amazônico, que é a sua biodiversidade. Neste sentido na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional que aconteceu em 2012 em Brasília²⁷, foi destacada como uma das diretrizes, estimular a economia verde aproveitando amplamente suas possibilidades como mobilizadora e catalisadora de processos de desenvolvimento local e regional.

1.2.1 Uma análise econômica na produção da Amazônia

No Brasil as exportações vêm crescendo em ritmo mais acelerado que as importações, chegando ao pico em 2006 com saldo de US\$ 46,5 bilhões, segundo aponta Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2011). E, de acordo com a observação de Trindade e Oliveira (2011) essas exportações são baseadas em produtos primários, com baixo valor agregado e localizadas na região mais empobrecida do Brasil: a Amazônia.

Dos destaques dos produtos básicos, minério de ferro é o principal item da pauta de exportação. Costa, Lopes e Camilo (2011) destacam que a produção de minérios amazônica é concentrada nos estados do Pará, Maranhão e Amapá, apesar de aparecerem, timidamente, em Rondônia e Mato Grosso. Contudo, o grande produtor de minérios da região é o Pará. Em 2010, este estado exportou US\$ 8,1 bilhões do produto, o

²⁷ Um chamado ao debate, Brasília, julho de 2012.

que representou em termos relativos, 82% de toda exportação desse produto pela Amazônia.

A soja é o segundo produto de exportação, com destaque para o estado do Mato Grosso. Dos US\$ 4,1 bilhões em soja exportada pela região, em 2010, mais de US\$ 3 bilhões tiveram como origem este estado. Este montante, por si bastante significativo, toma ainda mais importância quando se considera a relevância deste produto para a balança comercial da região (15,71%). Além disso, se somarmos a essa produção, o comércio de bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja, este valor sobe para US\$ 5,7 bilhões, o que representa 21,58% de tudo que a Amazônia exporta.²⁸

A carne bovina é outro item em franca ascensão, segundo Trindade e Oliveira (2011). Em 2010, o Brasil exportou US\$ 4,8 bilhões em carne bovina (80% comercializado vivo). Vale ressaltar que o país é o maior exportador mundial de carne bovina.

É muito importante observar que os produtos responsáveis pelo desmatamento são justamente os que estão em maior ascensão na pauta exportadora. E a Amazônia fornece boa parte deles, com destaque a pecuária bovina (carne e até boi vivo) e a soja.

Figura 3- Tabela: Taxa de desmatamento anual da Amazônia (km²/ano), 2000-2010

ANO	AC	AM	AP	MA	MT	PA	RO	RR	TO	AMAZÔNIA
2000	547	612	-	1.065	6.369	6.671	2.465	253	244	18.226
2001	419	634	7	958	7.703	5.237	2.673	345	189	18.165
2002	883	885	0	1.085	7.892	7.510	3.099	84	212	21.651
2003	1.078	1.558	25	993	10.405	7.145	3.597	439	156	25.396
2004	728	1.232	46	755	11.814	8.870	3.858	311	158	27.772
2005	592	775	33	922	7.145	5.899	3.244	133	271	19.014
2006	398	788	30	674	4.333	5.659	2.049	231	124	14.286
2007	184	610	39	631	2.678	5.526	1.611	309	63	11.651
2008	254	604	100	1.271	3.258	6.607	1.136	574	107	12.911
2009	167	405	70	828	1.049	4.281	482	121	617	7.464
2010	273	474	679	0	828	3.710	427	0	60	6.451

Fonte: INPE (2011).

Como pode ser comprovado a partir dos dados da tabela acima, os primeiros anos da década passada foram críticos em termos de devastação florestal na Amazônia, chegando em 2004 com 27,7 mil km² de área desmatada. Naquele ano, só o Estado do Mato Grosso foi responsável por mais de 40% do desmatamento total, seguido pelo Pará

²⁸ MDIC, 2011

(32%). A partir desse pico, a área vem diminuindo gradativamente, alcançando 6,4 mil km² de área desmatada em 2010, que ainda é muito elevado.

Com relação a exportação de produtos básicos, a dinâmica exportadora revela que a Amazônia dobrou sua participação no fornecimento nacional de produtos de menor valor agregado de 2000 a 2010. A Tabela a seguir mostra este crescimento. Em 2000 o percentual já apresenta aumento expressivo, atingindo o pico em 2009, com 23,2%, ou seja, a maior parte da exportação nacional de produtos básicos tem origem na Amazônia.

Figura 4 - Tabela: Exportações de produtos básicos: Amazônia e Brasil 2000 - 2010

Ano	US\$ Mil (FOB)		
	Amazônia	Brasil	%_Amazônia
2000	2.078.022	12.564.214	16,54
2001	2.433.090	15.349.157	15,85
2002	2.739.186	16.959.138	16,15
2003	3.281.494	21.186.281	15,49
2004	4.923.374	28.528.571	17,26
2005	6.758.530	34.723.705	19,46
2006	7.833.855	40.280.500	19,45
2007	9.535.675	51.595.635	18,48
2008	15.157.183	73.027.660	20,76
2009	14.427.068	62.156.087	23,21
2010	20.014.744	90.147.293	22,20

Fonte: MDIC (2010).

Podemos salientar que essa tendência da Amazônia em ser o grande celeiro de produtos primários certamente não colabora no processo de desenvolvimento nacional e agrava as condições de exclusão social e de empobrecimento da região, tendo em vista que o retorno financeiro, não vem garantindo o investimento necessário para que haja desenvolvimento.

A contradição presente relaciona-se a dois aspectos centrais: i) as cadeias de produção primário-exportadoras são muito curtas, o que estabelece a incapacidade de apropriação de rendas (mineradoras ou agrárias) que pudessem definir novos padrões sociais e ambientais para a região; ii) a segunda contradição relaciona-se bastante com a anterior e refere-se a desoneração tributária para exportação desse tipo de bem estabelecida pela Lei Complementar 87/96 (Lei Kandir), sem contudo nenhuma solução federativa ser oferecida. Os estados exportadores líquidos acabam tendo o ônus ambiental e social, sem o devido retorno, seja tributário, seja oriundo de acordo federativo. (TRINDADE; OLIVEIRA, 2011).

Com base neste cenário, torna-se latente a necessidade de se avançar com a discussão do desenvolvimento sustentável e o investimento em uma política consiste no viés da responsabilidade ambiental. Observamos, ainda, que a Amazônia pode e deve continuar tendo destaque na produção primária, tendo em vista sua potencialidade natural, no entanto isso, não pode inviabilizar que se agregue tecnologia nos produtos exportados por ela.

E em virtude da baixa apropriação da industrialização a Amazônia é uma grade importadora desta técnica. Costa, Lopes e Camilo (2011) fazem uma observação com base nos dados da tabela a seguir e que se refere a esta questão, apontando os 10 produtos de importação da Amazônia.

Figura 5 - Tabela: principais produtos importados pela Amazônia, 2010

Produto	Valor (US\$ milhões)	Participação (%)
Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens, e suas partes e acessórios.	8.426,32	48,03
Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos de sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais.	3.778,32	21,54
Azubos ou fertilizantes.	969,87	5,53
Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios.	589,02	3,36
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; instrumentos e aparelhos médicos-cirúrgicos; suas partes e acessórios.	518,58	2,96
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijuterias; moedas.	411,44	2,35
Obras de ferro fundido, ferro ou aço.	396,08	2,26
Plásticos e suas obras.	380,35	2,17
Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioativos, de metais das terras raras ou de isótopos.	217,79	1,24
Produtos químicos orgânicos.	199,66	1,14
Demais Produtos	1.656,51	9,44
Total geral	17.543,93	100

Fonte: MDIC, 2011.

Ainda, sob análise de Costa; Lopes e Camilo (2011), as importações amazônicas são altamente concentradas no estado do Amazonas (63,02%), tendo em vista a grande demanda de máquinas, aparelhos e componentes, necessários à produção no Pólo Industrial da Zona Franca de Manaus. Seguem a este estado, o Maranhão (21,76%) e o

Pará (6,54%). Os produtos mais adquiridos são: máquinas, aparelhos, materiais elétricos e suas partes; combustíveis minerais, adubos e fertilizantes.

É também salientado pelos autores acima que a Amazônia, vive um processo de crescimento de suas exportações, o que é demonstrado por dados, no entanto, esta observação trás uma reflexão preocupante, tendo em vista, o que já foi descrito anteriormente sobre o tipo de exportação praticada na Amazônia e o ônus deste crescimento.

Segundo Medeiros, Young e Pavese (2011), em 2010, o Brasil figurava como a oitava economia mundial, com um crescimento médio anual de 4% nos últimos oito anos. Esse crescimento é possibilitado, entre outras razões, pela abundante disponibilidade de recursos naturais do país, como terras férteis, água, recursos florestais e reservas minerais variadas. No entanto, sua disponibilidade é limitada no tempo e no espaço, de forma que realizar uma boa gestão dessa base de recursos naturais é fundamental para garantir a capacidade de produção de riquezas no longo prazo.

1.2.2 Produtos Florestais Não Madeireiros na Amazônia

... a essência de todas as definições de sustentabilidade é que a floresta permaneça capaz de produzir bens e serviços, indefinidamente (Johns, 1997)

De acordo com Ministério do Meio Ambiente - MMA (2012) há forte potencial de mercado da biodiversidade contida nas florestas, várzeas, cerrados e rios amazônicos, que possuem 33 mil espécies de plantas superiores, sendo pelo menos 10 mil com uso medicinal, cosmético ou como bioinseticida, e 300 espécies de frutas comestíveis, além da rica fauna silvestre. Ainda que pouco significativos em termos macroeconômicos, os atuais produtos florestais não madeireiros, são fundamentais para a sobrevivência da população rural tradicional ou agroextrativista, tendo em vista o fácil acesso destas populações.

Os principais produtos florestais utilizados para auto-consumo alimentar são açaí, araçá, araticum, babaçu, bacaba, bacuri, biribá, buriti, buritirana, cacau, caju, camu-camu, cupuaçu, graviola, jambo, jenipapo, mamorana, mangaba, murici, pequi, pitanga, pupunha, sapota, taperebá, umbu e uxi. Embora nenhum deles tenha valor de produção elevado, a amplitude do conjunto expressa sua importância. Os produtos de uso medicinal incluem andiroba, copaíba e inúmeras plantas. Esses

produtos também são vendidos em mercados locais e regionais. Outros produtos florestais são utilizados localmente como fonte de combustível, material de construção, como no caso das palmeiras, e matéria-prima para bens de consumo não mercantis. (PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, 2012)²⁹.

Além da castanha-do-brasil, importante produto de exportação, podem ser citados, dentre os produtos florestais não madeireiros que estão sendo exportados, os energéticos (guaraná), o marfim vegetal (jarina), princípios ativos como rutila e jaborandi, a matéria-prima para perfume (pau-rosa) e diversas resinas e óleos, tanto as antigas “drogas do sertão” quanto produtos novos. O palmito, diversos fitoterápicos e fitocosméticos, o couro vegetal, o artesanato de capim dourado e o artesanato indígena, são também exemplos de produtos florestais com grande capacidade comercial é visível que há um mercado crescente para estes produtos os quais apresentam potencial mercadológico por meio de uma produção ecologicamente correta, gerando riqueza de forma sustentável, ou seja, o desenvolvimento está no centro de convergência do tripé dos aspectos econômicos, sociais e ecológicos.

Atualmente inúmeros trabalhos têm demonstrado o potencial de mercado para produtos florestais não-madeireiros. Algumas espécies, como a castanheira (*Bertholletia excelsa*), que possuem um mercado estabelecido, devido ao elevado valor da amêndoa, e são importantes para a transformação do modo de uso da terra na Amazônia. Os produtos florestais não-madeireiros permitem estabelecer um equilíbrio entre a segurança alimentar das populações, geração de emprego e renda e uso racional dos recursos naturais. Também são alternativas para reduzir o desmatamento.

Embora a Floresta Amazônica apresente elevada diversidade biológica, o conhecimento sobre o potencial dessa diversidade e de seus produtos é ainda empírico e pouco difundido. Para o uso racional dessa diversidade é importante que o conhecimento tradicional esteja associado à pesquisa, ao comércio e à expansão do mercado para esses produtos. Segundo Vázquez-Yanes e Aréchiga (1996), a ampliação do conhecimento sobre espécies florestais é um requisito fundamental para a difusão e uso em plantios e em sistemas agroflorestais.

²⁹http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/floresta_amazonica/producao_de_produtos_florestais_nao_madeireiros_na_amazonia_legal.html

De acordo com Fiedler, Soares e Silva (2008) a economia de produtos não madeireiros ainda não apresenta valores expressivos como o da economia formal. Em termos da região amazônica, apesar de gerar emprego para mais de um milhão de pessoas, a participação dos PFNM no PIB regional ainda é inexpressiva, apenas 1,85%.

Gama (2011)³⁰, apresenta uma definição para os principais atores sociais que desempenham função específica na cadeia de produção dos PFNM, que são:

- a) Os patrões, que possuem capacidade de se apropriar das terras e obter a mão de obra necessária para sua exploração;
- b) Os coletores, que são formados por vários grupos incluindo os índios, os caboclos descendentes das diferentes fases de ocupação da Amazônia, os descendentes de imigrantes nordestinos, e outros agricultores que foram atraídos pela abundância de terras na região;
- c) Os intermediários, que podem ser ou não dependentes, ou controlados pelo patrão, que por vezes estabelecem relações com os coletores como se fossem pequenos patrões; e
- d) Os atacadistas, que estão no topo da cadeia, vivem nas cidades e compram os produtos dos patrões para vender nos mercados domésticos e externos.

Gonzaga e Gomes (2008) destacam que dentre os produtos florestais não-madeireiros a castanha-do-brasil é o principal produto extrativista da região amazônica, manejada por milhares de famílias que vivem na região, sua produção ainda é predominantemente extrativa.

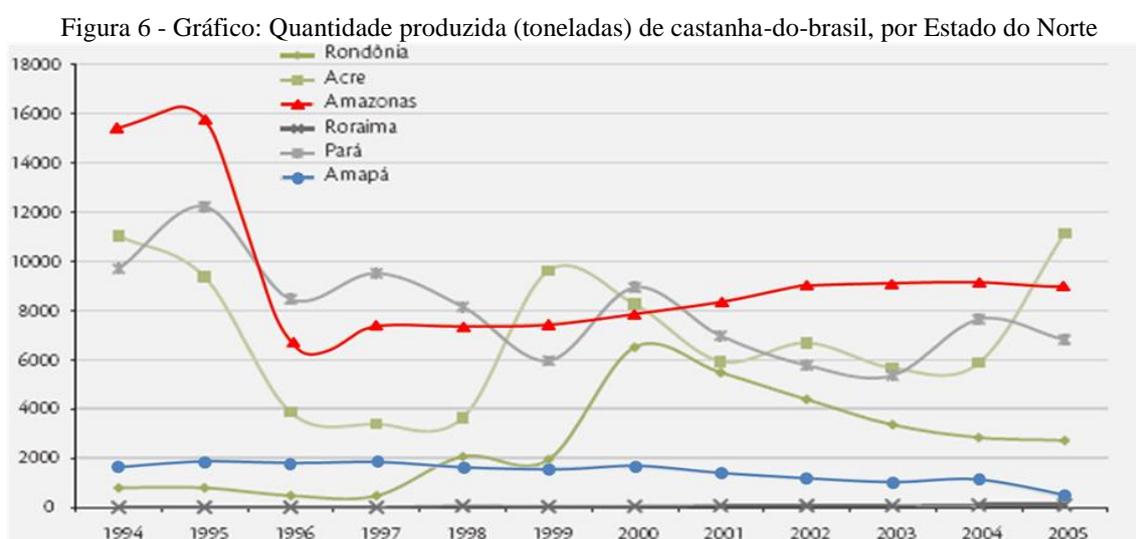
A castanha-do-brasil constitui-se como um produto de grande importância sócio-econômica para os Estados da Amazônia brasileira, faz parte do grupo de extrativismo vegetal não-madeireiro, que junto com a borracha tem um valor sócio-cultural e histórico muito importante (CLEMENT *et al*, 1999). Está “intimamente ligada à cultura das populações tradicionais da Amazônia, cujos produtos e subprodutos são utilizados como fonte de alimentação e renda”³¹. Encontra-se nas matas de terra firme, inclusive em vários países que fazem parte da Amazônia, cujo fruto denominado “ouriço” pesa cerca de um quilograma, contendo de 15 a 24 sementes. Suas amêndoas são de grande valor comercial no mercado internacional, e representam uma alternativa de renda para os seringueiros da

³⁰ GAMA, Michelliny de Matos Bentes - Pesquisadora - EMBRAPA/CPAFRO, 2009;

³¹ Programa Gestão Pública e Cidadania – Projeto castanha do brasil, 2001 *apud* Gonzaga, 2006.

Amazônia, com produção predominantemente extrativa, sendo as áreas de plantio ainda muito reduzidas (SOUZA, 2006).

A produção brasileira de castanha concentra-se nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Mato Grosso, sendo que os três primeiros são responsáveis por 80% do volume produzido (vide Figura 6). O Acre é o maior produtor e a cadeia produtiva neste Estado envolve cerca de 15 mil famílias que dependem da atividade extrativista. A maior parte da castanha brasileira é exportada *in natura* principalmente para a Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos e os países concorrentes são a Bolívia e o Peru.



Fonte: Enríquez (2009), com dados do IBGE. *Apud* Tavares, 2010.

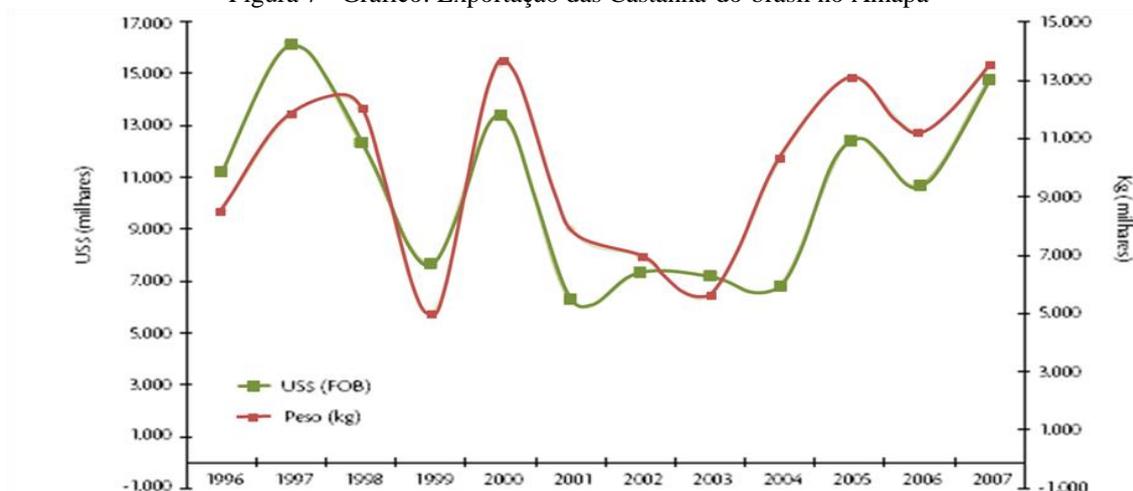
Até 1990 o Brasil produzia cerca de 50 mil toneladas de castanha e era considerado o líder no mercado mundial, com 80% do comércio, mas atualmente a produção brasileira vem diminuindo (cerca de 30 mil toneladas anuais) e a Bolívia passou à liderança com uma produção anual de cerca de 50 mil toneladas (CONAB, 2009). De acordo com Enríquez (2009), há mais de dois séculos o Brasil exporta castanhas para o mercado europeu e americano, e no mercado interno ainda é pouco desenvolvido e faltam informações sobre dados da comercialização da castanha com casca e sem casca. As exportações de castanha com casca são três vezes maiores do que as de castanha sem casca e processadas (com um maior valor agregado).

Os principais fatores que levaram a essa situação foram as oportunidades criadas pelas dificuldades que a indústria brasileira encontrou para atender as exigências do mercado europeu, que criou normas exigindo maior qualidade

na castanha importada, caindo a tolerância de 20 ppb (parte por bilhão) de aflatoxina para 4 ppb, expandindo esse padrão também para o mercado americano. (COSLOVSKY, 2005, 2006; HELBINGEN, 2001; MACIEL, 2007). *Apud* (FILOCREÃO, 2008, p. 11).

Tavares (2010), chama a atenção para a queda na comercialização, como pode ser visualizada no gráfico a seguir, a qual relaciona a falta de incentivos governamentais aos produtores extrativistas, ao desmatamento da região amazônica, que vem causando uma redução das áreas de plantio das castanheiras para dar espaço a outras culturas (como o eucalipto). Destaca também a falta de dados do governo brasileiro sobre extrativismo.

Figura 7 - Gráfico: Exportação das Castanha-do-brasil no Amapá



Fonte: Enríquez (2009), com dados do MDIC / SECEX *apud* Tavares, 2010.

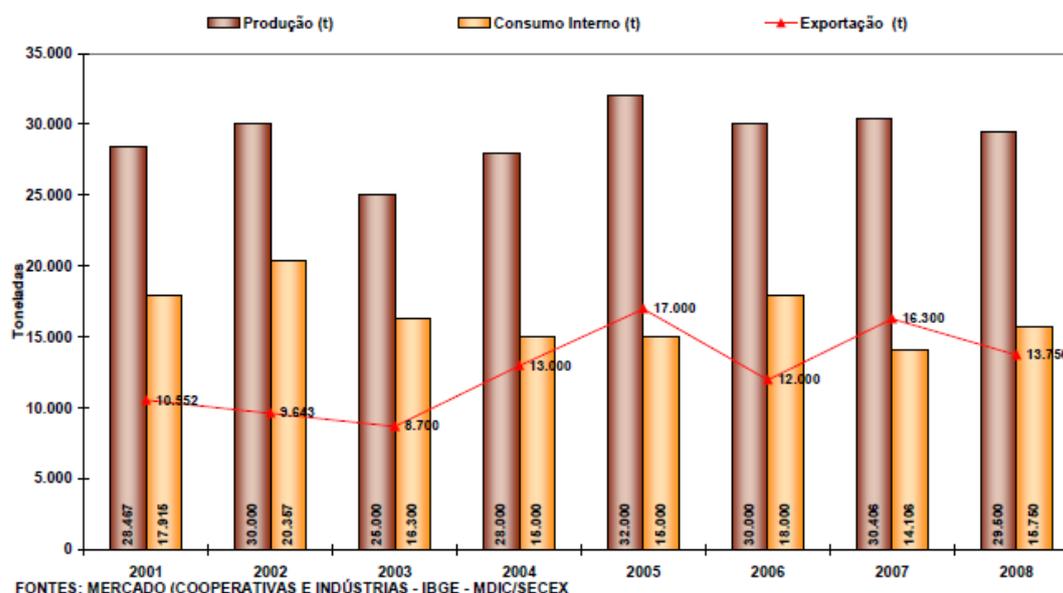
Acrescenta³² ainda com relação a queda na produção, os problemas que há na organização das cooperativas, as principais responsáveis pela extração da castanha (Embrapa, 2009). De acordo com Vilhena (2004), as cooperativas precisam agregar valor, diversificar os produtos originados da castanha-do-brasil e concorrer com o mercado externo. Na atividade de extração da matéria-prima não há internalização do conhecimento, especialização da mão-de-obra e verticalização da produção na comunidade. Com relação a este assunto o agroextrativista Pedro Ramos³³ destaca que “as cooperativas ainda não deram certo na Amazônia”.

³² Idem;

³³ Entrevistado em agosto de 2013.

De acordo com o gráfico a seguir é possível analisar uma mudança na comercialização da castanha, onde o mercado interno passa a ter um destaque.

Figura 8 - Gráfico: Castanha-do-brasil - Balanço de oferta e demanda no Brasil



Fonte: Enríquez (2009), com dados do MDIC / SECEX *apud* Tavares, 2010.

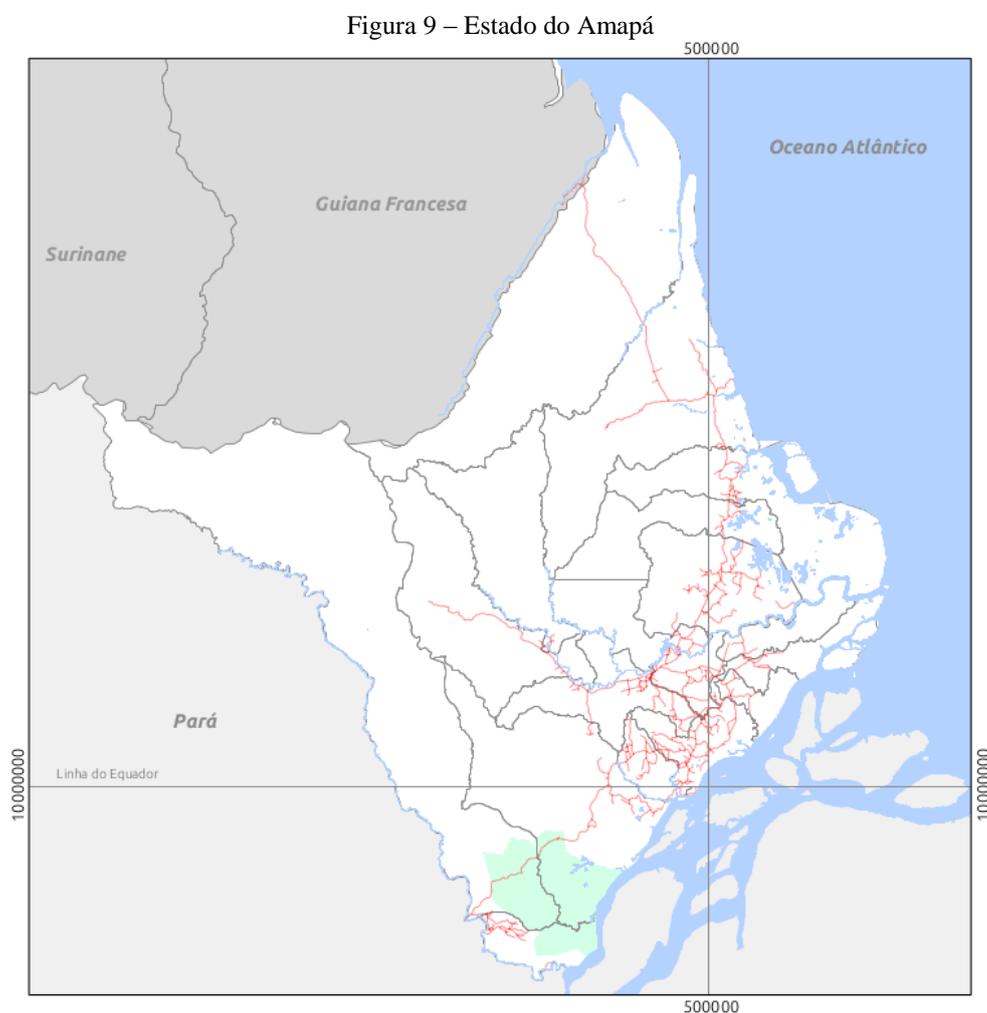
Esta mudança se dá em virtude a alta do preço para comercialização e o investimento na biotecnologia, que amplia a capacidade do Brasil em agregar valor a meteria prima, assumindo outro papel no mercado.

Segundo dados do IBGE, em 1990 o Brasil produzia 51.195 toneladas de castanha-do-brasil, enquanto que em 2009 foram produzidas 37,467 toneladas. Já a exportação, que em 1997 foi de 14,6 toneladas, em 2010 foi de 8,9 toneladas. Esta última queda se dá em virtude do fortalecimento do mercado interno. Com uma política brasileira de difusão do consumo interno, passou-se a exportar menos. Pennacchio (2011)³⁴, destaca que com certeza existe espaço para se aumentar a exportação. O país já chegou a exportar, em 2008, 50% de sua produção e atualmente este número caiu para 19% do total coletado. Grande parte do destino da castanha-do-brasil no mercado externo é para a composição do chamado mix de castanhas, e não isoladamente.

³⁴ Humberto Pennacchio, membro da Diretoria de Política Agrícola e Informação (DIPAI) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2011/11/alta-de-preco-diminui-exportacao-da-castanha-que-ganha-mercado-interno.html>

2 AMAPÁ AGROEXTRATIVISTA

Situado na Amazônia Oriental, o Estado do Amapá ocupa uma área de 143.454 km², o que corresponde a 3,9% da região Norte e 1,65% do território brasileiro. Conta com uma plataforma continental de 50.150 km² com extensão de 698 km. A configuração político-administrativa atual é formada por 16 municípios: Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Oiapoque, Calçoene, Amapá, Tartarugalzinho, Pracuúba, Itaúbal, Ferreira Gomes, Cutias do Araguari, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí. A seguir mata ilustrativo do Estado do Amapá.



Fonte: IEF (2013)

Segundo o IBGE (2008) o Amapá está localizado no extremo norte do país e é um dos nove estados que compõem a Amazônia brasileira. Situado na Amazônia oriental, o

Amapá limita-se ao norte com a Guiana Francesa (pelo rio Oiapoque e Serra do Tumucumaque), a noroeste com o Suriname (pela Serra do Tumucumaque), a leste com o Oceano Atlântico e ao sul (pelo rio Amazonas) e a oeste (pelo rio Jarí) com o estado do Pará. Possui 1.691 km de fronteira nacional e 707 de fronteira internacional, é atravessado pela Linha do Equador e ocupa uma área de 142.814 km², que corresponde a 3,71% da região norte e 1,68% da área nacional.

Seu ponto mais elevado é o Parque do Tumucumaque (701m), o clima predominante é o equatorial quente-úmido, vivencia duas estações bem definidas durante o ano: inverno e o verão. Ou é tempo de sol ou tempo de chuva. (AMAPÁ, 2006, p. 12).

O Amapá é detentor de uma característica que o torna peculiar dentre os demais Estados da Federação, destinando 72% do seu território às áreas protegidas. Estas totalizam cinco terras indígenas e 19 Unidades de Conservação- UC, abrangendo 10,25 milhões de hectares que se configuram como um componente fundamental para a gestão do Estado. (SEMA, 2012).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2008 o Estado contava com uma população de 613 mil habitantes, sendo que os três maiores municípios em contingente populacional são Macapá, Santana e Laranjal do Jarí. Os dois primeiros citados focam a pesca artesanal, a fruticultura, o madeira móveis e hortifrutigranjeiros como atividades de subsistência para as famílias e quanto ao último, sua economia é baseada no agroextrativismo.

Carvalho (2010) destaca que a população rural do estado do Amapá é formada basicamente de ribeirinhos, extrativistas, povos indígenas ou comunidades quilombolas. Até mesmo os imigrantes que foram assentados em pequenas áreas rurais no interior do estado, transformaram-se numa espécie de agroextrativistas e hoje dependem das atividades de coletas de produtos florestais para obtenção de recursos monetários.

O Amapá possui grande heterogeneidade ambiental que inclui áreas de manguezais, campos inundáveis, enclaves de cerrado, floresta de várzea e de terra firme, além de grande diversidade cultural com populações ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas distribuídas em diferentes ambientes e habitando áreas protegidas e entorno.

Com relação a preservação da biodiversidade, segundo a CI – BRASIL (2007), o Amapá é um dos estados mais preservacionistas. Com 10.476.117 hectares, ou 72% de seu território protegido, em 12 unidades de conservação e cinco terras indígenas, estas

áreas integram o conjunto denominado “corredor da biodiversidade do Amapá”. Este corredor é um projeto ecológico de longa duração, proposto pela sociedade civil organizada do estado, que visa conciliar a conservação da natureza com o desenvolvimento social e econômico. A pretensão é construir, em longo prazo, uma economia baseada no turismo ecológico e no uso inteligente dos recursos naturais.

Segundo dados do IBGE (2007), o PIB do Amapá atingiu o valor aproximado de R\$ 6.022 Milhões ou 0,2% do PIB nacional. O PIB *per capita* está estimado em R\$ 10.253, ocupando a 15^o posição no ranking nacional. A composição do PIB amapaense é de 5,9% resultado da agricultura, 8,3% da indústria e 85,8% dos serviços. Para Carvalho (2010) o Estado não possui produção capaz de suprir suas demandas e é obrigado a importar grande parte dos produtos para consumo e exporta, quase exclusivamente, matéria prima. Uma das grandes dificuldades que impede o pleno desenvolvimento do estado é a carência em infra-estrutura, como energia, comunicação e transporte.

Outro grande empecilho para o estado é a questão fundiária, uma vez que, por ter sido território federal, aproximadamente 72% das terras do estado possuem restrição de uso, sendo muitas áreas de assentamento do INCRA, outras de reserva indígena sob jurisdição da FUNAI e outras de proteção ambiental de responsabilidade do IBAMA. Assim, muitas propriedades acabam sendo terras griladas ou pequenas propriedades familiares, além das terras com reservas minerais que são concedidas a grandes empresas para exploração de minérios (principalmente o manganês e o ouro). Frente à essa situação, há uma tendência de migração para os centros urbanos, onde o serviço público se torna um atrativo.

2.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

No início do século XX se manifestaram com bastante ênfase os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais decorrentes do processo de Revolução Industrial. Isto provocou uma grande inquietação no interior das sociedades cujo desenvolvimento estava diretamente ligado às atividades do campo, aonde o homem vivia desprovido das normas estabelecidas pelo mundo capitalista, como era o caso da Rússia, antes da revolução bolchevique.

Num cenário de intensa expansão e inovação tecnológica internacional, o Amapá enquanto unidade federada, localizado na região Amazônia esteve inserido no projeto colonizador europeu, cujas políticas foram associadas à exploração dos recursos naturais e domínios territoriais³⁵. A sociedade local sobrevivia da caça, da pesca, da coleta e extração dos recursos naturais como as drogas do sertão e a borracha que foram exploradas e encaminhadas ao mercado europeu, cuja principal mão-de-obra deste processo fora à indígena. Sobre esta questão os estudos de Porto apontam que,

O Amapá tem suas origens a partir das transformações geopolíticas e institucionais ocorridas em nível mundial que se iniciam com o período colonial, momento de grandes conflitos entre Portugal e outras nações européias na foz do rio Amazonas, visando à ocupação, a defesa e a exploração das terras recém descobertas, chegando-se a construir fortes para garantir a defesa deste espaço [...]. Dentre as potencialidades de maior destaque encontradas em terras correspondentes ao atual Amapá, cita-se a aurífera, que instigou a expansão dos franceses no início do séc. XVIII. A preocupação pela defesa da fronteira foi justificada pelo ideal de “defesa nacional” (PORTO, 2006, p. 19).

Neste sentido, as condições de superveniência entre os nativos e os colonos que iam sendo estabelecidas no seio da Amazônia provocaram um desequilíbrio nos hábitos e costumes locais, onde as comunidades tradicionais passaram a dividir território (espaço) com o homem branco, e convivência do índio com o colonizador trincou a cultura nativa devido à absorção de hábitos praticados pelo europeu. Inclusive houve um choque de identidade que fora sendo modificado a partir da inserção de técnicas de trabalho e relações de poder, difundidos pelos interesses econômicos da época.

Para Araújo (2003), no entanto, este espaço de domínio, pré marcado pelos colonizadores, estava ocupado. E os seus ocupantes e reais possuidores, os índios, resistiam naturalmente aos invasores. Nos conflitos que se seguem entre os nativos e os colonos, o poder especificamente sobre o índio assumiu-se, na mentalidade do colonizador, como a única possibilidade de domínio real sobre o território. Mas do que isto, o índio é convertido no motor da economia regional, que se fundamenta na escravização do gentio. Assim, no contexto desta disputa de poder, deslocada já do domínio das terras

³⁵ A questão territorial pode ser compreendida a partir das conquistas espaciais decorrentes do processo de colonização, aonde as grandes potências iam se instalando e impetrando seus domínios, principalmente para exploração dos recursos naturais existentes.

para o domínio das gentes, que se situam as grandes tensões entre os colonos e os missionários, que vão marcar todo o primeiro século da colonização e que são especialmente significativas na definição do quadro regional.

Assim, a discussão teórica traçada por Weinstein (1993) acerca das transformações do espaço amazônico informa que a Amazônia emergia da condição de região economicamente atrasada desde 1823, contudo a elite regional não parecia estar muito satisfeita com esses sinais de prosperidade. A extração da borracha parecia frágil para o povoamento e desenvolvimento em longo prazo. O maior grupo desse setor era a comunidade portuguesa, que há duas décadas antes estava em guerra com a elite de brasileiros natos.

Estes relatos possibilitam compreender que o desenvolvimento industrial da Amazônia ocorreu de maneira tardia, dando mais abertura a exploração dos recursos naturais e hoje se percebe esta disparidade desenvolvimentista com bastante ênfase nos Estados que são geograficamente mais distantes, em termos de industrialização, dos grandes centros produtivos brasileiros e que têm acesso limitado ao mercado nacional e internacional, como é o caso do Amapá.

Estudos realizados por Porto, Lima e Brito (2005) apontam que a origem espacial dos Territórios Federais no Brasil está no desmembramento de Unidades Federativas existentes (com exceção do Acre, que foi por anexação), que apresentavam grandes extensões, inclusas no contexto do discurso de “vazio demográfico” e em áreas fronteiriças que correspondiam àquelas que outrora foram conflituosas ou de posicionamento estratégico.

Além disso, Porto (2005) destaca que os Territórios Federais criados foram Fernando de Noronha, em 1942, (arquipélago desmembrado do Estado de Pernambuco), Amapá, Rio Branco (hoje se constitui no Estado de Roraima), Guaporé (atualmente é conhecido como o Estado de Rondônia), Ponta Porã e Iguazu, em 1943. E, cabe no momento, também, lançar mão do que especificamente Porto defende, ao apresentar que:

A primeira experiência de Território Federal no Brasil ocorreu com o atual Estado do Acre. A questão do Acre teve como ponto de conflito a exploração e a ocupação por brasileiros em áreas bolivianas, na busca da borracha, produto este que se apresenta como o principal recurso econômico regional, durante o chamado “período áureo da borracha”. (1870-1912). Esta ocupação conflituosa trouxe como consequência a sua anexação ao espaço brasileiro,

mediante acordos internacionais entre Brasil e Bolívia (1903) e Brasil e Peru (1909) (PORTO, 2005, p. 13).

Observa-se, no entanto, que vários foram os motivos históricos segundo Porto (2005) que levaram à criação dos Territórios Federais, porém, destaca que as relações de poder e superveniências pactuadas desde o período colonial até a consolidação destes Territórios em Estados Federados foram calcadas, segundo ele, em: 1) Questões geopolíticas; 2) Extração Mineral; 3) Influência de políticos locais; 4) A criação do Território Federal do Acre; 5) Características regionais norte do Pará; 6) A proposta pela Comissão Nacional de Redivisão Territorial; 7) Justificativa Militar; 8) Defesa Nacional; 9) Jurídica, dentre outros. Só a partir de 1988, com a criação da Constituição Federal Brasileira o Território Federal do Amapá passa a condição de Estado da Federação.

Até 1988, os investimentos financeiros eram escassos. O Governo brasileiro pouco dava abertura para a vinda do capital internacional e quando este aparecia, era dotado de condições especiais e concessões, o que minimizava os investimentos das multinacionais nas comunidades regionais que iam sendo formadas. Inclusive ocorreram mudanças nas práticas produtivas e nos modos do cotidiano, haja vista que os comportamentos foram dinamizados, o nativo foi se aportuguesando e, dessa forma, a diversidade foi se firmando, nas línguas, no poder político, na legislação vigente, nos costumes, nas crenças do povo etc.

Neste sentido, nota-se que no Amapá, assim como na região amazônica de modo geral, o desenvolvimento industrial foi tardio devido às condições estruturais existentes, associadas à vida do nativo que se dedicava a exploração dos produtos e riquezas naturais amazônicas. Entretanto, se observa que o processo de colonização deste espaço assegurou os ideais de defesa territorial com a construção de fortes situados em pontos estratégicos, gerenciados a partir do modelo imposto pelos portugueses, os idealizadores do projeto de expansão de terras e colonização.

No entanto, Coelho (2001) aponta que no decorrer dos séculos XVII e XVIII, boa parte do que hoje conhecemos como a Amazônia brasileira foi objeto de preocupação e percurso de viajantes europeus. As viagens ocorridas nesse período distinguiam-se das do século XVI. Essas últimas estiveram marcadas pelas primeiras impressões que a América Latina despertou no Velho Mundo. Os relatos formulados durante esses contatos iniciais estão marcados pelo recurso ao maravilhoso, ao lendário, enfim, por aquilo que podemos

denominar de imaginário europeu em relação ao Novo Mundo. Algo bem diverso percebe-se nos séculos que se seguem. Ainda que aquele imaginário sobreviva, as viagens concretizadas abandonaram o recurso ao lendário, ao mítico, ao fantástico, para conhecer a natureza e o homem local, através de critérios e métodos que guardassem cientificidade.

Esta análise evidencia que o empreendimento projetado pelo colonizador apontava fatores de intensas disputas e conquistas pelas terras amazônicas, inclusive houve um grande processo de valoração do cenário, para posterior exploração, imbricado nos interesses comerciais da época, cujo potencial fora observado na diversidade das riquezas e dos produtos naturais da região.

Observa-se ao longo da história (política, social, econômica e geográfica) que a criação do Amapá, enquanto Unidade da Federação tomou rumos contrários à maioria dos Estados brasileiros que receberam investimentos do capital internacional para promover o desenvolvimento interno. Isto fica evidente no posicionamento de Chelala quando analisa o contexto brasileiro que possibilitou a formalização do federalismo no país. Segundo ele,

O Amapá, enquanto unidade da federação, trilhou um caminho diverso daquele da maioria dos Estados brasileiros, que nasceram como províncias junto com a própria independência do Brasil, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. O trajeto amapaense foi ser desmembrado do estado do Pará em 1943, primeiramente na condição de Território Federal, atendendo a interesses de povoamento e defesa de áreas fronteiriças. Assim o Amapá nasce enquanto estado da Federação brasileira em 1988, graças ao texto da Carta Magna que o emancipou, tirando-o da condição de Território Federal, tendo sido definitivamente instalado em 1991, com a posse de seus primeiros mandatários. A sua constituição formal como unidade da federação brasileira não garantiu todas as condições necessárias ao funcionamento autônomo, apresentado, assim como seus pares ex-Territórios Federais (Acre, Fernando de Noronha, Rondônia e Roraima, em especial, transformada em estado junto com o Amapá), estruturas anacrônicas e distorções que viriam a impactar na plena assunção do novo caráter de estado-membro da união (CHELALA, 2008, p. 96-97).

Compreende-se que tal mudança pouco contribuiu para a consolidação de sua autonomia político administrativa, visto que permaneceu sobre a tutela paternalista, das iniciativas políticas, administrativas e econômicas do Governo Federal. Em síntese, nota-se

que o Estado³⁶ não adquiriu sua magnitude financeira em relação aos investimentos internos, mesmo sendo provido de um grande potencial em recursos naturais.

Inclusive se observa que o parque industrial do Estado está em fase de construção e o trabalho industrial realizado é visto com maior precisão nos municípios de Vitória do Jarí, Serra do Navio e Pedra Branca, sendo o primeiro com a exploração do caulim e nos outros dois, têm-se a implantação de empresas multinacionais, para a exploração de minérios, cujos trabalhos foram iniciados com a vinda da Indústria e Comércio de Minérios do Amapá (ICOMI)³⁷ por volta de 1950 para a exploração do Manganês que implantou estruturas de trabalho e relações de poder diferentes daqueles desenvolvidos no Amapá da época.

Um estudo de Porto, Mendonça, Azevedo e Araújo (2008), informa que a partir da Constituição Brasileira de 1988 o Amapá sai da condição de Território Federal e passa a Estado da Federação. Antes de 1988 os governos federais criavam 'ajustes espaciais' a fim de instalar condições para que o capital se manifestasse e ganhasse movimento a partir de um sistema de redes informacionais, sendo as redes entendidas como um meio de produzir o território. Para ele, ajustes espaciais são adaptações efetivadas no espaço com foco na reprodução do capital.

Percebe-se, no entanto, que o Amapá, mesmo em condições geográficas longínquas ao centro sul do Brasil, aonde há grande incidência do setor industrial produtivo, apresenta condições naturais favoráveis a exploração principalmente quanto à vocação mineral, pesqueiro e agroextrativista.

As pesquisas realizadas pelo Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo (AMAPÁ, 2005) informam que o Estado possui um grande potencial econômico para o mercado local, a partir da cultura de gêneros voltados ao agroextrativismo e aqüicultura, cujo povo amazonida poderá explorá-los, garantindo o sustento de suas famílias, por meio de práticas sustentáveis, que visam extrair os recursos da natureza de maneira responsável, utilizando técnicas de trabalho que não cessem os produtos naturais existentes.

³⁶ Compreendido como instituição de poder criado pelos indivíduos nele inseridos e que têm representação legítima para a criação de leis sociais e instalação da ordem social. Entretanto vê-se como sendo um sistema que interliga subsistemas (organismos sociais de âmbito jurídico, administrativo, educativo e assistencial), relacionadas ao desenvolvimento.

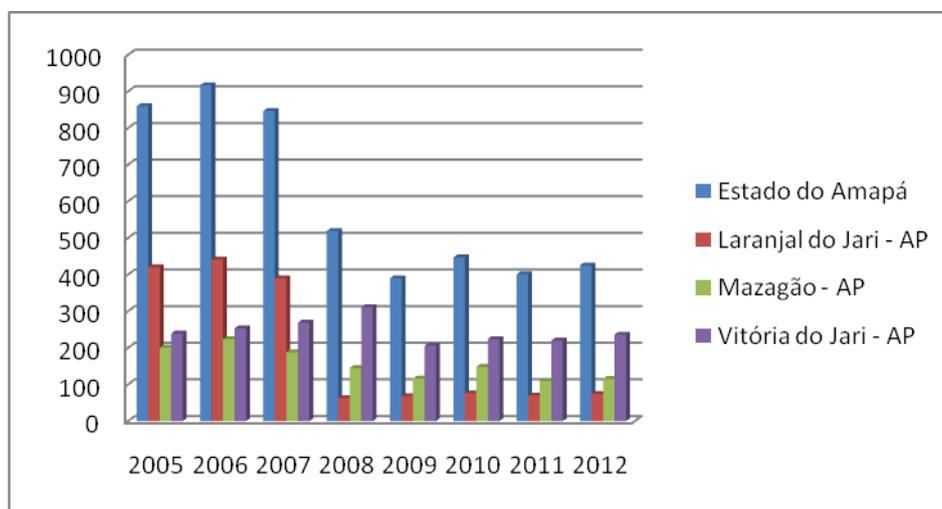
³⁷ Sobre a questão da ICOMI no Amapá ver DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Póvoas. O Amapá nos tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

Para Enriquez (2008), a castanha-do-brasil tem grande capacidade comercial, e é um dos produtos da biodiversidade tradicionalmente exportado pelos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Amapá desde 1911.

Segundo dados apresentados por Filocreão (2012)³⁸, hoje 81,2% do sul do Amapá encontra-se legalmente protegido (3.802.965 hectares). Sendo que destes, 43,9% é destinado ao uso direto das populações agroextrativistas. (1.671.455 hectares) em RESEX, RDS e PAE. Vale ressaltar que nessas áreas se localizam os principais castanhais do Amapá.

A castanha-do-brasil é um produto bastante apreciado tanto em nível comercial nacional e internacional, na indústria alimentícia, farmacológica e de cosmético, e se considerarmos a potencialidade natural do Estado do Amapá, o qual possui um ecossistema favorável para uma produção mais significativa, se percebe que o mesmo está produzindo menos do que de fato poderia produzir (CAMPOS; FILOCREÃO; RIBEIRO, 2009). E como pode ser visualizado no gráfico a seguir está realmente diminuindo sua produção:

Figura 10 - Gráfico: A produção da castanha-do-brasil Amapá (2005-2012)



Fonte: IBGE, 2013

Campos, Filocreão e Ribeiro, também destacam que o mercado mundial da castanha-do-brasil até a década de 1990 era dominado pelo Brasil, no entanto a falta de

³⁸ Dados apresentado na Oficina promovida pelo Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA em 2012; em parceria com a EDP - Energias do Brasil, Fundação Orsa e ONG Parceiro; governos dos Estados Pará e Amapá e das prefeituras de Almeirim, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, que se discutiu a cadeia da castanha do brasil para se definir uma agenda positiva entre Pará e Amapá.

incentivos a modernização da indústria contribuíram para que este perdesse seu destaque para a Bolívia, que ao contrario do Brasil fez os investimentos necessários exigidos pelo mercado internacional. Este fato nos remete perceber a importância em acompanhar as inovações que o mercado requer, investindo em técnicas e formação dos agentes produtivos.

Ainda na abordagem de Campos, Filocreão e Ribeiro (2009), o motivo que levou o Brasil a perder o domínio na exportação da castanha no período citado, não se deve exclusivamente a falta de tecnologia, mas também ao fato de neste período, haver um interesse muito maior nos projetos voltados ao agronegócio, a exemplo, a pecuária, que além de investimentos financeiros necessitava, de uma infraestrutura que não foi favorável ao extrativismo em virtude do desmatamento que o novo empreendimento necessitava, transformando parte da estrutura da floresta em pastagens para o gado.

2.2 A ECONOMIA AGROEXTRATIVISTA DO AMAPÁ

Sousa (2006) destaca que o agroextrativismo é uma atividade de elevada importância socioeconômica na Amazônia, tendo em vista que dela sempre dependeu grande parte de sua população. Ressaltando que seus habitantes já vivenciaram diversos momentos importantes de exploração dos recursos extraídos da floresta, os quais foram significativos historicamente, como as drogas do Sertão desde o século XVI, o ciclo da borracha no final do século XIX, a febre do ouro com a descoberta da Serra Pelada em 1980, a intensa exploração de manganês na Serra do Navio entre 1957 e 1997, e, em décadas mais recentes, a instalação de madeiras e a abertura da fronteira agrícola.

A cerca do agroextrativismo Antônio Carlos Hummel³⁹, destaca que "O potencial de gerar renda é enorme", que "há milhões de hectares disponíveis em áreas de reservas extrativistas e assentamentos sustentáveis de reforma agrária. O desafio é transformar isso em um ativo de combate à pobreza, protegendo a floresta e combatendo o desmatamento", completou.

Sobre este aspecto muito se tem discutido, como se pode citar o Encontro⁴⁰ promovido pelo Governo Federal por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário –

³⁹ Presidente do Serviço Florestal Brasileiro, as informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

⁴⁰ Oficina de Articulação Institucional para as Boas Práticas da Cadeia de Valor da Castanha do Brasil, realizada no Auditório da Fundação Orsa, em Monte Dourado (PA). O evento reuniu mais de 100 pessoas e

MDA; em parceria com a EDP - Energias do Brasil, Fundação Orsa e ONG Parceiro; com apoio dos governos do Pará e Amapá e das prefeituras de Almeirim, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí, para discutir a cadeia da castanha e definir uma agenda positiva entre Pará e Amapá. (FUNDAÇÃO ORSA, 2012).

O evento teve como objetivos fomentar o desenvolvimento de lideranças e levar conhecimento técnico agroflorestal aos filhos de agricultores e extrativistas; criar uma agenda positiva de articulação com os Governos do Para e Amapá e com o Governo Federal. (FUNDAÇÃO ORSA, 2012).

Figura 11 - Foto: Extrativistas na Oficina que discutiu a cadeia produtiva da castanha-do-brasil no Pará e Amapá



Fonte: Jornal Institucional "Acontece Fundação Orsa Vale do Jarí" - 2ª edição - Março/2012

No evento foi destacado que a meta é fortalecer os modelos de boas práticas e agregação de valor bem sucedidos no Vale do Jarí, como também aumentar sua escala para envolver outras comunidades que ainda não participam desses projetos. "Temos que, progressivamente, e de forma integrada, impulsionar a cadeia produtiva da castanha para o campo da independência econômica, da legalidade e da cidadania", afirma Malena Damasceno (2012), coordenadora de desenvolvimento econômico, da Fundação Orsa Unidade Jarí.

de 40 representantes de órgãos públicos, instituições de ensino e pesquisa, agentes financeiros, empresas, cooperativas, organizações da sociedade e comunidades agroextrativistas.

Figura 12 - Foto: Gestores governamentais (SEICOM, SEMA e IEF). Evento ocorrido em março de 2012 na Fundação Orsa em Monte Dourado, que discutiu a cadeia produtiva da castanha-do-brasil no Pará e Amapá



Fonte: Fundação Orsa⁴¹, 2012.

No referido encontro o MDA destacou que a construção de um arranjo institucional com esse foco e perfil estão referenciados nas diretrizes gerais da estratégia de intervenção territorial, através de um conjunto de ações articuladas com entidades parceiras no intuito de consolidar as seguintes questões:

- a) **Fortalecimento da Gestão Social** – ampliação da capacidade dos atores sociais do território em gerenciar de forma pactuada os rumos do desenvolvimento territorial / regional, construindo mecanismos participativos de gestão e controle social;
- b) **Fortalecimento das Redes Sociais de Cooperação** - ampliação do nível de organização, confiança e cooperação por parte das organizações da sociedade, fortalecendo a identidade territorial das comunidades agroextrativistas;
- c) **Dinamização Econômica das Comunidades Agroextrativistas** – fortalecimento dos sistemas e redes produtivas locais formadas pelas organizações de base, representativas das comunidades agroextrativistas participantes dos projetos, ampliando a capacidade dessas organizações e comunidades em termos de qualidade, produtividade e agregação de valor;

⁴¹ Jornal Institucional “Acontece Fundação Orsa Vale do Jarí” - 2ª edição - Março/2012.

- d) **Articulação de Políticas Públicas** – integrar políticas e programas públicos com foco na realidade territorial, promovendo a otimização de recursos, a intersectorialidade e o fortalecimento do capital social, sobretudo das institucionalidades locais representativas das comunidades agroextrativistas.

Tais questões enfatizam que sem um trabalho de análise e estruturação das cadeias produtivas agroextrativistas da região, dentro de uma visão estratégica e sistêmica, não será possível promover a capacidade de gestão dos processos produtivos e comerciais, pelas comunidades locais.

No evento Euler⁴² (2012) destacou que o Estado do Amapá ainda tem para a construção de uma sólida política de conservação e uso sustentável da floresta, transpor alguns entraves como: a dificuldade de acesso a ATER⁴³ e Crédito Florestal, informando que nenhum produtor do Amapá acessou o PRONAF⁴⁴ Floresta até então; a dificuldade de legalização na produção madeireira do estado, sobretudo em escala comunitária (manejo comunitário); e a situação fundiária irregular da maioria das terras da região amapaense, as quais somente 11% das terras são do Estado e 89% do Governo Federal, enfatizando que sem terra, não é possível promover desenvolvimento e conservação florestal. Conclui, reafirmando a importância da composição de um arranjo institucional público-privado, fundamentado em uma sólida visão de conservação e desenvolvimento florestal, com capacidade de elaboração e gestão de projetos, e de articulação de oportunidades, a exemplo dos editais do Fundo Amazônia do BNDES, e de micro-finanças direcionadas ao pequeno produtor, iniciativas sob as quais o Instituto Estadual da Floresta - IEF já vem trabalhando em termos de elaboração de propostas.

No mesmo evento José Reinaldo⁴⁵:

Ratifica a visão do IEF de que o avanço da economia do Estado está condicionado à solução do problema fundiário, comentando o fato de que o Estado teve que devolver cerca de três milhões de reais ao MDA⁴⁶ por falta de prestação de contas no valor aproximado de 04 milhões de um montante de 07 milhões liberados por este ministério ao Amapá no governo de 2004 a 2010. O Secretário, ainda afirma que o governo tem uma política de

⁴² IEF;

⁴³ ATER;

⁴⁴ PRONAF;

⁴⁵ SEICOM;

⁴⁶ MDA.

valorização da produção da castanha e outros produtos agroextrativistas, por meio da compra de produtos da agricultura familiar para inserção na merenda escolar, investido R\$ 1,00 percapta em compras para a alimentação escolar e conclui que a importância que o governo dá a cadeia da castanha, está representada na ocasião desta oficina com a presença de três secretários de governo. (FUNDAÇÃO ORSA, 2012).

A seguir alguns aspectos que completam as afirmações acima:

O Estado do Amapá não possui produção capaz de suprir suas demandas e é obrigado a importar grande parte dos produtos para consumo e exportar, quase exclusivamente, matéria prima. Uma das grandes dificuldades que impede o pleno desenvolvimento do estado é a carência em infra-estrutura, como energia, comunicação e transporte. Outro grande empecilho para o estado é a questão fundiária, uma vez que, por ter sido território federal, aproximadamente 72% das terras do estado possuem restrição de uso, sendo muitas áreas de assentamento do INCRA, outras de reserva indígena sob jurisdição da FUNAI e outras de proteção ambiental de responsabilidade do IBAMA. Assim, muitas propriedades acabam sendo terras griladas ou pequenas propriedades familiares, além das terras com reservas minerais que são concedidas a grandes empresas para exploração de minérios (principalmente o manganês e o ouro). (JUZWIAK; NATALI, 2010, p. 03).

A cerca do agroextrativismo o Governo do Estado do Amapá também apresenta propostas para este segmento produtivo, com o incentivo de R\$ 3,3 milhões por meio do Programa PRO-EXTRATIVISMO⁴⁷, que tem por objetivo central fomentar a cadeia produtiva do açaí, castanha-do-brasil e cipó-titica com iniciativas de apoio ao manejo e comercialização desses produtos, originários da sociobiodiversidade amapaense.

Para a implantação e execução do Programa Proextrativismo no Amapá serão usados recursos do Programa Territorial da Agricultura Familiar (Protaf), do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (Frap) e do Fundo de Apoio ao Microempreendedor e ao Desenvolvimento do Artesanato do Amapá (Fundmicro)⁴⁸.

⁴⁷ É um projeto do Governo do Estado do Amapá, que tem como meta valorizar as principais cadeias extrativistas do estado promovendo a assistência técnica para o manejo florestal, o licenciamento ambiental, a educação para o crédito e o reconhecimento dos serviços ambientais (bioclimáticos) prestados pelos produtores e suas florestas. Lançado em 05 de setembro de 2012, em Macapá, durante a 49ª EXPOFEIRA Agropecuária do Amapá. O programa conta com apoio dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e segue a linha do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. (IEF, 2012).

⁴⁸ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8652-extrativismo-no-amap%C3%A1>. Acesso em: 17.08.13.

Projetos como este que tem como metas investir na produção agroextrativista, aliando desenvolvimento local e preservação ambiental é fundamental para valorizar e dinamizar as produções locais. A seguir destacam-se as metas do Proextrativismo:

Licenciar e Implantar 1.200 hectares de unidades de manejo de açazais nativos; Licenciar e Implantar 200 unidades de manejo de cipó-titica; Licenciar e Implantar 100 unidades de manejo madeireiro de baixo impacto (várzea e terra firme); Subsidiar a atividade de coleta de castanha de 500 famílias extrativistas; Capacitar 2.000 famílias extrativistas em boas práticas de manejo e coleta de açaí, castanha-do-brasil, cipó-titica e madeira. (IEF, 2012⁴⁹).

De acordo com a secretária substituta de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Larisa Gaivizzo (2012), este programa é um reconhecimento da importância econômica dos produtos da sóciobiodiversidade, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento dos Arranjo Produtivo Local, gerando emprego e renda para centenas de comunidades que vivem da comercialização desses produtos, a secretária ainda destaca que inicialmente, o Proextrativismo fomentará a cadeia dos três principais produtos extrativistas do Amapá: açaí, castanha-do-brasil e cipó-titica. A expectativa é, no futuro, ampliar a iniciativa para outros produtos.

No Estado do Amapá, nos anos de 2009 e 2010 foi trabalhado em caráter experimental o mapeamento de 17 castanhais da Reserva Extrativista Rio Cajari. Sob a liderança da Embrapa Amapá, esta ação caracterizou-se como uma iniciativa de integração pesquisa-ensino-extensão por ter envolvido pesquisadores, estudantes de nível técnico e de graduação e produtores extrativistas (Carbono Cajari, 2012).

O resultado deste trabalho ainda segundo o projeto Carbono Cajari, permitiu uma melhor compreensão das grandes diferenças existentes no padrão de distribuição geográfica da espécie e da variação entre as classes de produção das árvores em função de diferentes ambientes e até mesmo dentro de um mesmo ambiente.

Em 2012 e 2013⁵⁰, também foi Georreferenciada por meio do projeto carbonos Cajari uma Área de 8.874,08 na RESEX do Cajari, identificando 321 castanhais com 71.390 Castanheiras.

⁴⁹ Disponível em: <http://www.ief.ap.gov.br/system/archives/77/original/PROEXTRATIVISMO.pdf>. Acesso em 17.08.13.

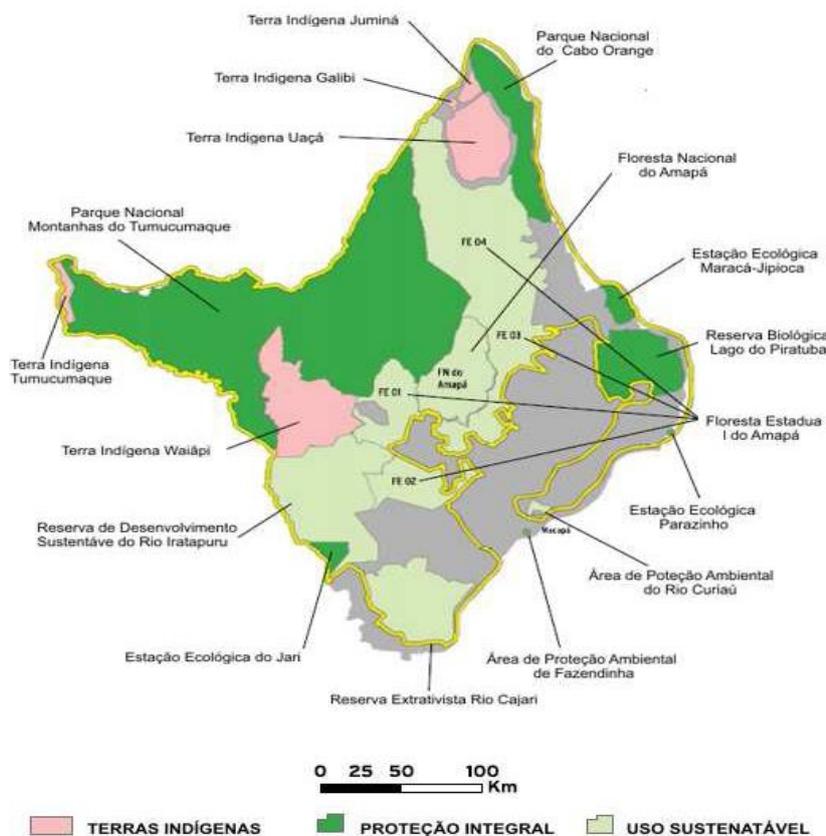
⁵⁰ Informação apresentada na 50^ª EXPOFEIRA do Amapá, pelo Eng. Florestal. Amiraldo Picanço - Coordenador Técnico do Mapeamento de Castanhais (Projeto Carbono Cajari), 2013.

Informações com estas possibilitam a implementação de políticas públicas de forma mais assertivas, tendo em vista que conhecendo a realidade é possível avançar com ações concretas.

2.3 AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO COMO POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO E O AGROEXTRATIVISMO

O Estado do Amapá é a unidade federativa brasileira que tem sofrido menor impacto sobre os recursos naturais. De acordo com os dados de Amapá (2010, p.01), o estado do Amapá possui 97% de sua cobertura florestal original. Ou seja, até hoje apenas 3% da sua área territorial teve a vegetação alterada por ações antrópicas. A riqueza da sua biodiversidade é considerada, por muitos, um elemento que deve ser considerado estratégico no processo de delineamento do modelo de desenvolvimento do estado. A seguir o mapa com as áreas de preservação do Estado.

Figura 13 - Áreas protegidas do Estado do Amapá: Unidades federal, estadual e municipal



Fonte: CI-Brasil (2007)

A criação das áreas de preservação ambientais como é o caso da RESEX-CA, teve importância para frear os impactos ambientais causados pelo desmatamento e uso inadequado dos recursos naturais. Segundo Maciel (2007), as taxas anuais de desflorestamento na região amazônica são apresentadas como as maiores do mundo.

2.3.1 Unidades de conservação e potencialidades

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC foi instituído por meio da Lei 9.985, definindo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação, que se traduz em uma política nacional de áreas protegidas com vários objetivos de proteção. Segundo Picanço (2009) essas unidades de conservação têm duplo objetivo, promover a melhoria das condições de vida dos moradores e garantir a proteção da biodiversidade local.

A Lei estabelece que as Unidades de Conservação classificam-se em 12 categorias distintas, que foram divididas em dois grandes grupos com características específicas que são as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável. (PICANÇO, 2009).

As Unidades de Proteção Integral elencadas a seguir tem o objetivo básico de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais:

- Estação ecológica (ESEC)
- Monumento Natural
- Parque Nacional (PARNA)
- Reserva Biológica (REBIO)
- Refúgio da Vida Silvestre.

E as Unidades de Uso Sustentável, destinadas a compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

- Área de Proteção Ambiental (APA)
- Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)

- Floresta Nacional (FLONA)
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)
- Reserva Extrativista (RESEX)
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)
- Reserva de Fauna

Picanço (2009) ainda destaca que a posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, são reguladas pelo instrumento jurídico de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, documento outorgado pelo poder público em favor das comunidades, através de suas representações.

O sucesso de conservação dos modelos Resex e RDS esta totalmente associado a capacidade de desenvolvimento econômico e social das populações que habitam essas Unidades de Conservação. Sendo assim, investimentos governamentais que promovam uma economia de base extrativista solida e duradoura baseada em produtos florestais e/ou n pesqueiros, pode representar um importante passo para a implantação de fato dessas unidades. Além disso, investimentos destinados ao fortalecimento da organização social nas Resex e RDS, assim como a valorização da identidade extrativista dos moradores dessas áreas, também representam pecas chaves no processo de desenvolvimento local e na valorização da floresta em pé. (CGEE, 2011, p. 92).

A criação das reservas extrativistas redefiniu a política de ocupação do espaço amazônico e legitimou o modo de vida das comunidades tradicionais que sobrevivem da exploração dos recursos naturais. Com efeito, os castanheiros do estado do Amapá, que sobrevivem extraindo os produtos da biodiversidade de forma sustentável, é a base desse sistema que proporciona ao mesmo tempo a sobrevivência de milhares de pessoas, garante a proteção e conservação de uma imensa área de floresta nativa.

Sousa (2006) faz uma importante observação que respalda esta estratégia de preservação, quando aborda que mesmo com a exploração comercial da castanha-do-brasil por mais de um século no sul do Amapá, não se visualiza redução em seus estoques.

3 A REGIÃO SUL DO AMAPÁ – RESEX DO RIO CAJARI⁵¹

Os ecossistemas: florestas de várzeas, florestas de terras firmes, cerrados tipo canarana, campos inundáveis e lagos, são componentes importantes da RESEX do Cajari cuja fauna e flora disponíveis poderão servir de inspiração e ao mesmo tempo de ponto de partida, fornecendo seus recursos naturais para elaboração e implementação do processo de desenvolvimento com sustentabilidade do intuito de promover a segurança e soberania alimentar.

Pedro Ramos

A Política Nacional de Meio Ambiente, através da publicação do Decreto Nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, possibilitou ao Governo Federal a criação de Reservas Extrativistas. Esse marco histórico para o socioambientalismo foi fruto de um movimento iniciado na metade da década de 1980, pelos extrativistas tradicionais da Amazônia, buscando garantir a posse da terra, a manutenção de seu modo de vida e a permanência da “floresta Amazônica em pé”.

As reservas extrativistas estão inseridas no Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e são classificadas em seu décimo oitavo artigo como:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (Lei nº 9.985/2000; Decreto nº 4.340/2002).

O principal objetivo de uma Reserva Extrativista é aliar a conservação da biodiversidade natural com o direito legítimo das populações residentes, de viverem do extrativismo dos recursos disponíveis (Brasil, 2000). No entanto, excluindo-se alguns períodos marcantes, como o “ciclo da borracha”, quando o processo produtivo era baseado em uma relação de extrema servidão para se produzir riquezas exclusivamente extrativistas (Filocreão, 2002). De acordo com o Zoneamento da Área Sul do Estado do Amapá, esta parte do estado cobre uma área de 2,5 milhões de hectares, organizado da seguinte forma; RDS Iratapuru representa 32% deste total, o PAE Maracá 22%, a Resex Cajari 20% e outras áreas cobrem 26%. (ALLEGRETTI, 2012, p. 5).

⁵¹ Segundo Adalberto (2008), é a terceira maior reserva extrativista do país.

Com base nas pesquisas realizadas para a construção deste material foi possível identificar algumas iniciativas governamentais e não governamentais com perspectivas de se garantir a conservação ambiental, como podemos citar o Decreto Nº 7.572, de 28 de setembro de 2011, referente à Bolsa Verde:

Em 02 de junho de 2011 foram instituídos o Decreto do Plano Brasil Sem Miséria e a Medida Provisória do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – a Bolsa Verde – regulamentada pelo Decreto de 28 de setembro de 2011. Seguindo os trâmites regulares de análise da Medida Provisória pelo Congresso Nacional para conversão em Lei, foram apresentadas 77 emendas parlamentares. As emendas concentraram-se em dois grandes temas: a) áreas objeto da atividade de conservação e b) a extensão do benefício para atividades não só de conservação, mas também, de recuperação ambiental. Foram propostas emendas visando à ampliação das áreas contempladas pelo Programa para além das Unidades de Conservação de Uso Sustentável e dos Assentamentos da Reforma Agrária, tais como: territórios quilombolas, colônias de pescadores, terras indígenas, ribeirinhos e extrativistas. Ou seja, povos e comunidades tradicionais em sua totalidade. (BRASIL, 2012, p. 28).

As Reservas Extrativistas são áreas de domínio público, que devem dispor de Plano de Manejo, possuir Conselho Deliberativo e uso concedido às populações extrativistas tradicionais através da assinatura do Contrato de Concessão do Direito Real de Uso. O SNUC - Lei 9985 de 18 de julho de 2000, no caput de seu Artigo 27, impõe que as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, estipulando que esse plano deve ser elaborado em 5 anos a partir da data de sua criação. Apesar da determinação contida na lei, a RESEX do Rio Cajarí já tem 20 anos de criação e ainda não teve as condições necessárias para a elaboração de seu plano de manejo.

A criação do ICMBio (Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007) impõe aceleração desses processos. Entretanto, existem vários aspectos relacionados à melhoria da qualidade de vida da população humana em UC de uso sustentável sobre os quais não possui atribuição e controle.

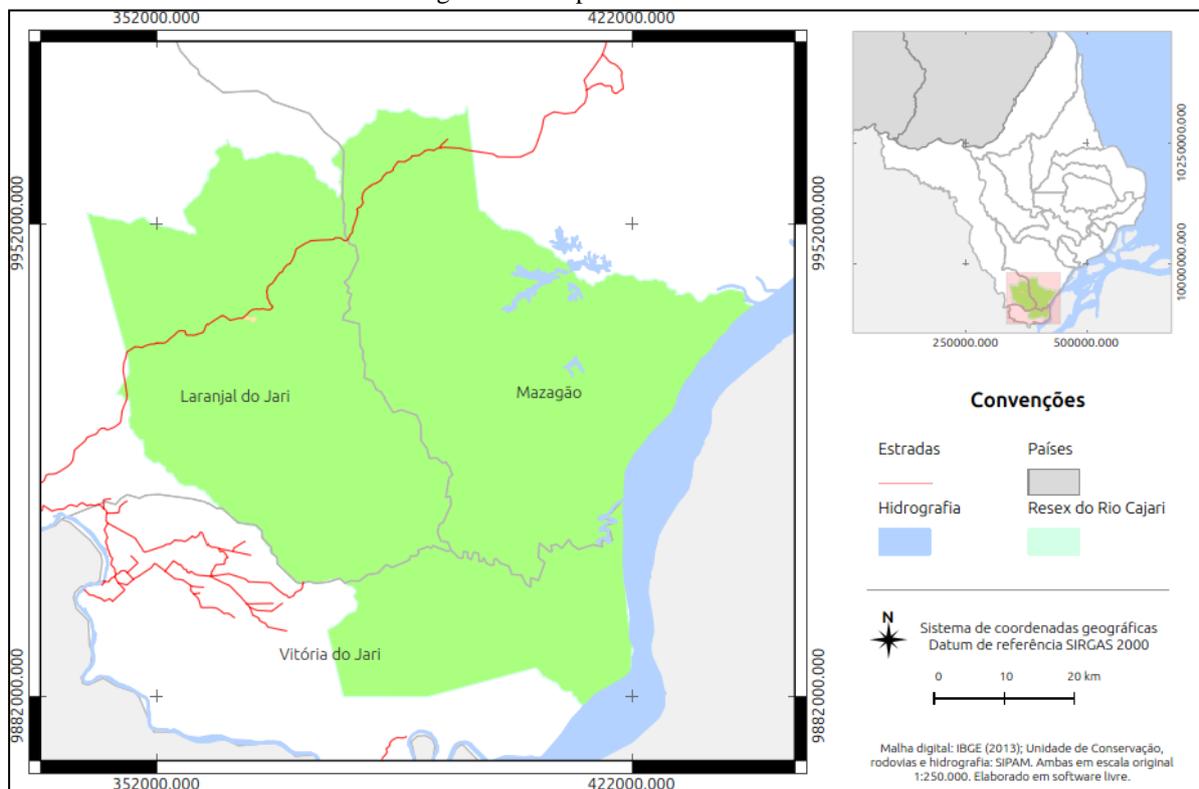
Neste aspecto, a criação de RESEX implica um desafio aos extrativistas que vai além da conquista de territórios: avançar em aspectos sociais, econômicos e ambientais e alcançar o objetivo da UC. Esta situação é complexa e não depende somente dos extrativistas e do ICMBio, mas sim dos vários níveis de governo, do setor privado ou da estrutura estatal. (EMBRAPA, 2013).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: RESEX-CA

A RESEX-CA é unidade de conservação de uso sustentável criada pelo Decreto 99.145 de 12 de março de 1990, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Proteção a Biodiversidade (ICMBIO), possui características naturais relevantes e representa em primeiro plano uma conquista histórica das populações extrativistas tradicionais do sul do Amapá. Está tem por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura de populações, assegurando o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais em uma área total de 501.771 hectares. Esta área é compreendida pelos municípios de Mazagão, Laranjal e Vitória do Jari, segundo o IBGE (2013) hoje a RESEX do Cajari tem 4.164 habitantes.

Sua economia é baseada principalmente no agroextrativismo do açaí e da castanha-do-brasil. Nesta RESEX, existem várias comunidades responsáveis pela extração da castanha como: Sororoca, Santa Clara, São Pedro, Água Branca, Açaizal, Marimba e Martins, comunidades estas formadas por famílias agroextrativistas (Ribeiro, 2008). A seguir é possível visualizar sua área.

Figura 14 - Mapa da RESEX - CA



Fonte: IEF (2013)

Sua vegetação corresponde a floresta densa de terra firme e floresta de várzea, definida a seguir:

Na floresta densa de terra firme, além da castanha-do-brasil, há várias espécies produtoras de madeira de lei, já na floresta de várzea há grandes concentrações de palmeiras como o buriti e o açaí. Nas várzeas altas são encontradas árvores como: andiroba, ucuúba, jacaraúba, mata-matá, pracuúba, assacu, pau-mulato, muiratinga e samaúma, além de outras espécies de palmeira como: urucuri, muru-muru, bacaba e açaí. (AMAPÁ, 2011, p. 30).

A RESEX-CA apresenta um regime especial de administração, através da gestão participativa com os extrativistas no Conselho Deliberativo, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2009). Seu Plano de Manejo Participativo, iniciado em março (2009), foi interrompido em outubro daquele ano com o cancelamento do contrato de consultoria; ficando a assinatura dos Contratos de Concessão do Direito Real de Uso dependentes do Plano de Manejo.

Esta região contribui com a contenção do desmatamento na região sul do Amapá, conforme demonstrado por Fernandes (2008) ao analisar o desmatamento em área fundiária do município de Laranjal do Jarí e da Unidade. Esta contribuição é relevante considerando que está localizada em região estratégica para o desenvolvimento do estado e cujo acesso terrestre (único) pela BR 156. O processo de licenciamento ambiental para pavimentação dessa BR está em tramitação.

De acordo com relatório do Projeto Carbono Cajarí (2013) a economia baseada no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros é anunciada como modelo adequado para o desenvolvimento da região sul do Estado. Dentre estes produtos, a castanha-do-brasil é considerada como um recurso-chave. Em sua área de ocorrência natural, que incluem oito países⁵², esta aparece como uma espécie símbolo do desenvolvimento sustentável em vários planos de manejo e estratégias para a conservação da Amazônia. Ainda segundo o projeto somente no estado do Amapá o extrativismo da castanha-do-brasil justificou a criação de duas unidades de conservação de uso direto, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI) e a Reserva Extrativista do Rio Cajarí (RESEX-CA).

De acordo com Allegretti (2012) as principais associações e cooperativas do Sul do Amapá que atuam com a castanha-do-brasil são:

⁵² Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e Brasil.

RESEX CAJARI

1. ASTEX-CA: Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Cajari
2. COOPERALCA: Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari
3. AMAC: Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari

RDS RIO IRATAPURU

4. COMARU: Cooperativa Mista os Produtores e Extrativistas do rio Iratapuru

LARANJAL DO JARI

5. COMAJA: Cooperativa Mista dos Agricultores e Extrativistas de Laranjal do Jari

3.1.1. Algumas Estratégias Políticas

Em 2002, as RESEXs passaram a integrar o Programa Nacional de Reforma Agrária, possibilitando o acesso ao Programa Crédito Instalação e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. O Governo Federal, ao fortalecer o PRONAF e instituir o Plano Nacional de Promoção da Cadeia de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-BIO), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tem estimulado a comercialização de produtos do extrativismo. (Carbono Cajari, 2013).

A cerca deste aspecto Filocreão (2007) apresenta extenso trabalho sobre os avanços socioeconômicos, ambientais e políticos do extrativismo no sul do Amapá. Embora esse avanço tenha acontecido, a sua população ainda é fortemente afetada pela baixa oferta e/ou acesso aos serviços públicos e/ou falta de políticas públicas de valorização do extrativismo.

Na RESEX-CA existem cinco associações e duas cooperativas. A existência dessas instituições é fundamental para produção em escala, sendo um desafio a ser enfrentado e superado por meio de investimentos em capacitação e formação de parcerias público-privadas.

A Secretaria de Assuntos Estratégicos do Brasil, na gestão do Ministro Mangabeira Unger, diagnosticou a necessidade de agregação de valor, produção em escala e melhoria do nível educacional da população para o fortalecimento da economia extrativista. Allegretti

(2009)⁵³, ressalta a contribuição das RESEXs em deter o avanço do desmatamento na Amazônia, mas também a falta de benefício fiscais e tributários e de investimentos que permitam a afirmação definitiva da economia dos produtos do extrativismo, principalmente os não-madeireiros.

Na década de 1990, foi estudada a viabilidade para beneficiamento da castanha-do-brasil na RESEX - CA (BRASIL, s/d), resultando na construção da fábrica em Santa Clara no ano 2000. Muito dos problemas ali relacionados ainda perduram, como: dificuldade de gestão, alto custo de transporte e comunicação, manutenção de ramais, falta de fornecimento constante de energia elétrica, capital rotativo e capital de giro. (EMBRAPA, 2013). Na figura 15, foi ilustrada a entrada de Água Branca do Cajari, principal localidade da RESEX e cortada pela BR 156.

Figura 15 - Foto: Estrada Macapá - Jarí; Água Branca do Cajari



Fonte: Amiraldo Picanço - Registro fotográfico do Projeto Carbono Cajari – 2013.

Propostas como o Programa Luz para Todos, a ser implantado ao longo da BR 156, fornecendo energia segura e de menor custo. Bem como a pavimentação da BR 156 que

⁵³ Seminário “Extrativismo no Plano Amazônia Sustentável” em 03/05/2009.

irá melhorar o acesso e diminuir o custo de transporte. Meios de comunicação estão mais acessíveis e o acesso ao mercado com produtos de valor agregado, estão mais factível.

Os avanços sócio-econômicos que vem ocorrendo no interior da RESEX são importantes, como por exemplo, a assinatura que a AMAC⁵⁴ realizou em 2010 do contrato de R\$ 90.000,00 no âmbito do PAA, vale ressaltar que o PAA tem garantido a compra de alguns dos produtos da sociobiodiversidade produzidos de forma saudável em pequenas comunidades da RESEX - CA. (FUNDAÇÃO ORSA, 2012).

No relatório do evento ocorrido na Fundação Orsa em 2012, é sinalizado que esses avanços podem oferecer problemas ambientais se não forem bem trabalhados. Este fato impõe um desafio enorme e urgente em desenvolver com sustentabilidade o sul do Amapá. É preciso fortalecer a cadeia produtiva da castanha-do-brasil como alternativa de renda aos extrativistas e viabilizar a utilização dos serviços ambientais prestados pela floresta conservada, tornando essas atividades competitivas com outras atividades predatórias que podem ser potencializadas com o asfaltamento da estrada e chegada da energia.

Outra questão importante que deve ser potencializada no sul do Amapá é a aproximação de órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, com os órgãos de controle e com os extrativistas, em uma perspectiva de construção conjunta do conhecimento e das condições necessárias para o desenvolvimento local sustentável.

O arranjo institucional que se sugere nesta pesquisa, pode ser apontado como uma inovação em termos de gestão ambiental integrada. Para tanto, o conselho deliberativo⁵⁵ da RESEX - CA, que já congrega várias instituições, tem papel central neste processo, inclusive como conselho gestor e fiscal.

3.2 CASTANHA-DO-BRASIL : TRADIÇÃO E PRODUÇÃO NO SUL DO AMAPÁ

A castanheira do brasil (*Bertholletia excelsa* Humb. & Bonpl.) é uma árvore nativa e típica da região Amazônica, da qual se coletam frutos para produção da castanha. Seu fruto é um dos produtos florestais não madeireiros mais importantes para a Amazônia (Clay, 1997), sendo a atividade econômica de maior rentabilidade para comunidades tradicionais.

⁵⁴ Os recursos financeiros para essa obra foram conquistados pela AMAC através da participação em processo seletivo de edital do Programa Comunidades Duráveis (PCD) do governo do estado do Amapá, executado através da Agência de Desenvolvimento do Estado do Amapá (ADAP).

⁵⁵ Composição do Conselho Deliberativo: composto por 23 instituições do âmbito governamental e não governamentais especificados a seguir.

A comercialização da castanha-do-brasil representa atividade econômica relevante, que se fundamenta principalmente no extrativismo de castanhas nativas, já que, até então o plantio comercial não tem sido bem sucedido.

Segundo Tonini (2007), as florestas com castanheiras cobrem uma superfície de aproximadamente 325 milhões de hectares na Amazônia, com a maior parte distribuída entre o Brasil (300 milhões), a Bolívia (10 milhões) e o Peru (2,5 milhões).

Apesar de sua ocorrência em grande parte do bioma Amazônico, populações inteiras já foram destruídas devido ao avanço das fronteiras agrícolas. A preocupação em deter a destruição deste recurso natural de importância capital, tanto para as populações humanas quanto para a proteção da biodiversidade, resultou na proteção legal da espécie desde 1987. O corte e a comercialização da madeira são proibidos e a castanheira foi incluída e permanece na lista oficial de espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção e na lista da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A castanha-do-brasil é um dos principais produtos que gera divisas para o Estado do Amapá através da exportação. Além disso, é um produto de grande interesse para o agricultor de baixa renda, muito nutritivo, que é utilizado na alimentação familiar. Além do tradicional mercado para nozes, já estabelecido, principalmente em países da Comunidade Européia, existe forte apelo para que o consumo de castanha-do-brasil cresça mundialmente. Isto está relacionado à questão do aumento pela procura de produtos naturais e orgânicos, principalmente quando associado à marca Amazônia, e à sua classificação como alimento funcional. Em virtude dos altos teores de selênio encontrados na castanha, seu uso como alimento contribui com a prevenção de doenças e dos efeitos do envelhecimento.

Ou seja, é inegável sua relevância como alimento saudável, como podemos visualizar entre os mais consumidos, conforme figura 16 apresentada pelo grupo *King of Palms* na 3ª Reunião da câmara setorial da sociobiodiversidade do Estado do Amapá, realizada em 2012.

Figura 16 - Foto: Castanha-do-brasil entre produtos "magros"

P. Para quem está tentando emagrecer é melhor consumir leite integral ou desnatado?

R. "Trocar o integral pelo desnatado é uma boa opção, pois a pessoa reduz a quantidade de gorduras e de calorias consumidas, sem perder os nutrientes", ressalta Ana Beatriz Barrella, nutricionista da RGNutri (SP).

prateleira magra

<p>Sobremesas Cremosas Activia, Danone, R\$ 3. Nos sabores Papoia com Cassis e Torta de Limão, cada uma conta 102 cal e 97 cal, respectivamente.</p>	<p>Castanha-do-Pará Orgânica, King of Palms, R\$ 10. A embalagem possui um fecho tipo zip que mantém o alimento conservado por até três dias. São 201 cal em 1 col. (sopa).</p>	<p>Barra de Fruta Morango Light, Nutrimental, R\$ 4 (caixa com 3 unidades). Uma alternativa à sobremesa ou ao lanche. O novo sabor contém 74 cal em 1 unidade.</p>	<p>Molho de Tomate Light, Predilecto, R\$ 1. Com teor reduzido de sódio e sem glúten, o item apresenta 21 cal em 1 col. (sopa).</p>	<p>Óleo Liza Equilíbrio, Liza, R\$ 6. Ele é um em um único produto, os óleos de canola, milho e girassol. Uma col. (sopa) possui 108 cal.</p>	<p>Molico Yogo, Nestlé, R\$ 14. Nos sabores logurte e logurte com Frutas Vermelhas, o produto não tem adição de açúcares nem gorduras. São apenas 37 cal em 1 bola.</p>
---	--	---	--	--	--

154 CORPO A CORPO | WWW.CORPOACORPO.COM.BR

FOTOS: REVISTA/360/ITERPOOK

Fonte: Amapá, 2012

Analisando o panorama da produção da castanha-do-brasil pode-se dizer que ainda existem questões que precisam ser superadas, no entanto é possível visualizar muitas possibilidades, principalmente por serem frutos de muitas discussões, as quais sinalizam a necessidade de investimentos e mudanças de questões estruturais que até hoje não foram superadas, as quais foram levantadas desde 1989 no I Encontro dos Castanheiros da Região do Jarí como:

- Estradas, ramais e igarapés em precárias condições;
- Falta de meios de transportes, quer para o escoamento da produção dos castanhais para a beira da estrada, quer da margem das estradas para os rios ou igarapés e destes para os centros compradores;
- Falta de estrutura de armazenamento tanto em nível de coleta como para a produção total;
- Dificuldades para o abastecimento dos castanheiros com gêneros de primeira necessidade, pois estes gêneros quando chegam às mãos dos produtores e coletadores é pelo sistema de aviamento, por um preço extremamente elevado, diminuindo com isso o ganho dos castanheiros que ficam sempre dependentes dos patrões (FILOCREÃO, 2012).

Passados 24 anos após o I Encontro dos castanheiros do Vale do Jarí, estas questões estruturais ainda estão em processo, com muita necessidade de discussão para que se avance de fato, tendo em vista que se trata de questões condicionantes ao desenvolvimento econômico da produção, desta forma ressalta-se que o conselho deliberativo pode mitigar esses problemas, haja vista em sua composição ter representantes relevantes no assunto, como o governo do estado por meio de seus órgãos.

O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Cajarí legitimado por meio da Portaria nº12 de 07 de fevereiro 2006, foi criado com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação, fazem parte deste conselho 23 instituições elencadas a seguir:

- I - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- II – Superintendência Estadual do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, no Estado do Amapá;
- III - Universidade Federal do Amapá - UNIFAP;
- IV - Instituto de Estudo e Pesquisa do Amapá - IEPA;
- V - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
- VI - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - RURAP;
- VII - Prefeitura Municipal de Mazagão;
- VIII - Prefeitura Municipal de Laranjal do Jarí;
- IX - Prefeitura Municipal de Vitória do Jarí;
- X - Câmara de Vereadores de Mazagão;
- XI - Câmara de Vereadores de Laranjal do Jarí;
- XII - Câmara de Vereadores de Vitória do Jarí;
- XIII - Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS;
- XIV - Escola Família Agrícola do Carvão - EFAC;
- XV - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Amapá - FETAGRI;
- XVI - Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Cajarí – ASTEX-CA;
- XVII - Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva Rio Cajarí - AMAEX-CA;
- XVIII - Associação das Mulheres do Baixo Cajarí - AMBAC;

XIX - Associação das Mulheres do Alto Cajarí - AMAC;

XX - Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Cajarí - ASS-CAJARI;

XXI - Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajarí – COOPER-CA;

XXII - Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajarí - COOPERALCA;

XXIII - Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA.

A constituição deste conselho teve papel relevante na organização da RESEX - CA, tendo em vista a participação e diversidade de seus membros, para que não ocorram decisões unilaterais.

Com relação ao conselho a Sr^a. Miranilce do Carmo⁵⁶ relatou na entrevista que “o conselho deliberativo contribuiu muito com a formação da associação, com cursos junto ao SEBRAE, SDR e com o governo do Estado”. Pedro Ramos⁵⁷ também considera o conselho deliberativo um espaço de discussão importante para a comunidade.

3.3 PRODUÇÃO EXTRATIVISTA E COLETA DE DADOS

O extrativismo no sul do Amapá envolve atividades de limpeza de varadouros, construção ou reparo de retiros e paios, que ocorrem entre novembro e dezembro, confecção de paneiros em janeiro, coleta, quebra de ouriços, lavagem, transporte e venda que ocorrem entre fevereiro e maio (SOUZA, 2006, p. 74).

Carvalho (2010) fala que outra característica da produção no sul do Amapá é que a relação patrão-castanheiro é ainda muito forte, podendo inclusive, obrigar o castanheiro de ter que coletar a produção das castanheiras localizadas a distâncias muito grandes da sua moradia. Em muitos casos o volume de castanha coletada é proporcional à dívida que o castanheiro tem com o patrão. Vale ressaltar que nesse sistema de produção, a quantidade de castanha ofertada a cada ano, tem relação com o preço pago pelo atacadista, mas esta talvez não seja a variável mais preponderante.

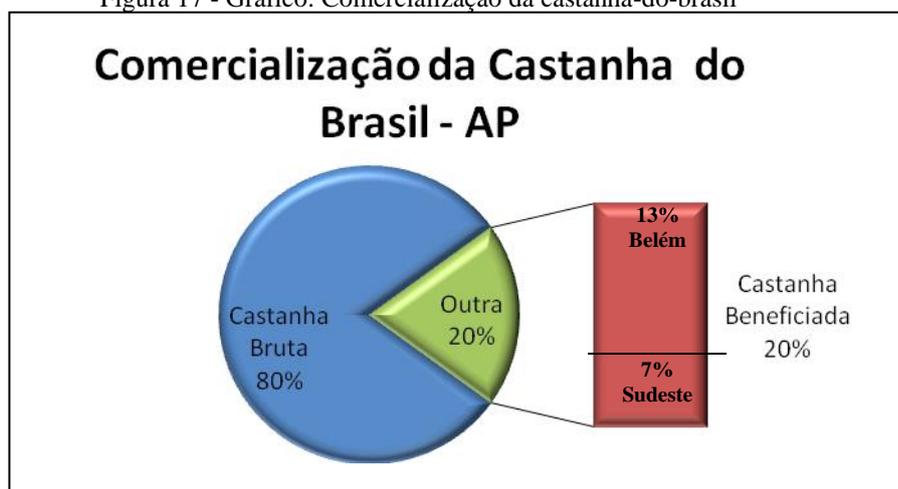
O autor acima ainda destaca que a maior parte (80%) da castanha extraída nos castanhais do estado do Amapá, segue bruta para ser beneficiada no Pará. Dos 20% que

⁵⁶ Presidente da AMOBIO na entrevista realizada em julho/2013 (trabalho de campo).

⁵⁷ Extrativista de referência na comunidade – entrevista realizada em agosto/2013.

são beneficiados na fábrica instalada no município de Laranjal do Jarí, apenas 7% são vendidos como produto final da COMAJA. Os 13% restantes, referem-se à produção que é beneficiada de forma terceirizada e que pertence a empresa exportadora de Belém - Mutran. O gráfico a seguir exemplifica esta questão.

Figura 17 - Gráfico: Comercialização da castanha-do-brasil



Fonte: Carvalho (2010), adaptado pelo autor (2013)

No caso específico da castanha-do-brasil extraída no estado do Amapá, é urgente a implantação de procedimentos para agregação de valor ao produto em níveis locais, uma vez que o referido sistema é extremamente desequilibrado quanto a participação relativa de cada agente nos recursos da cadeia produtiva. Carvalho (2010) observa que do total do valor bruto da produção, no setor de produção primária (castanheiros) ficam com apenas 4%; o setor do varejo rural (comerciantes locais) ficam com 3% e o setor de beneficiamento estadual (cooperativas) ficam com apenas 5%. Enquanto isso, os setores exógenos ao estado o Amapá detêm o equivalente a 88% de todos os recursos gerados no sistema econômico, ou seja, o lucro vai para fora do estado. Simplesmente porque aqui não é feita a agregação de valor, com isso o agroextrativista fica cada vez mais longe de um ganho satisfatório.

A castanha-do-brasil é resultado direto da ação de milhares de extrativistas, índios e ribeirinhos que vão para a mata em busca do ouriço e fazem uso de um sistema tradicional de coleta e armazenamento que compromete seriamente a qualidade da amêndoa. Salienta-se que esse sistema favorece a alta incidência de agentes contaminantes como fungos do gênero *aspergillus* que produzem aflatoxina e tornam o produto impróprio para

consumo. Por causa disso, em 2003, a União Européia fechou as portas de seu mercado para a castanha-do-brasil com casca proveniente do Brasil. (VILHENA, p. 96, 2004).

Durante a pesquisa junto aos entrevistados foi muito abordada esta deficiência na produção, onde o agroextrativista coleta os ouriços embaixo da castanheira pondo dentro de paneiros (cesto de cipó, feito artesanalmente pelos próprios agroextrativistas) com o auxílio do cambito (instrumento feito artesanalmente de pedaços de galhos de árvores) para facilitar a coleta do ouriço.

Na figura 18 pode ser visualizado os extrativistas e estagiários da EMBRAPA carregando nas costas o paneiro, onde é transportado o ouriço com a castanha coletada com o auxílio do cambito.

Figura 18 - Foto: Coleta da castanha-do-brasil : (A) Castanhal do Sr. Natanael Vicente (com estagiários e bolsistas da EMBRAPA), na Comunidade Marinho, E (B) Castanhal do Sr. Cláudio Palheta, na comunidade Martins



Fonte: Registro fotográfico do Projeto Carbono Cajarí, 2013.

Após a coleta fazem grandes amontoados de ouriços, e um a um vão quebrando com uma machadinha e retirando as amêndoas e pondo em vasilhames, sacos ou paneiros, e quando se alcança uma quantidade razoável de castanha faz-se o processo de transporte das castanhas-do-brasil para áreas mais acessíveis da RESEX-CA, este transporte pode ser realizado pelo próprio produtor em suas costas, em animais como burro-de-carga, ou em áreas com acesso mais facilitado por pequenos ramais, por tratores, carros ou motocicletas. A seguir ilustramos a quebra do ouriço.

Figura 19 – Sr. Tiago Palheta na atividade de coleta e quebra dos ouriços de castanha-do-brasil.



Fonte: Foto de Marcelino Guedes, 2009.

Carvalho (2010) aborda que mesmo com os avanços advindos da criação das RESEXs o extrativismo da castanha-do-brasil no estado do Amapá (a produção) ainda se encontra em estágios primitivos.

Nas entrevistas foi afirmado que a falta de valor agregado a produção é um dos grandes entraves, sendo destacado que a mesma é predominantemente artesanal o que é refletido diretamente no preço do produto. Informação que pode ser confirmada nos depoimentos colhidos nas entrevistas:

O gerente do PROEXTRATIVISMO destaque que a falta de agregação de valor se expressa na falta de:

Investimentos em infraestrutura, estratégias de comercialização, assistência técnica continuada e a inserção de novas tecnologias nessa cadeia produtiva são os principais desafios para que a coleta da castanha se torne uma ferramenta real de desenvolvimento socioeconômico para aquela região. (MADSON, 2013).

Joaquim Belo⁵⁸ em sua entrevista

A produção da castanha, que é o nosso objeto, depende de uma série de investimento ao longo de sua cadeia. Que vai da coleta que depende de uma melhor condição de trabalho, com equipamentos que facilite a vida dos castanheiros e aumente a produção; processamento; investimento na agregação de valor, e esse produto de valor agregado para ser consumido pelo nosso povo, como é o caso dos biscoitos, e Mercado que eu vejo como um espaço que sempre estará aberto aos

⁵⁸ Coordenador do Projeto Carbono Cajari.

bons produtos, principalmente quando se trata de um produto orgânico. (agosto, 2013).

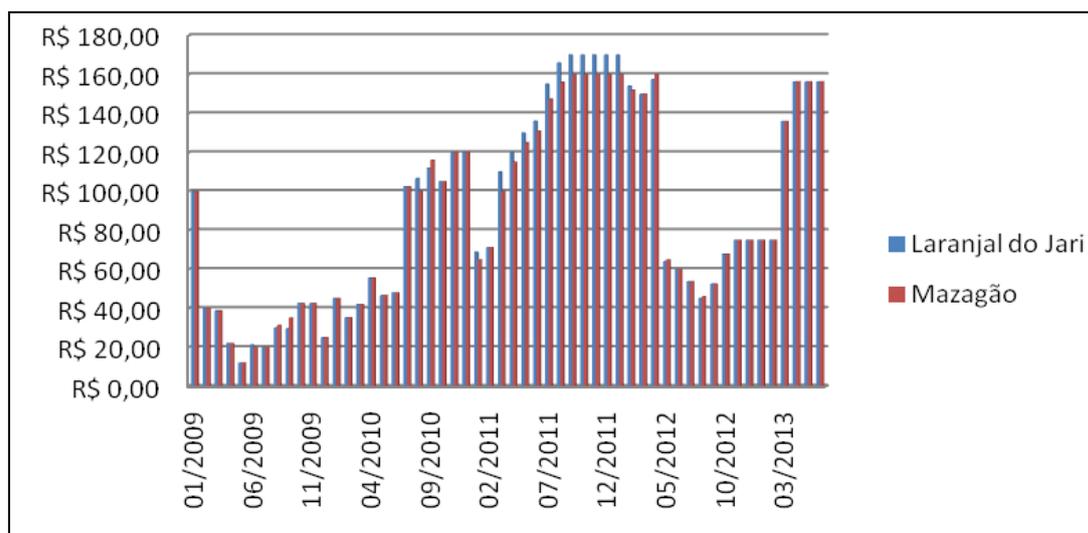
Ou seja, com as afirmativas acima, se evidencia a fragilidade comercial da castanha-do-brasil na RESEX-CA, por falta de tecnologia que possibilita aumenta a exportação e o ganho do extrativista. Euler informa que hoje mais de 90% da castanha-do-brasil é comercializada *in natura* escoada com a fronteira do Pará, em uma relação de muita informalidade, o que é outro problema, pois esta relação dificulta se obter informações precisas a cerca desta cadeia produtiva, ela é praticamente toda informal, por isso é importante fortalecer o processo de cooperativismo. (entrevista, agosto, 2013).

Neste contexto Allegretti destaca o seguinte:

Uma safra de castanha a R\$ 50,00/hl faz girar na região uma receita bruta, isto é uma receita sem incorporar os custos de produção cerca de R\$ 1,8 milhão e uma safra a R\$ 100,00/hl uma receita de cerca de R\$ 3,6 milhões. Esta castanha é vendida pelo castanheiro sem processamento algum. (2012, p. 9).

O preço da castanha-do-brasil no período de 2009 a 2013 sofreu algumas variações, seu pico se deu no segundo semestre de 2011, onde o hectolitro da castanha custou R\$ 180,00. O que pode ser verificado no gráfico da figura 21:

Figura 20 - Gráfico: Preço da castanha-do-brasil no mercado amapaense (2009-2013)



Fonte: IBGE (2013)

O preço depende do período em que a castanha foi vendida (início, meio ou final da safra) e a maneira como foi negociada com o comprador. Nas comunidades distantes, com logística desfavorável, são os atravessadores que garantem o escoamento da produção e determinam o preço de mercado local (SOUZA; EULER, 2009).

SHERZER, A, (2010) usando dados da Embrapa Amapá em entrevistas realizadas em 2006 junto 151 castanheiros pertencentes a 22 comunidades localizadas no PAE Maracá, RESEX Cajari e RDS Iratapuru afirmam que 58% das famílias entrevistadas produziu menos de 60 hectolitros de castanha por ano e que muitos castanheiros trabalham em sistema de meia. Informa ainda que 40% dos custos de extração estão relacionados a custos com transporte da castanha e 43% com custo das famílias. (ALEGRETTI, 2012, p. 7).

A seguir destacamos um quadro com o preço mínimo da castanha elaborado pela CONAB, com objetivo de mensurar variações em 08 anos, no período de 2006 a 2013:

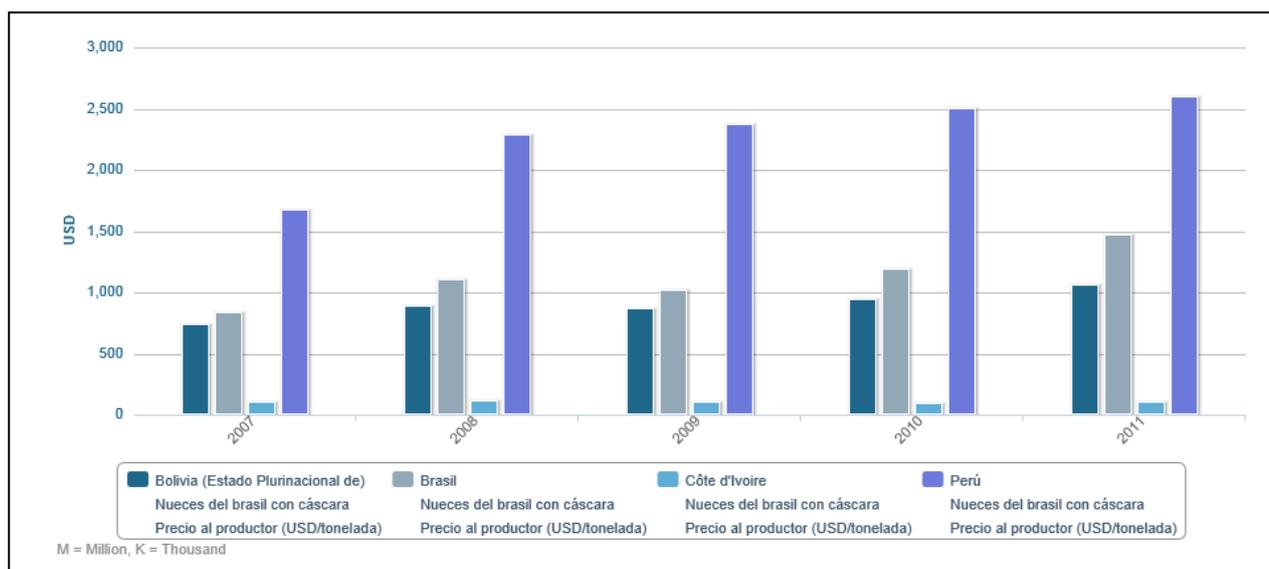
Figura 21 - Quadro: valor mínimo do hectolitro da castanha-do-brasil

Ano	Valor (\$)
2006	40,00
2007	40,00
2008	45,75
2009	52,49
2010	52,49
2011	52,50
2012	52,50
2013	59,00

Fonte: CONAB (2013)

Uma informação importante é que o mercado internacional é quem determina os preços aplicados no Brasil e conseqüentemente na RESEX – CA. A seguir ilustra-se o preço da castanha com casca neste mercado.

Figura 22 - Gráfico: Preço da castanha-do-brasil com casca no mercado internacional 2007 – 2011



Fonte: Faostat⁵⁹ - 2013

Segundo Euler (2013), o IEF por meio do projeto Carbono Cajarí está georreferenciando 300 castanhais, levantando informações sobre seu potencial produtivo. Ainda de acordo com Euler, a produção é viável economicamente para o extrativista, pois este não tem que pagar pela terra, e hoje existe uma série de políticas para o fomento do agroextrativismo. Ela ainda explica que a castanha é uma renda complementar, por ser uma atividade sazonal, pois existe o tempo da floresta e o tempo da agricultura. Sobre este aspecto Pedro Ramos (2013) confirma que a produção é realmente sazonal, “o extrativista é açazeiro, pescador, ele respeita os ciclos da natureza”.

⁵⁹ Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://faostat.fao.org/&prev=/search%3Fq%3Dfaostat%26hl%3Dpt-BR%26noj%3D1%26biw%3D1280%26bih%3D651>. Acesso em: 28.SET.2013.

Figura 23 - Foto: Deslocamento de equipe (IEF) para mapeamento dos castanhais na região do Pimental, sendo dois integrantes da comunidade de Água Branca do Cajari

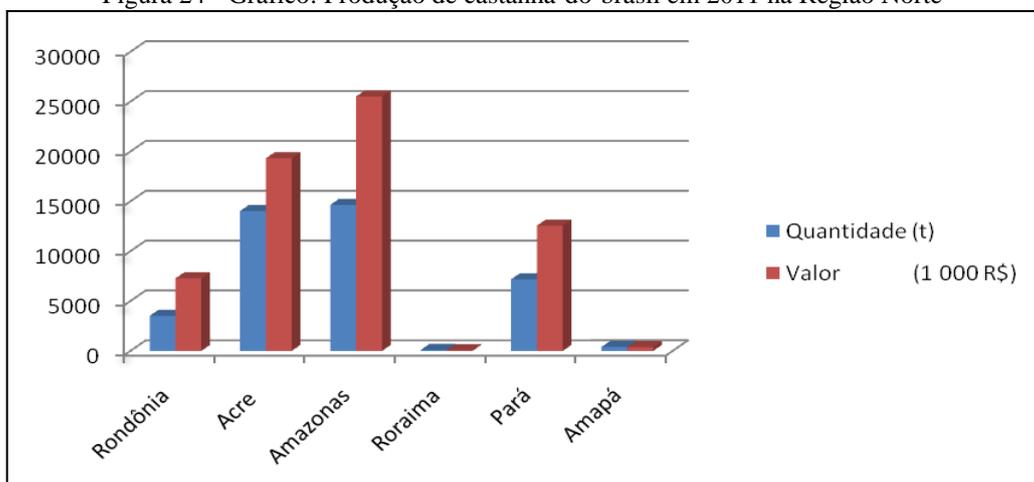


Fonte: Projeto Carbono Cajari (2013)

A principal reclamação de alguns extrativistas com ampla experiência refere-se à falta de tecnologia como, por exemplo, máquinas adequadas, sistemas de coleta e transporte, na floresta, que não prejudiquem a saúde dos coletores e que reduzam a necessidade deles terem de se curvar ou agachar ou ainda de carregar muito peso. (CGEE, 2012).

Com relação à produção o Amapá só fica à frente do Estado de Roraima como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

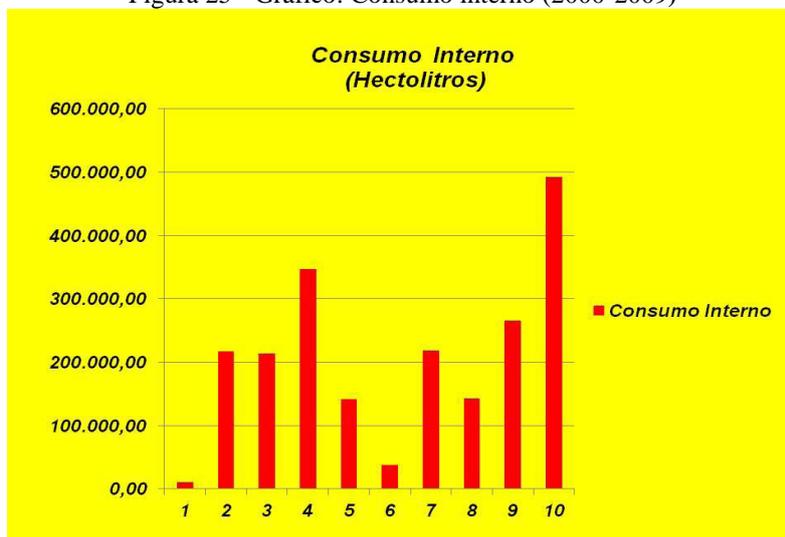
Figura 24 - Gráfico: Produção de castanha-do-brasil em 2011 na Região Norte



Fonte: IBGE (2013).

É importante frisar que embora a exportação para o mercado internacional esteja em ampla expansão, o mercado interno vem crescendo consideravelmente nos últimos anos, como pode ser confirmado no gráfico a seguir:

Figura 25 - Gráfico: Consumo interno (2000-2009)



Fonte: Filocreão (2012)⁶⁰

Foi destacado sobre a produção da castanha no relatório do “Diagnóstico da situação atual das cooperativas de castanha-do-brasil no Estado” elaborado por Allegretti (2012) que:

[] Foi estimado, que em 2007, a safra de castanha foi 847 toneladas e a safra seguinte 519 toneladas. Estas quantidades representam respectivamente 16.940 e 10.380 hectolitros, valores sabidamente subestimados. (p. 7).

Ou seja, sua produção ainda esta muito abaixo de sua potencialidade, embora esteja muito claro nas informações obtidas com esta pesquisa a cerca dos entraves da produção, como por exemplo, a falta de tecnologia. No entanto, um fator que não pode ser ignorar sobre o baixo desenvolvimento desta cadeia produtiva, quando comparamos aos outros estados da região norte é a forte informalidade de sua comercialização, e sobre isso Madson Sousa⁶¹ afirma que:

⁶⁰ Apresentação no seminário “programa estadual da castanha-do-brasil: políticas públicas setoriais para uma economia verde”, ocorrido em maio de 2012 na Escola de Administração Publica.

⁶¹ Coordenador do Projeto PROEXTRATIVISMO.

A comercialização, quanto a castanha *in natura*, é completamente informal. Algumas experiências de associações e cooperativas comercializando produtos semibeneficiados ou beneficiados, por meio de políticas públicas como PAA e PNAE responde pelo componente formal da cadeia produtiva. (entrevista, agosto/2013).

Sobre a produção da RESEX - CA nos últimos 5 anos Joaquim Belo destaca que:

Eu vejo que nos últimos 5 anos ocorreram conquistas muito importante na produção, principalmente quando se trata do território. Atualmente os castanhais estão nas mãos de seus verdadeiros donos que são os extrativistas, conquista essa com a criação da RESEX- CA no início dos anos 90. Hoje eles têm a liberdade de vender à castanha com um preço um pouco melhor sem serem coagidos e humilhados. Contamos também com a produção de biscoito produzido pelas mulheres, que estão agregando valor e incentivando o consumo interno da castanha, já que até bem pouco tempo a castanha só era para o mercado da Europa e Norte das Américas. Mesmo assim, precisamos avançar na conquista no final da cadeia, que é justamente quando o produto ganha valor, e não esta mais nas mãos dos castanheiros, principalmente quando se trata da produção de perfumes, cosméticos e fármacos. Aí precisamos debater e avançar na regulamentação da lei de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios para as comunidades. O certo é que temos muitas lutas pela frente. (entrevista, agosto/2013).

Allegretti (2012), deixa claro em seu relatório que se houver implementação no processamento, a castanha pode aumentar a receita bruta da região sul do Amapá em 4,5 vezes.

Sua comercialização também esta ganhando espaço nas grandes redes, o que significa que é viável o investimento neste segmento produtivo. A seguir os principais clientes de castanha do grupo *King of Palms*⁶², no mercado internacional.

⁶² Informação apresentada na 3ª Reunião da câmara setorial da sociobiodiversidade do Estado do Amapá, realizada em 2012.

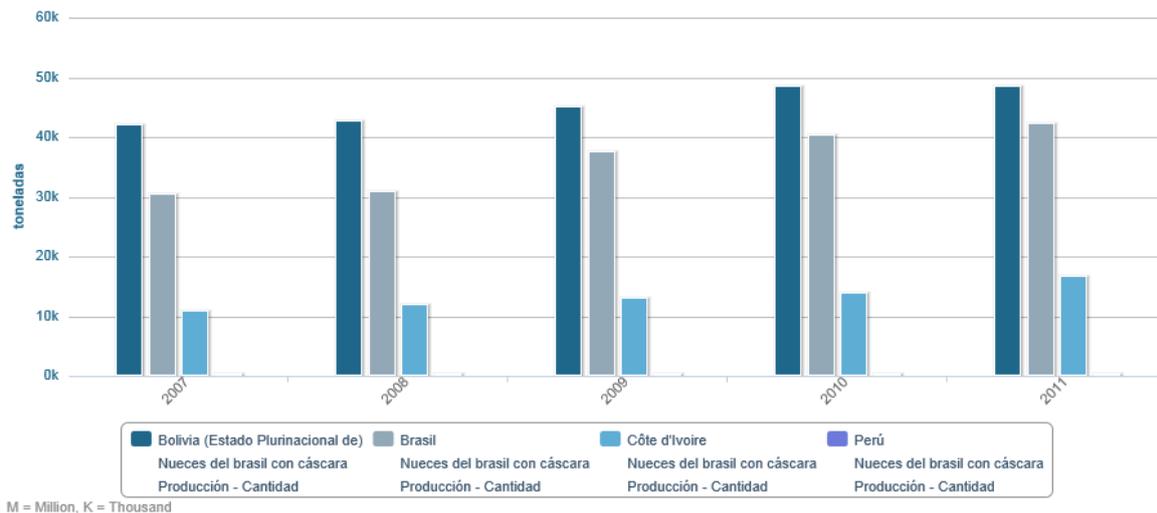
Figura 26 - Foto: Clientes de castanha-do-brasil do Grupo King of Palms



Fonte: Amapá, 2012

Ao analisarmos o mercado da castanha-do-brasil a nível internacional, de modo geral o Brasil realmente perdeu a liderança como maior produtor, mais ainda se destaca com segundo maior em castanhas com cascas, o que está ilustrado no gráfico abaixo.

Figura 27 - Gráfico: Produção mundial de castanha-do-brasil com casca 2007 - 2011

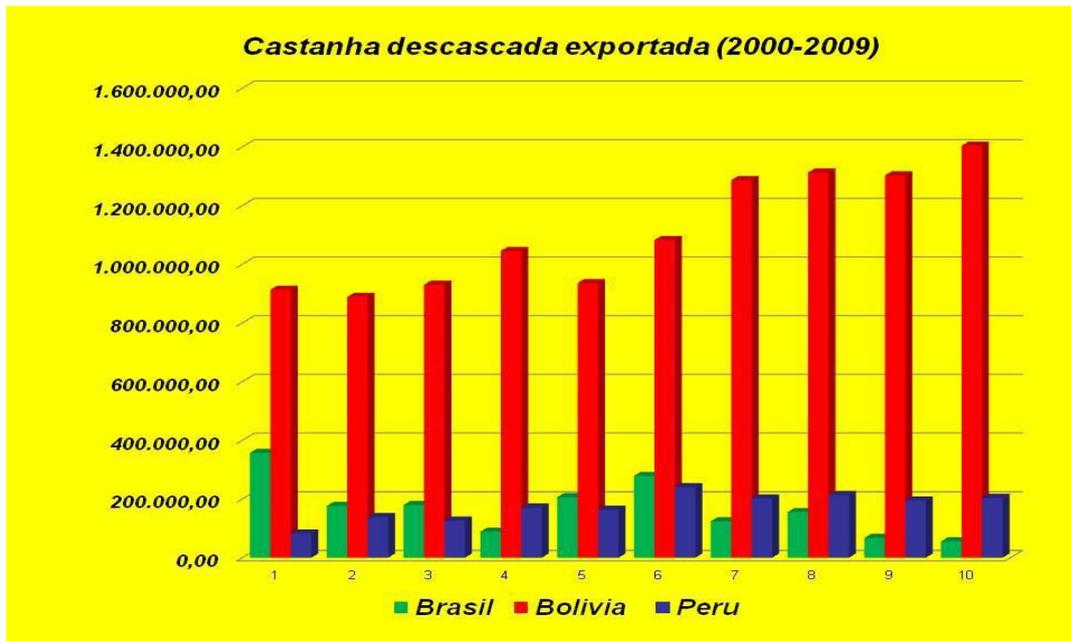


Fonte: Faostat⁶³ - 2013

⁶³ Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://faostat.fao.org/&prev=/search%3Fq%3Dfaostat%26hl%3Dpt-BR%26noj%3D1%26biw%3D1280%26bih%3D651>. Acesso em: 28.SET.2013.

Filocreão apresenta na Figura 29 dados da castanha-do-brasil sem casca no mercado internacional destacando três países Brasil, Bolívia e Peru:

Figura 28 - Gráfico: Castanha-do-brasil sem casca exportada (2000-2009)



Fonte: Filocreão (2012)

A Bolívia domina o mercado da castanha, não só em quantidade exportada, mas também em tecnologia, níveis sanitários e, principalmente, valor agregado. Controla 71% do mercado de castanha processada. Já o Brasil é responsável por apenas 18% desse nicho (COSLOVSKY, 2005).

O gráfico anterior demonstra que a Bolívia no período de 2007 a 2011 além de manter a liderança vem aumentando sua produção, frente aos outros países produtores.

Atualmente, este é responsável por 50% da produção mundial, o Brasil por 37% e o Peru por 13%. A derrubada dos castanheiros, aliada às desvantagens competitivas em relação à Bolívia e o Peru, fizeram com que a produção brasileira declinasse ao mesmo tempo em que investimentos e incentivos fiscais na Bolívia tornaram este país líder no mercado internacional (TONINI, 2007).

Voltando a falar sobre os entraves desta produção na RESEX-CA, foi afirmado nas entrevistas nesta pesquisa que a falta de planejamento e gestão, é um componente

importante frente a sua fragilidade comercial. Pedro Ramos em sua entrevista comenta que “os extrativistas não foram preparados para o planejamento”.

Para Burbridge (1988), o objetivo do planejamento é proporcionar uma utilização adequada dos recursos, de forma que produtos específicos sejam produzidos por métodos específicos, para atender um plano de vendas aprovado, com um conjunto de funções inter-relacionadas que objetivam comandar o processo produtivo e coordená-lo com os demais agentes envolvidos, proporcionando a verticalização desta produção, para que se possibilite retorno mais significativo aos extrativistas.

Se houvesse planejamento no processo produtivo da castanha-do-brasil, se eliminariam problemas citados por Madson Sousa em sua entrevista, como a:

Falta de organização social e produtiva; falta de renovação das lideranças políticas comunitárias; falta de capacidade de gestão financeira para associações e cooperativas; falta de exequibilidade e fiscalização das políticas públicas para os extrativistas. (entrevista, agosto/2013).

Organizar a produção de forma racional, implementando um planejamento que possibilite ao agroextrativista obter maior produtividade, é importante sobre tudo porque esta atividade influencia a econômica da RESEX-CA. No relatório de Allegretti (2012), é lançada uma proposta para que se viabilize a gestão neste contexto.

O modelo de gestão proposto visa aproximar os órgãos oficiais de pesquisa e extensão rural, com os órgãos de comando e controle e com os extrativistas, em uma perspectiva de construção conjunta do conhecimento e das condições necessária para o desenvolvimento local sustentável. O conselho deliberativo da RESEX do Rio Cajarí, que já congrega todas as instituições parceiras, terá um papel central na condução do projeto. (2012, p. 17).

O planejamento é uma ferramenta administrativa relevante em processos produtivos, que possibilita perceber a realidade, avaliar os caminhos, construir um referencial futuro, estruturando o trâmite adequado e reavaliando todo o processo a que o planejamento se destina.

A gestão das RESEX ainda representa um grande desafio institucional. Essas reservas sofrem com o mau gerenciamento provocado pela falta de planejamento de seu desenvolvimento, carecem de infraestrutura básica dos órgãos gestores, assim como de

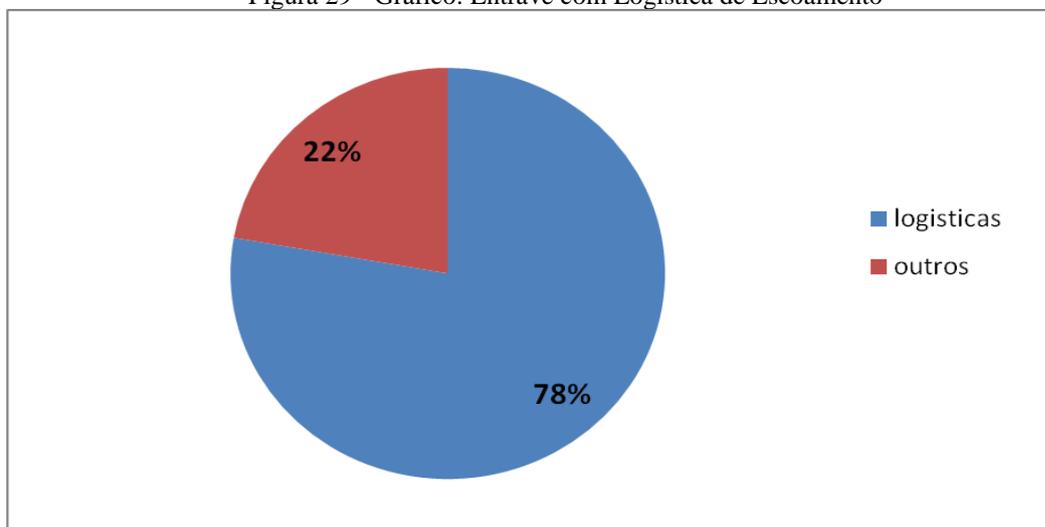
recursos humanos capacitados para lidar com esse tipo de economia e população (BORGES *et al.* 2007). A eficiência na gestão dessas unidades de conservação é outro elemento de fundamental importância para garantir o sucesso de uma economia de base extrativista dentro de um regime de concessão de uso de terras públicas.

Madson em sua entrevista destaca que a falta de capacidade de gestão financeira para associações e cooperativas, é muito latente e limitador ao melhor desempenho econômico do extrativista da RESEX-CA.

Como resultado sobre o planejamento na produção da castanha foi informado pelos entrevistados que não há planejamento nesta cadeia produtiva, instrumento este primordial para de organização e efetividade comercial. O agroextrativista tem na tradição cultural sua base para produzir e organizar suas ações, não tendo o hábito de buscar novas formas de realizar suas atividades.

Outro entrave mais citado pelos entrevistados foi à falta de logística de escoamento da produção, entrave este apontado como o mais importante, 78% dos entrevistados destacaram esta questão como maior problema enfrentado pelos extrativistas.

Figura 29 - Gráfico: Entrave com Logística de Escoamento



Fonte: pesquisa de campo/2013

Joaquim Belo relata o seguinte sobre a logística de escoamento: “o escoamento da produção, aonde ramais tem sido e continua sendo um grande gargalo que tira qualquer condição de competição”. (Entrevista em agosto/2013).

Ozanei Presidente da ASTEX-CA em sua entrevista⁶⁴, afirmou que os entraves da produção na RESEX-CA, são “acesso para escoamento e estrutura com caminhão trator”.

Segundo Euler;

O local que mais produz castanha-do-brasil dentro da RESEX do Cajari é o Centro Novo e é muito difícil tirar a castanha de lá, pois só se chega lá de trator e são 12 horas de ramal, ou seja acaba ficando uma produção muito cara e só é viável, porque o governo possibilita os instrumentos para produção. Ainda afirma que não se tem uma política definida de escoamento da biodiversidade, seja de escoamento pelo rio ou pelos ramais, desta forma a logística é extremamente complexa e cara, ou seja, a logística da produção é o grande gargalo. (entrevista, 2013).

Este sistema produtivo embora muito importante na região amazônica, a qual possui grande potencialidade natural, esbarra em inúmeras dificuldades, que vem condicionando sua produção ao longo da historia, dificuldades essas já muito discutidas nos fóruns a cerca do assunto.

Este entrave é consequência da falta de ramais adequados e pavimentação da BR 156 que liga a RESEX - CA aos pólos de escoamentos, se destacando como um fator restritivo ao ganho do extrativista nesse processo.

Filocreão apresenta dados da pesquisa realizada junto aos extrativistas da RESEX - CA, sobre as dificuldades enfrentadas para conseguirem escoar suas produções até as sedes dos Municípios de Laranjal do Jarí, Santana ou Macapá, principais mercados compradores.

Quando inquiridos sobre a disponibilidade dos meios de transportes utilizados para escoar suas produções, 28%, dizia depender do Governo; 18% do vizinho; 18% de outros, enquanto 13% valiam-se de transporte próprio e 9% escoava suas produções em transporte de propriedade de seus próprios patrões. Apenas 6% de um total de 622 famílias entrevistadas diziam ter acesso a meios de transporte de propriedade da comunidade. Estes dados refletem ainda o peso do transporte fluvial na reserva, principalmente os moradores do baixo e médio Cajari, margem do Amazonas e rio Ajuruxi, sem acesso a estradas. (FILOCREÃO, 2007, p. 335).

As deficiências da logística brasileira permeiam todos os setores de transporte. Rodovias, portos e aeroportos sofrem com a falta de investimento, afetando a demanda e elevando os gastos. De acordo com o Banco Mundial, o custo da logística no Brasil equivale a 20% do PIB, o dobro dos países ricos (ABRANTES, 2009, p. 197).

⁶⁴ Entrevista realizada em agosto/2013.

Esta problemática foi muito bem apresentada no Plano Brasil de Infraestrutura Logística, no que se destaca a seguinte abordagem:

No Brasil há um consenso: a infraestrutura logística é um dos principais gargalos para o desenvolvimento econômico e social do país. É importante salientar que o Brasil despertou finalmente para entender que o desenvolvimento econômico acelerado e sustentável tem na logística de transportes um dos seus mais importantes pontos de apoio. Esse despertar pode ser constatado em diversas ações, tanto em nível federal como estadual. Em 2012, por exemplo, o governo federal lançou o *Programa de Investimento em Logística: Rodovias e Ferrovias*, visando oferecer uma ampla e moderna rede de infraestrutura de logística eficiente e modicidade tarifária. Considerado como “*primeira iniciativa estruturada para dotar o País de um sistema de transporte adequado, após duas décadas de baixo investimento*”, o programa tem como escopos básicos: restabelecer a capacidade de planejamento integrado do sistema de transporte; promover a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos; proporcionar a perfeita articulação com as cadeias produtivas. A iniciativa pretende investir, nos próximos 25 anos, cerca de R\$ 133 bilhões para duplicar os principais eixos rodoviários do país; reestruturar o modelo de investimento e exploração das ferrovias; e expandir e aumentar a capacidade da malha ferroviária. (MELLO; SILVA, p. 106,2013).

Na Amazônia esta deficiência torna-se ainda mais evidente, por ter uma geografia complexa, com áreas alagadas, matas fechadas e grandes extensões territoriais.

Sobre este aspecto o governo do Amapá no lançamento da 50ª Expofeira⁶⁵ informou que o projeto de pavimentação da BR 156 trecho sul, que liga Macapá (Km 21) a Laranjal do Jarí esta confirmada pelo Governo Federal.

Sobre os entraves citados nesta pesquisa a Fundação Orsa no seminário “programa estadual da castanha-do-brasil: políticas públicas setoriais para uma economia verde” confirma esta pesquisa, apresentando gargalos e sugerindo propostas de superação.

Principais Gargalos:

- Ausência de políticas de ATER, inovação tecnológica, a acesso ao credito oficial, para viabilizar a cadeia produtiva da castanha em bases legais;
- Ausência de políticas estruturantes de escoamento da produção agroextrativista (manutenção de ramais, investimento em logística, etc.);
- Desconhecimento por parte dos atores institucionais, produtivos e comerciais ligados ao setor agroextrativista local, em relação aos fatores extremos de definição de preços e regulação do mercado da castanha;

⁶⁵ Feira Agropecuária do Estado Amapá, realiza entre os meses de setembro e ou outubro. Este ano o lançamento aconteceu em 27 de setembro.

- Existência de aspectos legais que limitam o acesso à atividades tradicional extrativista em unidades de proteção integral e de uso sustentável;
- Ausência de políticas de compensação socioambiental para atividades extrativista da castanha, ao contrário da pesca artesanal que garante auxílio defeso (cinco parcelas) de um salário mínimo por pescador na entressafra da atividade.

Principais Propostas:

- Investimentos públicos para aumentar a oferta de serviços do ATER e fomento para o setor extrativista através da expansão da capacidade instalada dos órgãos oficiais e das entidades privadas credenciadas;
- Estabelecer uma sistemática de manutenção dos ramais e principais vias de acesso terrestre as áreas de extrativismo da região do Jarí, por meio da cooperação entre órgãos de infraestrutura e desenvolvimento econômico dos governos dos 3 municípios e dos 2 estados da região;
- Criar um espaço de diálogo bilateral entre governos e os empresários locais que atuam na comercialização da castanha, para ampliar conhecimento e o nível de intervenção público-privada nos aspectos de definição de padrões, medidas, preços e práticas legais de regulação da atividade comercial da castanha no mercado local e regional;
- Promover o dialogo entre os órgãos ambientais do Pará e Amapá (SEMA) e do Governo Federal (ICMBIO) para discutir e definir objetivamente uma solução para o problema das limitações legais de acesso dos extrativistas nas áreas das unidades de conservação da região;
- Discutir junto aos governos do Pará, Amapá e Governo Federal a definição de políticas de pagamento aos extrativistas por serviços ambientais, ou medidas de compensação socioeconômica para atividade extrativista no período da entressafra, a exemplo do que já é feito com a atividade pesqueira artesanal.

Superar estes gargalos é algo que precisa ser fomentado e efetivado urgentemente, com políticas públicas comprometidas e fundamentadas, que possam dar respostas viáveis ao desenvolvimento produtivo com possibilidades mercadológicas de competitividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs analisar o que vem condicionando entraves ao processo produtivo da castanha-do-brasil na RESEX - CA, como um produto comercial rentável e que contribua para o desenvolvimento local, apontando como hipótese inicial que a produção da castanha-do-brasil no sul do Amapá, não tem tido êxito econômico consistente com possibilidades de concorrência no mercado, em virtude da baixa tecnologia empregada no beneficiamento, que tem como base, técnicas artesanais que não são suficientes para atender as exigências do mercado.

Foi destacado, também, neste trabalho que o preço da castanha-do-brasil é variável e determinado pelo mercado internacional. Nas comunidades distantes, com logística desfavorável, são os atravessadores que garantem o escoamento da produção e determinam o preço de mercado local, com isso o agroextrativista é o que menos ganha com a produção.

Agregar valor é um fator importante nesta produção para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação é relevante para integrar a Amazônia ao novo paradigma de desenvolvimento científico e tecnológico do mundo atual. Ademais, as assimetrias da região, com o país e o resto do mundo, reforçam a necessidade de buscar um modelo que lhes seja mais inclusivo em todos os níveis, econômico, social e institucional.

Ou seja, é inquestionável que avançar com tecnologia nesta produção é algo que não se deve mais negligenciar, haja vista que o Brasil perdeu sua liderança na produção que mantinha até a década de 1990, para a Bolívia que assumiu o posto de líder. Os principais fatores que levaram a essa situação foram às dificuldades que o Brasil encontrou para atender as exigências do mercado externo, que criou normas exigindo maior qualidade na castanha exportada.

As propostas discutidas em conferências, fóruns, seminário, encontros em torno da produção agroextrativista na Amazônia de modo geral tem apontando para a necessidade de se superar alguns problemas estruturais, como por exemplo, o atraso tecnológico e a falta de conhecimento em técnicas que possam garantir uma produção compatível com a potencialidade natural que esta região oferece. Capacidade técnica e inovação são alguns dos grandes gargalos das populações tradicionais, as quais ainda utilizam meios rudimentares no seu processo produtivo.

Sobre este aspecto, foi destacado pelos entrevistados nesta pesquisa que a falta de tecnologia no beneficiamento da castanha é um gargalo importante frente ao crescimento econômico desta produção, o que impacta diretamente no ganho do extrativista.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio + 20 ocorrida em 2012, onde se discutiu a necessidade de aliar produtividade com técnicas sustentáveis na exploração da biodiversidade da Amazônia, foram abordadas propostas relevantes, como as propostas aos países em desenvolvimento que precisam avançar em capacidade científica e tecnológica para promover de fato o desenvolvimento sustentável, reiterando a necessidade de mecanismos efetivos.

Outro entrave também identificado com esta pesquisa foi a falta de planejamento e gestão inerente a produção, tendo em vista que o extrativista não tem a cultura do planejamento e gestão de sua produção.

Organizar a produção de forma racional, implementando um planejamento que possibilite ao agroextrativista obter maior produtividade, é importante porque esta atividade influencia a econômica da RESEX-CA.

Desta forma ressalta-se que o planejamento é um instrumento de gestão que perpassa várias etapas de uma produção, proporcionando uma utilização adequada dos recursos, contribuindo para a verticalização desta produção.

A verticalização da produção precisa acontecer, para que se possibilite retorno financeiro mais significativo aos extrativistas, e embora seja uma atividade sazonal a coleta da castanha garante uma renda extra aos agroextrativistas, que têm na pesca, coleta de açaí e na agricultura de subsistência suas principais atividades durante o ano.

Este sistema produtivo embora muito importante na região amazônica, a qual possui grande potencialidade natural, esbarra em inúmeras dificuldades como já foram sinalizadas anteriormente. Contudo, esta pesquisa que se propôs investigar o principal entrave frente ao desenvolvimento econômico da produção extrativista na RESEX-CA, 78% dos entrevistados afirmaram que a logística para seu escoamento é o principal entrave.

Em 1989, no I Encontro dos Extrativistas do Vale do Jarí, já se apontava este problema o qual se verifica que ainda não foi sanado. Sem dúvida que é imprescindível se discutir sobre capacitação, tecnologia, agregar valor a produção entre outras questões ligadas ao crescimento deste sistema produtivo, no entanto se não houver investimento em vias adequadas de acesso à região não será possível se avançar.

Foi afirmado durante a pesquisa, que o local que mais produz castanha-do-brasil dentro da RESEX - CA é o Centro Novo de onde é muito difícil tirar a produção, pois só se chega lá de trator e são 12 horas no ramal, ou seja, acaba ficando uma logística muito cara e complexa. Dificultando para o extrativista obter o ganho devido pelo trabalho que produz, este só não tem maiores perdas porque há um considerável investimento por parte do governo.

Nos eventos ocorridos em 2012 e 2013, foi possível obter informações sobre a produção internacional e o aumento do consumo interno, o que pode ser visto de forma muito positiva, isto aumentam as possibilidades de maior ganho por parte dos extrativistas. Na reunião que se discutiu o Programa estadual da castanha-do-brasil: políticas públicas setoriais para uma economia verde, foi possível conhecer experiências e resultados como os apresentados pela empresa *King of Palms*, que apresentou informações concretas do mercado da castanha-do-brasil, no Brasil e no mundo, com clientes nos Estados Unidos, Espanha e França. No mesmo evento questões que foram identificadas nas entrevistas também foram citadas pela Organização não governamental Parceiros, como dificuldade de: a) logística terrestre e fluvial; b) capacitação, c) desorganização da produção; d) padronização de peso e qualidade das medidas; e) coleta e armazenamento e d) mercado e comercialização.

O dialogo com participantes de eventos como este, possibilitaram uma maior aproximação com as diversas realidades que envolvem a cadeia produtiva pesquisada neste trabalho.

Com base nos resultados apresentados acima, a hipótese inicial que afirmava que a produção da castanha-do-brasil na Reserva Extrativista do rio Cajari (RESEX-CA) não tem tido êxito econômico consistente com possibilidades de concorrência no mercado, em virtude principalmente da baixa tecnologia empregada no beneficiamento, que tem como base, técnicas artesanais que não são suficientes para atender as exigências mercadológicas, foi refutada, pois se constatou que o maior problema desta produção é a logística de escoamento dos produtos agroextrativistas que vem impedindo o crescimento comercial da castanha-do-brasil na RESEX - CA no sul do Amapá.

Este entrave é consequência da falta de uma política definida de escoamento da biodiversidade, seja de escoamento pelos rios ou pelos ramais, que devem ter melhores

condições de circulação, bem como a pavimentação da BR 156 que liga a RESEX - CA aos pólos de escoamentos.

O resultado desta pesquisa impõe a necessidade de maiores investigações e respostas, visto que para se garantir desenvolvimento é inevitável que se transponha o máximo de obstáculos possíveis. Traçando uma estratégia regional, que objetive a superação dos entraves elencados neste trabalho, podendo-se iniciar com a elevação dos investimentos em pesquisas e tecnologias apropriadas, realizadas pelo setor público ou por empresas privadas, que ao introduzirem a inovação tecnológica, o aprimoramento da economia extrativa como forma de potencializar os níveis de produtividade e desenvolvimento local, fortalecendo esta produção em um arranjo produtivo local estabelecido.

Para entanto, será determinante promover mudanças no modelo produtivo na RESEX-CA, inserindo neste sistema ações que superarem o *déficit* nesta produção, com metas concretas que vão ao encontro do que a produção precisa para se desenvolver, tais como: revisar os componentes fundiários, regulatórios e tributários, programar investimentos para todo o processo dessa cadeia produtiva (com a capacitação de seus agentes, tecnologia, logística adequada e planejamento), os quais vêm inibindo o seu desenvolvimento.

A pesquisa científica que se propõem aqui deve ser aliada à projetos de extensão que possam mostrar de que forma e em quais situações devem ser aplicadas as políticas públicas, subsidiando soluções aos gargalos apresentados neste trabalho, como a: a) falta de tecnologia e agregação de valor a produção; b) capacitação dos agentes produtivos e c)logística com vista à elaboração de uma política definida de escoamento da biodiversidade amazônica. A Amazônia é uma região que deve ter suas condicionantes ambientais e geográficas consideradas para que haja infraestrutura adequada àqueles que vivem da e na floresta.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002;

ABRANTES, José. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro: Interciência, 2009.

ALLEGRETTI, Fernando. **Relatório da etapa 2: diagnóstico da situação atual das cooperativas de castanha-do-brasil no Estado**. Macapá: Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, 2012.

ALVES, L. I. O; CARVALHO, R.M; LASMAR, I.E. **O espaço em construção**. 5ª Ed. São Paulo, Editora Ática, 1996.

AMAPÁ. Ministério Público do Estado do Amapá. **Unidades de Conservação do Estado Amapá**. Coordenação Fernando Allegretti. Macapá: Tramas Ecodesign, 2011.

AMAPÁ. Seminário “programa estadual da castanha-do-brasil: políticas públicas setoriais para uma economia verde”. *In 3ª Reunião da câmara setorial da sociobiodiversidade do Estado do Amapá*. Macapá: Amapaz projetos sustentáveis, 2012.

ARTAXO, P. A Amazônia e as mudanças climáticas. **Ciência Hoje**, v. 38, n. 234, p. 21-25, 2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira**. Brasília, 2008.

_____. Programa de apoio à conservação ambiental. **Bolsa Verde: Erradicar a extrema pobreza e conservar o meio ambiente**. Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2012.

_____. **Relatório de Sustentabilidade da Organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio + 20**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2012.

CAMARGO, A.F; VASCONCELOS, M.R.C. **Agroextrativismo sustentável na reserva extrativista do rio cajari Amapá – Brasil**. Encontro de Geografos de América Latina. Peru: EGAL, 2013.

CAMPOS, I; FILOCREÃO A.S. **A Gestão das Reservas Extrativistas no Sul do Amapá**. (2009) 20 p.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Texto do trabalho em sala de aula. Agosto. 2009.

CARVALHO, A.C. **Economia dos produtos florestais não-madeireiros no estado do Amapá: sustentabilidade e desenvolvimento endógeno**. UFPA: Belém, 2010. Tese de doutorado.

CLAY, J. W., Ed. **Brazil nuts: the use of a keystone species for conservation and development**. Harvesting Wild Species: Implications for Biodiversity Conservation. Baltimore, MD: The John Hopkins University Press, p.246-282. 1997

CLEMENT, C. R.; CLAY, J. W.; SAMPAIO, P. de T. B. (Ed.) (1999) – **Biodiversidade Amazônica: exemplos e estratégias de utilização**. Inpa e Sebrae-AM. Manaus, AM. 409 p.

COSTA, Patrício Alves; LOPES, Maria Lúcia Bahia; CAMILO, Possídio Ferreira. **O comercio exterior da Amazônia**. Belém: BASA, 2011. Disponível em: <http://wwwbancoamazonia.com.br>. Acesso em. Ago, 2012.

COSLOVSKY, S.V. **Determinantes de sucesso na indústria da castanha – como a Bolívia desenvolveu uma indústria competitiva enquanto o Brasil ficou para trás**. Ebape, 2005. 21p.

COTTA, J. N., *et al.* Shifting cultivation effects on Brazil nut (*Bertholletia excelsa*) regeneration. **Forest Ecology and Management**, v.256, p.28-35. 2008.

CUNHA, L. H. D. O. **Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade**. São Paulo: NUPAUB/USP. 18 1993.

DINIZ, J. D. A. S. **Estudo Exploratório da Cadeia da Castanha-do-Brasil no Amapá**. 2003.

DINIZ, M.B. *et all.* **Entraves ao Aproveitamento Econômico dos Recursos da Biodiversidade da Amazônia**, 2011, Umberlândia. Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2011. V. 1.

DONADIO, L. C.; MÔRO, F. V.; SERVIDONE, A. A.; **Frutas nativas**. São Paulo: Novos Talentos, 2002.

ENRÍQUEZ, G. **Amazônia - Rede de Inovação de Dermocosméticos: Sub-rede de dermocosméticos na Amazônia a partir do uso sustentável de sua biodiversidade com enfoques para as cadeias produtivas da castanha-do-pará e dos óleos de andiroba e copaíba**. Parceria Estratégica. Brasília, DF, v.14. n. 28.p 51-118. Jan. Jun. 2009.

_____. **Desafios da sustentabilidade da Amazônia: Biodiversidades, cadeias produtivas e comunidades extrativistas integradas**. Brasília: 2008. 460 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

ENRÍQUEZ, Gonzalo; SILVA, Maria Amélia da; CABRAL, Eugênia. **Biodiversidade da Amazônia. Usos e potencialidades dos mais importantes produtos naturais**. Belém: NUMA/UFPA, 2003.

ESTEVES, Antonio Carlos da Silva. **A ocupação da Amazônia**. Ed. Brasiliense, 1990.

EULER, A.M.C. Estudos Básicos para o manejo e a produção sustentável de castanha-da-amazônia no Estado do Amapá. Macapá, 2009. 41 f. Plano de Trabalho. Projeto Kamukaia, Embrapa Amapá.

FERNANDES, F. (Org.) **K. Marx, F. Engels. História**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1984.

FIEDLER, Nilton César; SOARES, Thelma Shirlen; SILVA, Gilson Fernandes da. **Produtos Florestais Não Madeireiros: Importância e Manejo Sustentável da Floresta**. Revista Ciências Exatas e Naturais, Vol.10 nº 2, Jul/Dez 2008.

Disponível em: http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36941_4618.PDF. Acesso em: Ago.2012.

FILOCREÃO, A.S.M. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá**. Belém, 2005. 520 f. Tese (Doutorado em Ciências, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

_____. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: SEMA, 2002.

FUNI, C. **Padrões espaciais e temporais do desmatamento na reserva extrativista do rio Cajari, Amapá, Brasil**. 2009. 216 p. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical)-Programa de Pós Graduação em Biodiversidade-PPGBIO, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009

FREITAS, T.L.P. **Castanha-do-brasil e o processo de exploração na RESEX do Cajari no sul do Amapá**. UNIFAP: Macapá, 2010. Monografia.

GONZAGA, Dorila Silva de Oliveira Mota; GOMES, Mario Conill. **Castanha-do-brasil: estratégias para o desenvolvimento da cadeia produtiva no Estado do Acre**. In. Conhecimento sem fronteiras – XVII Congresso de Iniciação Científica. X Encontro de Pós-Graduação. 11,12,13 e 14 de novembro de 2008. Brasília, 2008.

HOMMA, A. K. O., *et al.* **A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-Pará no sudeste paraense**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, v.32. 2000.

HOMMA, A. K. O. Cemitério das Castanheiras. Ciência Hoje. São Paulo, v.34, nº202. Março:2004.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011**. (1) Quantidade declarada em m³. (2) Quantidade em 1 000 árvores. 2011.

JUZWIAK, A R; NATALI, L M. **Projeto conexão local: escolas família agrícolas e agroextrativistas do Amapá**. Macapá, 2010.

LINS, Cristovão. **Jarí: setenta anos de história**. 2^a Ed. Rio de Janeiro: Data Forma, 1994.

LIMA, Ricardo A. P.; PORTO, Jadson L. R. Ordenamento Territorial Amapaense: Dinâmicas de um Estado Brasileiro na Fronteira Amazônia. X Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, Espanha. 2008.

MAPA, Apresentação câmara setorial de fruticultura. **Cenário das exportações de Castanha-do-brasil 2000 – 2010**. Brasília, 2010.

MEDEIROS, R.; YOUNG; C.E.F.; PAVESE, H. B. & Araújo, F. F. S. 2011. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional**: Sumário Executivo. Brasília: UNEP-WCMC, 44p.

MELLO, Sebastião Luiz; SILVA. Almir Liberato. **Plano Brasil de Infraestrutura Logística: Uma abordagem sistêmica**. Conselho Federal de Administração (CFA); Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (Unisol). Color: Brasília, 2013.

PAIVA, P.M.V. **A coleta intensiva e a agricultura itinerante são ameaças para os castanhais da Resex Cajari?** Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em Biodiversidade Tropical. UNIFAP, IEPA, CI-Brasil, Embrapa AP. Macapá, AP. 86p.

PAIVA, P.M.V. e GUEDES, M.C. **Regeneração natural de castanheira-do-brasil em área de capoeira no Amapá**. In: anais do seminário de encerramento do projeto Kamukaia. Embrapa Acre, Rio Branco, AC. 2008, p. 20-27.

PENNACCHIO, H.L. Castanha-do-brasil – Proposta de preço mínimo safra 2006/2007. Editora Mapinguari. Brasília: 2006. p. 08 -10.

PICANÇO, JRA, 2009. **Desenvolvimento, sustentabilidade e conservação da biodiversidade na Amazônia: a produção familiar agroextrativista em áreas protegidas no sul do Amapá**. Tese de Mestrado. UFRN: Natal, 2009.

_____. **Reserva Extrativista do Rio Cajari: verso e reverso da territorialização no sul do Amapá**. Dissertação. Natal: UFRN / CCHLA – PPGe, 2005.

_____. **Organização social e processo tecnológico do beneficiamento da castanha-do-brasil: o caso do sul do Amapá**. UNIFAP: 1999. Monografia.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. Belém: UFPA, 2008. (Tese de doutorado).

RIBEIRO, A.C. , Filocreão, A.S.M., Campos, I. 2009. A Socioeconomia da Castanha-do-Pará no Estado do Amapá. *In*: Kanzaki, L.I.B. (org) **Desenvolvimento Sustentável em Áreas de Extrativismo da Castanha-do-Brasil no Sul do Amapá**. Belém, BASA, pp. 49 a 117.

SHERZER, A.B.I **Produção de Castanha-do-Brasil no Território Sul do Amapá: Comparação entre o Retorno Econômico e o Salário Mínimo**. Orientador: Anadalvo Juazeiro dos Santos. Curitiba: UFPR/Setor de Ciências Agrárias, 2010, 45p. Monografia (Especialização em Agronegócio)

PIRES, Tatiana de Carvalho; BUENO, Carmem (Org.). **Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2011.

Sistema Aliceweb. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: Jul.2012.

SOUZA, Walter Paixão de. **A dinâmica dos sistemas de produção praticados em uma unidade de conservação de uso direto na Amazônia – a reserva extrativista do rio Cajari no estado do Amapá**. Belém: UFPA, 2006. (tese de mestrado).

SOUZA, M. L. de Estudos de processos tecnológicos para a obtenção de produtos derivados de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*, H.B.K.). Fortaleza, 1984, 139 p. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Ceará.

SHERZER, AB. **Viabilidade econômica da produção de castanha-do-brasil no território sul do Amapá**. UFP: Curitiba, 2010. Monografia.

SOUZA, I. F. de. (2006) - **Cadeia produtiva de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) no Estado de Mato Grosso**. Campo Grande, MS. 2006. UFMT. Dissertação de Mestrado – DEA.

TAVARES, Maria Flávia de Figueiredo. **Agregação de valor na castanha-do-brasil: o caso da natura ekos**. Núcleo de Estudo do Agronegócio – ESPM-SP, 2010.

TRINDADE, José; OLIVEIRA, Wesley. **A Pauta de Exportação Primária Brasileira e a Amazônia**. 2011. Disponível em: <http://propostademocratica13.blogspot.com.br/2011/07/pauta-de-exportacao-primaria-brasileira.html>. Acesso em: Jul.2012.

TONINI, H. **Castanheira-do-brasil: uma espécie chave na promoção do desenvolvimento com conservação**. Boa Vista: EMBRAPA-Roraima, 2007.

Vázquez-Yanes, C; Rojas-Arechiga, M. 1996. Conservação ex situ de sementes floresta tropical: problemas e perspectivas. Disponível em: http://www.ecologia.unam.mx/ie/academicos/mandujano/mandujano_tecnico.htm. acesso em: Ago.2012.

VERISSIMO *et al.* **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**. São Paulo: ISA, IPAM, GTA, ISPN, IMAZON, CI., 2001. 540 p.

VIEIRA, Lisandro Juno Soares. **Biodiversidade**. Ecólogo da Universidade Federal do Acre. Edição de Arte: Maxtane Dias, 2005.

VILHENA, Manoel Ricardo. **Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento na Economia da Castanha-do-Brasil: A transformação industrial da Castanha -do-brasil na COMARU - Região Sul do Amapá**. Campinas: UNICAMP, 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica).

WADT, Lúcia Helena de O. MANEJO SUSTENTÁVEL DE PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS, NA AMAZÔNIA. *In.* **Simpósio de manejo Florestal na Amazônia e Seminário de Comemoração dos 30 anos de pesquisa**. Santarém-Pará: EMBRAPA, 18 a 21 de maio de 2010.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este formulário visa à busca de informações para o desenvolvimento da dissertação de mestrado de Tito Lívio Pinto de Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Essa pesquisa tem por objetivo analisar “**A exploração da castanha-do-brasil no sul do Amapá**”. Contamos com seu apoio e desde já agradecemos.

Instituição: _____ Nome: _____ Função: _____ Graduação: _____ Telefone: _____
--

1. Qual sua principal atribuição junto a RESEX do Cajari?

2. Você saberia destacar os principais investimentos do governo na RESEX do Cajari? E qual investimento na sua opinião deveria ser prioridade?

3. O conselho gestor funcionar na prática?

4. Você tem dados da produção da castanhas nos últimos 5 anos?

5. Você tem observado avanço, desenvolvimento em virtude das discussões ocorridas na comunidade e sobre o extrativismo?

6. No seu ponto de vista, quais os principais entraves dessa produção?

Obrigado pela atenção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este formulário visa à busca de informações para o desenvolvimento da dissertação de mestrado de Tito Lívio Pinto de Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Essa pesquisa tem por objetivo analisar “**A exploração da castanha-do-brasil no sul do Amapá**”. Contamos com seu apoio e desde já agradecemos.

Instituição: _____
Nome: _____
Função: _____
Graduação: _____ Telefone: _____

1. Qual sua atuação junto a RESEX do Cajari?

2. No seu ponto de vista a castanha é viável economicamente em uma área de preservação como RESEX do Cajari? Por quê?

3. Gostaria que você me destacasse as principais possibilidades desta produção?

4. Com base nos trabalhos realizados por sua instituição na RESEX do Cajari, você poderia destacar o maior beneficiário na comercialização da castanha-do-brasil ?

5. O conselho gestor é realmente atuante na tomada de decisões relacionadas a na RESEX?

6. A comercialização da castanha tem proporcionado retorno socioeconômico á comunidade local?

7. Você diria que ainda há muita informalidade nessa comercialização?

8. No seu ponto de vista, quais os principais entraves dessa produção?

9. O IEF é visto como um parceiro pela comunidade local?

10. Após um ano do lançamento do Programa Pro-extratativismo, quais os resultados você identifica junto a RESEX do Cajari?

11. Qual objetivo da parceria do IEF com o projeto Carbono Cajari; os resultados obtidos serão tomados como referencias para implementação de futuras políticas deste instituto?

Obrigado pela atenção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este formulário visa à busca de informações para o desenvolvimento da dissertação de mestrado de Tito Lívio Pinto de Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Essa pesquisa tem por objetivo analisar “**A exploração da castanha-do-brasil no sul do Amapá**”. Contamos com seu apoio e desde já agradecemos.

Instituição: Associação das Mulheres do Alto Cajari	
Nome: _____	
Função: _____	
Escolaridade: _____	Telefone: _____

1. Quanto tempo a associação foi fundada?

2. Foi difícil formalizá-la, (se afirmativo) qual a principal dificuldade?

3. O conselho gestor contribui de alguma forma com a Associação?

4. Quais os principais produtos da associação?

5. Qual é a produção mensal?

6. Quem são os clientes?

7. A associação consegue manter uma produção constante?

Obrigado pela atenção.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO INTEGRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este formulário visa à busca de informações para o desenvolvimento da dissertação de mestrado de Tito Lívio Pinto de Freitas, orientado pelo Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. Essa pesquisa tem por objetivo analisar “**A exploração da castanha-do-brasil no sul do Amapá**”. Contamos com seu apoio e desde já agradecemos.

Instituição: Projeto Carbono Cajari

Nome: _____

Função: _____

Formação: _____ Telefone: _____

1. Qual o principal objetivo do projeto?

2. Quais as Instituições parceiras do projeto?

3. Com final do projeto você avalia os o objetivo foi 100% alcançado?se não, porque?

4. Participou de alguma reunião do conselho gestor? Ele contribui de alguma forma com o projeto?

5. Quais as principais dificuldades para execução do projeto?

6. Quais os principais dados coletados?

7. Conseguiram definir qual é a produção de castanha da RESEX do Cajari?

8. Qual a principal contribuição do projeto para RESEX?

Obrigado pela atenção.

ANEXOS

Plano de Utilização da RESEX/CA (PU)

1. FINALIDADES DO PLANO

1.1. Este Plano objetiva assegurar a sustentabilidade da Reserva Extrativista do RIO CAJARI mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores. Está aqui contida a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a Legislação Brasileira sobre o meio ambiente.

1.2. Objetiva ainda este plano manifestar ao IBAMA, o compromisso dos moradores de respeitar a Legislação Ambiental e o Plano de Utilização e ao mesmo tempo oferecer àquele Instituto um instrumento de verificação do cumprimento das normas aceitas por todos.

1.3. O presente Plano tem como finalidade servir de guia para que os moradores realizem suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica, ecológica e social.

2. RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

2.1. Todos os moradores, na qualidade de co-autores e co-gestores na Administração da Reserva, de forma coletiva ou individual, são responsáveis pela execução do presente Plano de Utilização.

2.2. A responsabilidade de resolver os problemas decorrentes da execução deste Plano será dos Fiscais Colaboradores, Representantes os Núcleos Comunitários, Conselho Deliberativo da ASTEXCA e IBAMA/CNPT, dependendo da situação.

3. INTERVENÇÕES AGRO-EXTRATIVISTAS E AGRO-PASTORIS

3.1. Cada família praticará as atividades agro-extrativistas na sua colocação, mesmo que esta seja descontínua, respeitando os costumes e a tradição e, de acordo com sua força de trabalho.

3.2. OS moradores poderão praticar o extrativismo da borracha conforme as práticas tradicionais, cortando cada estrada 3 (três) vezes por semana, chegando por ano a 90 (noventa) dias de corte por estrada. Não é permitido cortar danificando o lenho "no pau". Deve-se empregar o sistema de corte pela "banda" ou pelo "terço" para a divisão das bandeiras e a colocação das tigelas, até que surjam técnicas mais apropriadas.

3.3. As famílias, ficam responsáveis pela conservação e manutenção de suas colocações, devendo realizar atividades que ajudem na sua melhoria, tais como limpeza e conservação de ramais, varadouros, estradas, rios, lagos e igarapés; construção de paióis e armazéns; plantio de seringueiras, castanheiras, açazeiros, fruteiras e outras espécies extrativas, bem como fazer o aproveitamento de capoeiras com plantios consorciados.

3.4. Não é permitido a utilização de madeira para fins comerciais, sendo permitido a sua utilização, apenas para uso dentro da própria Reserva na construção de casas, cercas, pontes, canoas, instrumentos de trabalho e outros. Para cada árvore cortada, o cortador deverá plantar 04 (quatro) árvores de outras espécies extrativas.

3.5. Fica permitida a implantação de pequenas movelarias, pequenas usinas para produção de palmito, pequenas serrarias e olarias e pequenos estaleiros navais, todas elas comunitárias, para atender as necessidades da Reserva, mediante autorização do IBAMA.

3.6. A madeira e os açazeiros para suprir as necessidades das serrarias e usinas comunitárias citadas no item anterior, serão liberados mediante a elaboração e apresentação de Projeto de Manejo, cabendo à ASTEXCA indicar um técnico habilitado para ajudar na sua elaboração, devendo o mesmo ser submetido ao IBAMA para análise e aprovação.

3.7. Não é permitido qualquer forma de exploração do homem pelo homem, principalmente através da prática do arrendamento, trabalho de meia, contratação de mão-de-obra ou qualquer outro mecanismo que venha submeter qualquer pessoa a condição de empregado nos trabalhos de coleta da produção extrativista, dentro da Reserva, a não ser que a pessoa tenha deficiências físicas para trabalhar.

3.8. A ASTEX-CA, por ocasião das Concessões das Autorizações de Uso, e com base no potencial produtivo dos castanhais e na força de trabalho familiar, promoverá o reordenamento de ocupação e uso desses castanhais, de forma a permitir uma melhor distribuição dos seus benefícios entre as famílias extrativistas da Reserva.

3.9. A utilização dos açazais de igapós para produção de vinho e palmito, dar-se-á mediante acordo entre as pessoas que vem trabalhando na limpeza dos canais, ficando os mesmos obrigados a cumprir Projeto de Manejo, citado no item 3.6.

3.10. Os moradores da Reserva poderão utilizar áreas de floresta para implantar roçados destinados a produzir alimentos, respeitando sempre o limite máximo por família de 15 ha (50 tarefas), incluindo capoeira, pasto, plantio e quintal, inclusive áreas abandonadas, com menos de 05 (cinco) anos.

3.11. Não é permitido o desmatamento para implantação de roçados ou pastos nas margens de rios, igarapés, olhos d'água, cacimbas, devendo ser obedecida a Legislação Ambiental que trata desta questão.

3.12. A agricultura e a pecuária no interior da Reserva são consideradas atividades complementares, sendo portanto desenvolvidas com a finalidade de produzir alimentos para o sustento e sobrevivência das famílias.

3.13. A criação de animais em pastagens cultivadas, é permitida dentro dos limites de 15 ha (50 tarefas) prevista no item 3.10, ficando a construção de cercas, chiqueiros e outras instalações por conta do criador. Nas vilas, só será permitida a criação de pequenos e médios animais em cercas, chiqueiros, etc.

3.14. É permitida a criação de bovinos nas pastagens naturais da Reserva, respeitando-se a tradição e os costumes dos moradores.

3.15. Não é permitido a criação de búfalos na região de lagos, onde não existe pasto natural, apenas o gado branco, que deverá ser criado em cercados, respeitando o limite de área estabelecido no item 3.10.

4. INTERVENÇÕES NA FLORESTA

4.1. Não é permitido o corte de árvores de espécies extrativas, tais como castanheiras, seringueiras, copaibeiras, cumaruzeiros e andirobeira, nem para uso no interior da Reserva.

4.2. A extração de cipós, óleos, essências e mel de abelha, para fins comerciais, só será permitida mediante o cumprimento de uma Proposta de Manejo previamente elaborado por técnico habilitado em conjunto com extrativistas da Reserva.

4.3. Não é permitido fazer desmatamentos para implantação de roçados, pastos e outros, em áreas onde ocorrerem maciços de bacabeiras ou qualquer outra espécie de palmeira no interior da Reserva.

5. INTERVENÇÕES NA FAUNA

5.1. A ASTEXCA, através dos seus Núcleos Comunitários, estimulará a criação de animais silvestres que já sumiram, ou que existem em pequenas quantidades visando a alimentação, o comércio e o repovoamento da Reserva.

5.2. Não é permitida qualquer intervenção como captura de tartarugas, tracajás, cabeçudo, jacaré, camaleão e mata-matá, catar ovos nos tabuleiros do Retiro do Santo Antônio, Tabuleiro da Caiçara e da Santana, Tabuleiro do Ribeiro e Pedra Branca, Igarapé Tuçunaré, Tabuleiro do Igarapé Açu, Tabuleiro do Capinzal e Tabuleiro do Igarapé Anari Grande e Retiros do Jaburu, Croari, Janoi, Gama, Barra e Joaquina.

5.3. Não é permitido fazer qualquer intervenção como captura de aves, filhotes e cata de ovos nos ninhais de Lucrécia, Santana, Araraquara, Assú, Formigueiro, Ariari Grande e nos ninhais das região dos Lagos do Ajuruxí, Ariramba e Matauaú, entre outros.

5.4. Os moradores da Reserva tem o direito de pescar para sua sobrevivência e alimentação, respeitando a legislação em vigor.

5.5. Não é permitido a pesca com explosivos, malhadeiras acima de 20 metros de comprimento, fazer tapagens de igarapés, limpeza de poços, batijão, camboa, arrastão e por tinguizada, principalmente com o uso do timbó, cunambi, assacú ou qualquer outra substância tóxica, natural ou química.

5.6. A ASTEXCA, através de seus Núcleos Comunitários, estimulará a criação de peixe em cativeiro, principalmente das espécies ameaçadas e daquelas já com pequena ocorrência nos rios, visando aumentar as alternativas alimentícias, comerciais e o repovoamento dos rios da Reserva.

6. INTERVENÇÕES NAS ÁREAS DE USO COMUM

6.1. As áreas de uso comum como rios, lagos, praias, barrancos e outros, serão utilizados pelos moradores da Reserva, respeitando as tradições e os costumes reconhecidos pelas comunidades, ficando a ASTEXCA e o IBAMA/CNPT com a responsabilidade resolver os problemas que venham a existir entre os moradores.

6.2. As nascentes, bem como as margens dos rios, lagos, igarapés, córregos, serão protegidos de derrubadas, obedecendo a distância de acordo com a Legislação Ambiental em vigor.

6.3. Os caminhos, varadouros, ramais e outros acessos serão conservados por todos, sendo permitida a abertura de novas vias somente para atender ao escoamento da produção.

7. FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

7.1. Cada morador é um fiscal de sua colocação e da Reserva como um todo, cabendo a qualquer um, denunciar à Diretoria da ASTEXCA, aos representantes de Núcleos Comunitários ou ao IBAMA, irregularidades que estejam sendo praticadas dentro ou no entorno da Reserva.

7.2. Não é permitido fazer queimadas em lagos e campos naturais da Reserva.

7.3. A ASTEXCA, através dos seus Núcleos Comunitários, juntamente com os Fiscais Colaboradores e Fiscais do IBAMA, realizará a fiscalização e a proteção da Reserva.

8. PENALIDADES

8.1. O não cumprimento de qualquer das normas constantes do presente Plano de Utilização, fica o infrator no ato da comprovação da irregularidade, sujeito às seguintes penalidades:

- 8.1.1. Advertência verbal;
- 8.1.2. Advertência por escrito;
- 8.1.3. Embargo das atividades (paralisação);
- 8.1.4. Perda da Concessão de Uso.

O morador que considerar injusta alguma penalidade que lhe for imposta, poderá recorrer junto ao Conselho Deliberativo da ASTEXCA. No caso de sua defesa não ser acatada, o morador poderá ainda recorrer ao IBAMA.

8.2. Além das punições constantes deste Plano de Utilização os moradores e a ASTEXCA estão sujeitos às penas da Lei Ambiental, impostas pelo IBAMA.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O presente Plano de Utilização fica sujeito a alterações de qualquer de suas normas sempre que o aparecimento de novos conhecimentos e novas tecnologias possam contribuir no sentido da melhoria do processo de consolidação da Reserva Extrativista do Rio Cajarí, ou a qualquer tempo, seja por problemas causados por ocasião da execução do Plano de Desenvolvimento ou mesmo do próprio Plano de Utilização.

9.2. As propostas para alterações no Plano de Utilização poderão ser feitas formalmente pelas representações dos Núcleos Comunitários à Presidência da ASTEXCA e se acatada pelo Conselho Deliberativo, será colocada para votação em Assembléia Geral. Se for aprovada, será encaminhada ao IBAMA para análise e aprovação.

9.3. As propostas de alteração do Plano não podem entrar em conflito com as finalidades e filosofia da Reserva.

9.4. A entrada de novas famílias na Reserva Extrativista do Rio Cajarí, fica condicionada a aprovação da ASTEXCA e IBAMA.

9.5. Quando um seringueiro ou agricultor solicitar transferência de uma colocação para outra, a Associação pode permiti-la desde que a colocação esteja bem zelada em todos os seus aspectos conforme o presente Plano de Utilização estabelece.

9.6. A pesquisa, fotografia, filmagem e coleta de material genético no interior da Reserva só poderão ser realizados mediante autorização expressa do IBAMA, após ouvir a Associação.

10. DIREITO A FISCALIZAÇÃO

Conforme estabelecido no Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajarí (§ 29), cabe à ASSOCIAÇÃO, em conjunto com o IBAMA, realizar a fiscalização, monitoramento e zoneamento da Reserva. Diz ainda o referido Plano, que cada seringueiro é um fiscal da sua e das outras colocações, e que será criada uma Comissão de Proteção da Reserva, com o objetivo de apoiar a ASSOCIAÇÃO nessa tarefa. Nesse sentido, o IBAMA promoverá treinamentos aos moradores de forma a capacitá-los e credenciá-los na atividade de fiscalização.

Esses treinamentos, terão como base uma Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA (Nº 003/88, de 16.03.88), que dá poderes a entidades civis com finalidade ambientalista, de, pelo sistema de Mutirão, participar da fiscalização de Unidades de Conservação, lavrando autos de constatação, circunstanciados cujo modelo será fornecido pelo IBAMA.

ANEXO B

Reserva Extrativista do Rio Cajari - Decreto de Criação

DECRETO N° 99.145 de 12 de março de 1990

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Art. 84, inciso IV, da Constituição Federal e nos termos do Art. 9°, inciso VI, da Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a nova redação dada pela Lei n° 7.804, de 28 de julho de 1989, combinando com o Art. 3° do Decreto n° 98.897, de 30 de janeiro de 1990,

DECRETA: Art. 1° - Fica criada nos municípios de Laranjal do Jari e Mazagão, no Estado do Amapá, a RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARÍ, com área aproximada de 481.650 Ha (Quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e cinqüenta hectares), que passa a integrar a estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, compreendida dentro do seguinte perímetro:

NORTE: Partindo do Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas (cga) 01°05'10" S e 51°46'36" Wgr; situado na cabeceira do igarapé sem denominação, segue pela margem direita do citado igarapé até a sua confluência com o Igarapé Cachoeirinha; daí, segue pela margem esquerda do Igarapé Cachoeirinha no sentido montante até sua confluência com igarapé sem denominação, daí, segue pela margem esquerda no sentido montante do igarapé sem denominação até sua cabeceira Ponto 11 de cga, 0°22'05" S e 52°15'13" Wgr; desse ponto, segue por uma linha reta de azimute aproximado 83°30'26" e distância aproximada de 4.227,11m até o Ponto 12 de cga, 0°20'50" S e 52°12'57" Wgr; localizado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; desse ponto, segue pela margem direita do citado Igarapé no sentido jusante, até sua confluência com o Igarapé Cachoeirinha e por este margem esquerda, no sentido montante até o Ponto 13 de cga, 0°16'16" S e 51°54'57" Wgr; desse ponto, segue por uma reta de azimute aproximado 172°52'29" e distância aproximada de 1624,51m, até o Ponto 14 de cga, 0°24'58" S e 51°53'53" Wgr; situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; desse ponto segue pela margem direita do referido Igarapé até sua foz no Canal do Norte do rio Amazonas Ponto 15 de cga, 0°27'30" S e 51°31'40" Wgr;

LESTE: Do Ponto 15, segue pela margem esquerda do Canal do Norte, no sentido montante até a foz do Igarapé Matauaú; Ponto 1 de cga, 01°05'10" S e 51°46'36" Wgr; desse ponto, segue pela margem esquerda do Igarapé Matauaú, no sentido montante até o Ponto 2 de cga, 01°01'14" S e 51°50'14" Wgr; situado na sua cabeceira;

SUL: do Ponto 2, segue por uma reta de azimute aproximado de 251°27'11" e distância aproximada de 16190,89m, até o Ponto 3 de cga, 01°04'01" S e 51°58'31" Wgr; desse ponto segue por uma reta de azimute aproximado 270°00'00" e distância aproximada de 12.000,00m, até o Ponto 4 de cga, 01°04'01" S e 52°04'59" Wgr; desse ponto, segue por uma reta de azimute aproximado 346°14'21" e distância aproximada de 10089,59m, até o Ponto 5 de cga, 0°58'42" S e 52°06'16" Wgr; situado na confluência do Igarapé sem denominação com o Igarapé Braço São Luiz; desse ponto segue pela margem esquerda do Igarapé Braço São Luiz no sentido montante até o Ponto 6 de cga, 0°54'05" S e 52°18'38" Wgr; situado na cabeceira;

OESTE: do Ponto 6, segue por uma reta de azimute aproximado 15°05'10" e distância aproximada de 11910,50m, até o Ponto 7 de cga, 0°47'50" S e 52°16'57" Wgr; situado no Igarapé sem denominação, afluente do Rio São Luiz; desse ponto, segue pela margem esquerda do referido afluente até o Ponto 8 de cga, 0°39'22" S e 52°23'05" Wgr; situado na sua cabeceira; desse ponto, segue por uma reta de azimute aproximado de 39°48'20" e distância aproximada de 4686,15m, até o Ponto 9 de cga, 0°37'25" S e 52°21'29" Wgr; situado na cabeceira do Rio São Luiz; desse ponto, segue por uma reta de azimute aproximado de 349°21'50" e distância aproximada de 21672,33m, até o Ponto 10 de cga, início da presente descrição perimétrica.

Art. 2º - A Reserva Extrativista do Rio Cajarí tem seus limites descritos das cartas planimétricas SA.22VB - Mazagão e SA.22VD - Gurupá, em escala 1:250.000, elaboradas pelo Projeto RADAM - 1973.

Art. 3º - O Poder Executivo deverá proceder às desapropriações das áreas privadas legitimamente extremadas do Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas e, nos termos do Art. 4º do Decreto 98.897 de 30 de janeiro de 1990, à outorga de contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista.

Parágrafo Único - Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no Art. 1º deste Decreto.

Art. 4º - A área da Reserva Extrativista ora criada fica declarada de interesse ecológico e social, conforme preconiza o Art. 225 da Constituição Federal, o Art. 9º, inciso VI, da Lei 6.938 de 11 de agosto de 1981, com a nova redação dada pela Lei 7.804 de 18 de julho de 1989, a Art. 2º do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Brasília (DF), 13 de março de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

JOSE SARNEY
João Alves Filho